

Somos a Intelbras, uma companhia pensada para levar tecnologia a negócios e casas. Atuando em segurança, conectividade e energia, oferecemos soluções que atendem e surpreendem do consumidor final às grandes empresas e aos governos. Para os que buscam mais praticidade, que precisam de ajuda com instalação ou que querem desenvolver projetos de pequeno a grande porte, pensamos em cada detalhe para podermos gerar impacto positivo.

De acordo com dados internos de acompanhamento de vendas, estamos presentes em 98% dos municípios brasileiros com potencial de consumo eletrônico. Além disso, exportamos nossos produtos para diversos países da América Latina e África, incluindo Uruguai, Argentina, Angola, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Moçambique, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela.

Essa busca por inovação e soluções eficientes faz parte da nossa essência desde o início. Nossa história começou em Santa Catarina, em 1976, quando a empresa foi fundada como parte do Grupo Diomício Freitas, o qual era constituído por mais de trinta empresas atuando em diferentes setores do Estado. Iniciamos nossas atividades com a fabricação equipamentos de telecomunicações.

Em 1987, enquanto o mundo ainda discutia a importância da comunicação corporativa, inovamos ao sermos a primeira companhia brasileira a lançar uma Central de Comutação Automática (PABX) com tecnologia nacional. Na década de 1990, em razão das privatizações no nosso mercado de atuação, voltamos nossos esforços para a iniciativa privada, que antes eram direcionados para empresas estatais. Esse passo foi fundamental para a consolidação de nossa marca, ao reforçarmos nosso foco na competitividade e compreendermos melhor as necessidades de nossos clientes, cada vez mais exigentes.

Alguns anos depois, assumimos um novo desafio ao lançarmos terminais de telecomunicações sem fio, segmento que nos colocou em competição direta com produtos comercializados internacionalmente. Foi um período em que definimos nosso foco de atuação no atendimento à pequena e média empresa, por meio dos nossos revendedores e instaladores, o que resultou em nossa liderança nesse mercado, à frente de marcas internacionais que atuavam no Brasil naquele momento.

Já líderes em nosso mercado de atuação, em 2006 adquirimos a Maxcom, companhia atuante no mercado de equipamentos de comunicação condominial. Com a aquisição, expandimos nosso portfólio de comunicação empresarial e incorporamos uma unidade fabril em Santa Rita do Sapucaí/MG.

No ano seguinte, seguindo nossa estratégia de expansão, ingressamos de forma orgânica em dois novos negócios: segurança eletrônica e redes, agregando à nossa estrutura duas novas unidades de negócio. Entre 2009 e 2011, devido ao crescimento da unidade de negócio de segurança eletrônica, ampliamos nossas operações em São José/SC.

Além disso, nesse período, iniciamos nossas operações industriais na Zona Franca de Manaus/AM, em uma filial inicialmente aberta para atividades relacionadas à nossa unidade de negócios de Segurança. Com isso, passamos a contar com três unidades fabris.

Nesta mesma época, também inauguramos o Intelbras Itec (Centro de Capacitação em Tecnologia), nossa academia do conhecimento, e passamos a oferecer treinamentos e certificações focados em nosso portfólio. Nosso objetivo sempre foi atualizar tecnologicamente nossos revendedores e instaladores parceiros, habilitando-os a trabalhar de forma adequada com todas as nossas linhas de produtos.

O Itec também oferece cursos de gestão voltados ao canal de distribuição, que fazem parte de um programa chamado UNI — Universidade Intelbras. Esse programa tem como principal objetivo capacitar distribuidores e revendas para se tornarem mais profissionais na administração de seus negócios, abordando temas como marketing, vendas, administração financeira e tributos. Ao longo do exercício social encerrado

em 31 de dezembro de 2024, realizamos mais de 363 mil qualificações, com uma taxa de satisfação de 97,4%¹, demonstrando nosso compromisso em oferecer treinamentos de excelência que surpreendem e resolvem a vida dos nossos clientes.

Em 2013, ampliamos nossa atuação através da aquisição da empresa Automatiza, e ingressamos com mais força no Negócio de Controle de Acessos, ampliando nossa linha de negócios. Neste mesmo ano, ingressamos no segmento de prevenção de incêndios ao adquirirmos a empresa Engesul. Absorvemos know-how técnico e de mercado, agregando ainda mais valor à nossa presença nacional e à nossa capacidade produtiva e de investimento.

Em 2016, completamos 40 anos e superamos, pela primeira vez, o faturamento anual de R\$ 1,0 bilhão. Renovamos nossa marca para torná-la mais moderna, assim como o nosso slogan 'Sempre Próxima', que refletiu nossos relacionamentos e nossa presença no mercado. Em 2018, iniciamos nossas operações nos segmentos de energia e energia solar, ampliando ainda mais nosso leque de atuação, sempre considerando a aderência do portfólio aos negócios realizados pelas revendas.

Em meados de 2019, estreitamos nossos laços comerciais com a Dahua, nossa parceira desde 2007, por meio da assinatura de um memorando de entendimentos e da venda de 10% das ações da nossa Companhia a esse fornecedor e parceiro histórico. Essa iniciativa reforçou nossos pontos fortes como desenvolvedores de soluções integradas e consolidou nossa posição de liderança no mercado nacional de segurança eletrônica. Em razão dessa parceria e da presença da Dahua como acionista da nossa Companhia, passamos a contar com o apoio de sua equipe de pesquisa e desenvolvimento na China, o que nos permite levar ao mercado, com ainda mais agilidade, soluções inovadoras para nossa Business Unit (BU) de Segurança. Nosso portfólio inclui uma ampla linha de produtos como CFTV, câmeras, DVRs, controladores de acesso, alarmes, sensores e softwares, todos desenvolvidos com alta tecnologia e inteligência artificial.

Ainda em 2019, adquirimos as sociedades Décio e Seventh, ingressando com grande competitividade no mercado de fabricação racks para redes e reforçando nossa posição no mercado de serviços de tecnologia em segurança eletrônica, com softwares de monitoramento de imagens e gestão de portaria remota.

Em 26 de novembro de 2020, demos mais um passo importante para nossa expansão e iniciamos o processo de obtenção, junto à Comissão de Valores Mobiliários, do registro de companhia aberta na 'categoria A', assim como o processo de registro da oferta pública inicial de ações (IPO) da nossa Companhia, cujo anúncio de início foi publicado em 3 de fevereiro de 2021. Desde 4 de fevereiro de 2021, nossas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão, sob o ticker INTB3.

Em abril de 2021, nossa Companhia adquiriu o controle da Khomp Indústria e Comércio Ltda., uma empresa referência em desenvolvimento de tecnologia, que comercializa produtos e serviços nas áreas de telecomunicações, controle de acesso e IoT. O objetivo da operação foi complementar nossas soluções tecnológicas e ampliar os negócios com receita recorrente.

Um ano depois, em abril de 2022, nossa Companhia adquiriu o controle da Renovigi Energia Solar Ltda., fabricante de geradores fotovoltaicos fundada em 2012, em Chapecó/SC, com atuação consolidada no mercado nacional e apoio de uma rede capilar de parceiros para a revenda de seus produtos. Essas ações fizeram parte da estratégia da Companhia voltada ao crescimento sustentável e à expansão da capacidade produtiva e comercial, conforme descrito no item 1.6 abaixo.

No dia 17 de outubro de 2022, realizamos nossa terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da então vigente Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante total de R\$ 500.000.000,00

¹ De acordo com pesquisa realizada em 2024 pelo Intelbras Itec.

(quinhentos milhões de reais). Para mais informações sobre as debêntures da nossa terceira emissão, consulte o item 12.3 deste Formulário de Referência.

Por fim, em 9 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu ações representativas de 55% do capital social da Allume Holding S.A.S., empresa com a qual a Intelbras já mantinha relacionamento comercial na Colômbia. A Allume Holding S.A.S. atua nos segmentos de segurança eletrônica, redes, comunicação, automação predial e gestão de energia, oferecendo produtos de marca própria e de terceiros. Fundada em 1997, em Cali — onde mantém sua sede —, a empresa possui filiais em Bogotá, Medellín e Barranquilla, sendo uma das líderes do mercado colombiano, reconhecida por sua abrangência e excelência no atendimento a distribuidores e revendedores locais. A aquisição fortaleceu a estratégia de internacionalização da Intelbras e ampliou a participação de mercado da Companhia na América Latina. As empresas manterão suas operações comerciais de forma independente, e as sinergias serão aproveitadas nos processos internos de gestão.

Somos a maior fabricante nacional de câmeras e equipamentos de segurança eletrônica e comunicação do Brasil, conforme o monitoramento Intelbras de dados de importação (MIDI)¹. Estamos presentes em 98% dos municípios brasileiros identificados por nós com potencial de consumo eletrônico e exportamos nossos produtos para diversos países².

Acreditamos que tecnologia só acontece com olhar humano, por isso criamos soluções que atendem desde consumidores residenciais até grandes empresas e governos. Seja para quem busca mais praticidade, precisa de suporte na instalação ou deseja desenvolver projetos de qualquer porte, pensamos em cada detalhe para gerar impacto positivo.

Proximidade é o nosso talento. Estamos sempre ao lado de clientes, colaboradores e parceiros, fortalecendo relações e criando uma rede de apoio e crescimento, onde todos podem prosperar conforme suas necessidades. Nossa inovação tem propósito: usamos criatividade e inteligência para desenvolver soluções que não apenas nos diferenciam no mercado brasileiro, mas que resolvem desafios de forma eficaz. Isso só uma empresa de tecnologia brasileira pode fazer.

Em 31 de dezembro de 2024, nossa receita operacional líquida totalizou R\$ 4.756.146 mil, representando uma variação de 15,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando havia atingido R\$ 4.103.676 mil. No mesmo período, nosso lucro líquido foi de R\$ 528.412 mil e o EBITDA totalizou R\$ 642.151 mil, com variações de -3,1% e 13,4%, respectivamente.

Em linhas gerais, fornecemos nossos produtos para os setores empresarial, residencial e condominial³ equipamentos e *softwares* necessários para o monitoramento, armazenamento e gerenciamento de dados e comercializamos desde câmeras de vídeos, alarmes, fechaduras, roteadores, telefones corporativos e rádio comunicadores até baterias, cabos e geradores de energia solar.

No canal de rede de distribuição, contamos com cerca de 500⁴ distribuidores, que comprem nossos produtos e os revendem para nossos mais de 80.000 revendedores credenciados⁵, que conquistamos ao longo de nossos 48 anos de Intelbras, e que oferecem nossos produtos aos consumidores finais, representando 71% de nossas vendas até 31 de dezembro de 2024. Os nossos demais canais de venda incluem vendas direto aos varejistas e ainda vendas a integradores⁶ e contas nomeadas (grandes clientes atendidos pela fábrica), que representaram 13% e 16% das vendas totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Nosso relacionamento diferenciado com os distribuidores, construído ao longo de nossa história, dificulta a entrada de novos concorrentes no mercado brasileiro, tendo em vista a fidelidade que consolidamos com esses parceiros. Nos mantemos próximos a eles por meio de programas de incentivo (Programa de Canais, Programa Pontua, entre outros), treinamentos e um reconhecido compromisso de atendimento pré e pós-venda.

¹ De acordo com o nosso *market share* e o *market share* de nossos concorrentes verificados por meio do MIDI - Monitoramento Intelbras de Dados de Importação. Para mais informações sobre o MIDI, vide item 1.4.c deste Formulário de Referência.

² Celebramos contratos no Brasil para a exportação de nossos produtos para países das Américas e do continente africano. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o volume de tais exportações representou cerca de 1% de nossa receita operacional líquida.

³ Nossos produtos e serviços são destinados para: residências, condomínios, provedores, indústria, transportes, finanças, governos, operadores, setor de saúde, setor hoteleiro, varejo e *call center*, entre outros.

⁴ Considera as unidades matriz e filiais de distribuição dos parceiros

⁵ O revendedor credenciado é um revendedor e instalador terceirizado, que passa por nosso processo de treinamento e capacitação.

⁶ Os Integradores consistem em instaladores que adquirem os produtos diretamente de nossa Companhia para instalá-los e integrá-los a produtos e soluções mais complexas, inclusive que envolvam eventualmente mais de uma marca, direcionado por exemplo, a cidades inteligentes, grandes empresas que demandam produtos e soluções através de profissionais tecnicamente mais habilitados às suas necessidades.

Somos reconhecidos por diversos prêmios do setor. No segundo semestre de 2024, tivemos NPS (*Net Promoter Score*)⁷ interno de 70,0%, bem como mantivemos o reconhecimento Fia + Uol Lugares incríveis para trabalhar, melhores GPTW Brasil, Melhores GPTW SC e nossa marca é reconhecida como de Alto Renome desde 2022 e obteve *Brand Awareness*⁸ de 97% de nossos consumidores, conforme pesquisa realizada em 2019.

Além disso, somos liderados por uma equipe altamente qualificada, profissionalizada desde 2005 e composta por executivos com ampla experiência em nossos setores de atuação. Esse time tem conduzido nosso crescimento operacional e financeiro ao longo dos anos, além de manter um desenvolvimento sustentável nos últimos 15 anos.

Nos últimos anos, estreitamos nossos laços comerciais com o grupo Dahua Technology, que é um dos líderes mundiais⁹ em segurança eletrônica e nosso parceiro comercial há mais de 15 anos. Com isso, reforçamos nossos pontos fortes enquanto desenvolvedora de soluções integradas e consolidamos nossa posição de liderança no mercado nacional de segurança eletrônica.

Nesse cenário, em 31 de dezembro de 2018, celebramos com a Zhejiang Dahua Technology Co., Ltd., sociedade pertencente ao grupo econômico da Dahua ("Fornecedora Dahua"), um acordo de cooperação, por meio do qual nos comprometemos a, por um período de 10 anos a contar da data de celebração do referido acordo, conceder à Fornecedora Dahua a prioridade ("Direito de Prioridade") no fornecimento de produtos de circuito fechado de televisão (CFTV), composto por câmeras de segurança eletrônica e gravadores digitais de vídeo ("Produtos"), desde que observadas, pela Fornecedora Dahua, a concessão de determinadas condições comerciais, conforme detalhadas no item 11.3 do nosso Formulário de Referência.

Por meio dessa parceria estratégica, em 23 de agosto de 2019, nossos acionistas Jorge Luiz Savi de Freitas, Jane Savi de Freitas, Janete Savi de Freitas, Jadna Savi de Freitas, Pedro Horn de Freitas e Joanna Horn de Freitas celebraram com a Dahua Europe B.V. ("Dahua B.V.") um contrato de compra e venda, por meio do qual a Dahua B.V. passou a deter, naquele momento, 10% do nosso capital social.

A fim de nos tornarmos uma empresa mais sustentável, em 2020, instalamos em nossa fábrica localizada em São José/SC 4.119 módulos fotovoltaicos fabricados por nós, representando 8.238 m² de painéis solares, com potência de 330 W cada, totalizando 1.359 kWp. A instalação foi concluída em apenas 80 dias. Além disso, desde 2023, contamos também com uma usina solar em nossa unidade de Tubarão/SC, que vem contribuindo significativamente para a geração de energia limpa e renovável.

Em 2024, a energia gerada por esses painéis solares foi de 2.459 MWh, o equivalente ao consumo anual de aproximadamente 1.322 residências. Atualmente, nossos painéis são responsáveis por gerar cerca de 28% da energia consumida mensalmente pelas unidades.

⁷ *Net Promoter Score* ou NPS é uma metodologia padrão de mercado que se baseia na pergunta: "Em uma escala de 0 a 10, qual a probabilidade de você recomendar a Intelbras para um amigo ou parente?". Os respondentes do questionário padrão enviado por e-mail após a compra são classificados de acordo com a nota que atribuíram: *promotores* (pessoas que deram 9 ou 10), *neutros* (pessoas que deram 7 ou 8) e *detratores* (pessoas que deram 0 a 6). O índice é calculado como: (promotores – detratores) / total de respondentes.

⁸ De acordo com pesquisa realizada pela TOP BRANDS, que considerou as regiões sul e sudeste, com base em casos de clientes que efetuaram uma compra de produtos de telecomunicação eletrônica nos últimos 12 meses em 2017.

⁹ Informação extraída da seguinte análise *Omdia 2020 Video Surveillance Analytics Market Share Database* e do *Ranking 50 Security 2018* da Asmag Global Security, portal B2B voltado para players globais de segurança em que a Dahua Technology apareceu como a maior empresa 100% privada do setor de segurança eletrônica, e a segunda maior considerando todas as empresas, disponível em <https://revistasegurancaeletronica.com.br/dahua-technology-e-eleita-maior-empresa-100-privada-do-setor-de-seguranca-eletronica/>. Segundo a publicação, a Dahua Technology alcançou a posição de maior empresa privada do mundo segundo o critério de receita bruta verificada no ano de 2017.

Principais indicadores financeiros e operacionais

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossos principais indicadores financeiros e operacionais relativos às nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Para mais informações sobre as nossas demonstrações financeiras, vide seção 2 deste Formulário de Referência.

Indicadores financeiros (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		[▲] 24x23
	2024	2023	
Receita operacional líquida	4.756.146	4.103.676	15,9%
Lucro bruto	1.462.629	1.277.007	14,5%
Lucro líquido	528.412	545.558	-3,1%
EBITDA ⁽¹⁾	642.151	600.565	6,9%
Resultado financeiro e variação cambial	(29.482)	(4.631)	536,6%
Dividendos ^{(2) (3)}	191.180	204.190	-6,4%
Dívida (Caixa) líquida ⁽⁴⁾	26.046	(401.840)	-106,1%

⁽¹⁾ O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, e consiste no lucro líquido do exercício/período ajustado pelo resultado financeiro líquido, incluindo a variação cambial líquida, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. Para reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Corresponde ao montante de dividendos distribuídos, com base no lucro líquido do respectivo exercício social, somado ao montante de juros sobre o capital próprio, distribuído no respectivo exercício social.

⁽³⁾ No âmbito de reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025 ("RCA de 25 de fevereiro"), o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de proventos no montante de R\$ 89.925.784,40, que foram distribuídos a título de dividendos. No âmbito da RCA de 25 de fevereiro ficou consignado que (i) tiveram direito ao recebimento dos proventos as pessoas que eram acionistas da Companhia em 05 de março de 2025.

⁽⁴⁾ A Dívida (Caixa) Líquida equivale ao total dos financiamentos e empréstimos deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de longo prazo. Não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida (Caixa) Líquida de maneira diferente da Companhia. Para reconciliação dos financiamentos e empréstimos para a Dívida (Caixa) Líquida, vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo demonstra nossa receita operacional líquida de cada um de nossos segmentos operacionais:

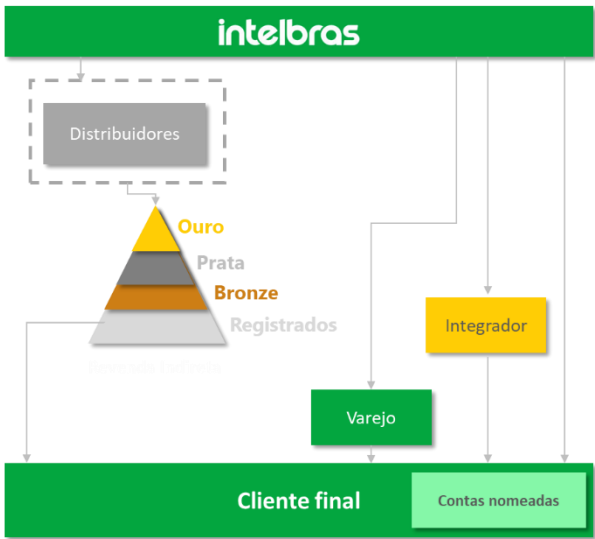
Indicadores	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		[▲] 24X23
	2024	2023	
(em milhares de R\$, exceto %)			
Receita operacional líquida			
Segurança	2.602.713	2.225.214	16,9%
Tecnologia da Informação e Comunicação	1.062.207	907.919	17,0%
Energia	1.091.226	970.543	12,4%

Vantagens competitivas

Nossa presença histórica e consolidada no país, aliada à capacidade de adaptação às necessidades do mercado, nos garante importantes vantagens competitivas que nos diferenciam dos concorrentes:

Rede de distribuição ampla e desenvolvida, com acesso a uma sólida plataforma de vendas

Possuímos uma rede de distribuição extremamente ampla e desenvolvida, presente em todos os Estados do país e no Distrito Federal. Contamos com o apoio de cerca de 500¹⁰ pontos de vendas de distribuidores (parceiros), que compram nossos produtos e os revendem para nossos mais de 80.000 revendedores parceiros autorizados, que, por sua vez, oferecem nossos produtos aos nossos consumidores finais. Através desse canal, adquirimos um nível elevado de capilaridade, o que contribui com o nosso desafio de continuar desenvolvendo nosso portfólio de produtos e fortalecimento da nossa marca (Intelbras). Nossas formas de comercialização estão detalhadas abaixo e podem ser melhor visualizadas conforme o gráfico abaixo:



¹⁰ Considera todas as unidades de distribuição dos parceiros.

Por meio da academia do conhecimento Intelbras Itec, oferecemos treinamentos comerciais e técnicos, além de certificações, focados em nossas superintendências de negócio, gerando maior retenção e aumento de fidelidade dos parceiros. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas mais de 363 mil qualificações. Outros fortes impulsionadores da fidelização dos distribuidores e integradores são os nossos programas de incentivo. Alguns exemplos abaixo:

Programa de Canais

A Intelbras entende que o desenvolvimento do mercado é de responsabilidade da marca, disponibilizando produtos competitivos e adequados ao seu público. Por outro lado, o acesso a este mercado se dá através de seu canal de distribuição. Por esta razão, a companhia apoia tanto os distribuidores quanto os revendedores nas estratégias de acesso ao mercado para seus produtos e desta forma construiu a uma rede fiel, robusta e pulverizada de clientes.

O Programa de Canais Intelbras (PCI) é um programa de benefícios que fortalece o relacionamento entre a Intelbras, distribuidores e revendedores, impulsionando o crescimento de todo o mercado. Nosso objetivo é estimular o desenvolvimento sustentável dos negócios, reconhecendo o desempenho de distribuidores, revendas e assistências técnicas por meio de benefícios exclusivos.

Entre os principais pilares do programa, estão:

- ✓ Plano de benefícios e reconhecimento baseado em resultados.
- ✓ Política comercial estruturada.
- ✓ Garantia de rentabilidade para os parceiros.
- ✓ Fortalecimento do relacionamento e suporte contínuo.
- ✓ Estratégia de pré e pós-venda para excelência no atendimento.
- ✓ Programa de capacitação e certificação profissional.

	Distribuidores	Revendedores/instaladores
Benefícios	• Acesso à plataforma robusta da Intelbras: ○ Fundo de marketing cooperativo ○ Plataforma de suporte ao cliente ○ Relatórios de inteligência de negócios ○ Geração de <i>leads</i> • Descontos de receita • Rotação de estoque para produtos ociosos • Proteção de preços	• Acesso à plataforma robusta da Intelbras: ○ Fundo de marketing cooperativo ○ Plataforma de suporte ao cliente para parceiros Ouro • Descontos para aquisição de produtos • Acesso a programas de treinamento exclusivos • Suporte para registro de projeto e conselhos técnicos
Compromissos	• Objetivos quadrimestrais de <i>sell-in</i> • Prover informações de estoque e <i>sell-out</i> • Seguir políticas de suporte ao cliente e precificação • Se abster de vender ao consumidor final	• Objetivos quadrimestrais • Ao menos dois profissionais treinados • Seguir diretrizes de infraestrutura • Presença <i>online</i>

- Constantemente prover métricas de *sell-out* e *KPIs*

Programa Distribuidor Mais Verde

O programa Distribuidor Mais Verde abrange cerca de 95% dos distribuidores, e representa aproximadamente 86% da receita líquida realizada no Canal de Distribuição do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os principais benefícios dos distribuidores verdes incluem: descontos para aquisição de produtos (de 2% a 9%, dependendo do segmento), prioridade em iniciativas de marketing e prioridade em lançamento de produtos e recebimento.

Por meio deste programa, o distribuidor concede exclusividade à Companhia nas linhas de produtos comercializadas, por iniciativa própria. Aos distribuidores que optam por essa exclusividade, a Companhia oferece um pacote de benefícios igualmente exclusivos, conforme mencionado anteriormente.

Canal varejo

Além dos distribuidores, possuímos também uma forte presença nos pontos de venda, atrelado a um relacionamento próximo aos varejistas. Em 2024, esse canal era atendido diretamente por nosso time comercial e equipe de promotores, sendo responsáveis pela execução das estratégias comerciais de proximidade, através de:

- 42.340 visitas;
- 113.787 ações de pontos de vendas;
- 36.738 vendedores treinados.

Como exemplo de uma ação importante de marketing nos pontos de vendas, destaca-se o Espaço Experiência. Em parceria com canais varejistas em todo território nacional, levamos aos consumidores finais a experiência de visitar uma casa conectada.



Canal integradores e contas nomeadas

Atendemos algumas contas nomeadas de forma direta e indireta, provendo soluções sob medida. O faturamento a partir da comercialização direta com os nossos integradores parceiros e contas nomeadas. A fim de atender todos os nossos canais de venda e consumidores finais, possuímos canais de suporte e técnicos com altos índices de satisfação.

Canais de suporte

Oferecemos diversos canais de atendimento para garantir uma comunicação ágil e eficaz com nossos clientes. Com isso, conseguimos manter nosso nível de atendimento buscando sempre a alta qualidade, sendo reconhecido com a reputação máxima, conquistando o selo RA1000 no Reclame Aqui durante o ano de 2024.

Nosso canal de suporte, além de entregar um relacionamento eficiente e resolutivo aos consumidores de forma consistente ao longo do tempo, vem gerando cada vez mais *leads*, que são direcionados aos nossos canais parceiros para atendimento.

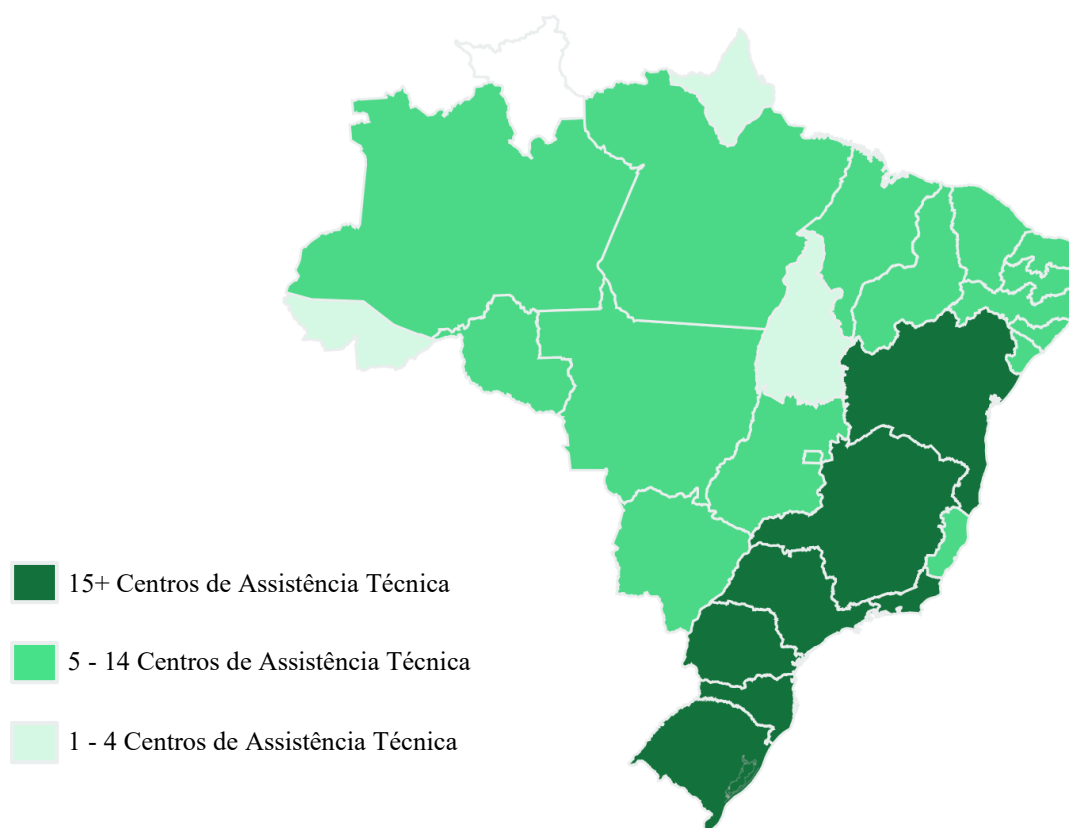
<i>Em mil interações</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Ligações diretas	568	738
WhatsApp ¹¹	1.464	1.115
E-mail	79	78
Mídias Sociais	29	11

Rede de Assistência Técnica

Contamos com assistências técnicas credenciadas e capacitadas em todo o país, conforme mostra o mapa abaixo, garantindo suporte especializado e eficaz em qualquer localidade.

Nosso propósito é claro: resolver é surpreender. Para nós, inovação vai além do avanço tecnológico; é sobre surpreender as pessoas ao resolver seus desafios. Fortalecer esses diferenciais é essencial para garantir que os clientes nos escolham, confiando na qualidade do nosso atendimento e na excelência dos serviços que oferecemos.

¹¹ Considerando atendimentos com interação humana e via *bot*



Portfólio de produtos vasto e completo, alinhado a um contínuo processo de pesquisa e desenvolvimento

Temos em nossa essência a identificação, desenvolvimento, exploração e integração de potenciais novas áreas de atuação, processo que, historicamente, tem se mostrado bem-sucedido, e que acreditamos que nos permite abranger grande parte dos espectros de consumidores que buscam por soluções de tecnologia dos nossos três segmentos de atuação: segurança, conectividade e energia.

Todo o nosso portfólio é integrado, complementar e foi pensado e desenvolvido a partir da identificação de oportunidades e necessidades da nossa rede de revendedores e instaladores credenciados. Essa estrutura nos permite oferecer uma solução completa, composta por produtos e serviços, aos nossos consumidores finais — dificultando a entrada de concorrentes nos mercados em que atuamos.

Em complemento aos produtos oferecidos, possuímos também diversos serviços de softwares proprietários disponíveis. Juntos, já acumularam, historicamente milhões de *downloads* e milhares de aplicações em projetos, gerando uma Receita Líquida recorrente de aproximadamente R\$ 140.000 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, possuímos um consolidado processo de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços, tendo investido historicamente cerca de 3% da nossa receita operacional líquida em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Nossa preocupação em pesquisar e desenvolver novos produtos e serviços nos coloca em uma boa posição frente aos nossos concorrentes, tendo em vista a necessidade de inovação e desenvolvimento de novas tecnologias no mercado em que atuamos.

Contamos com um time dedicado a pesquisa e desenvolvimento há mais de 45 anos, atualmente composto por mais de 670 profissionais, sendo desses com ensino médio, técnico, graduação e pós-graduação. Nossa estrutura é composta por laboratórios de desenvolvimento de TI, laboratórios de segurança elétrica e

laboratórios de testes mecânicos, compondo mais de 3.200 metros quadrados de área dedicada.

Posição de liderança no mercado

Em razão da nossa ampla e desenvolvida rede de distribuição e da nossa atuação em diversos setores, com um extenso portfólio de produtos, consolidamos nossa posição de liderança em diversos mercados. Desde a nossa fundação desenvolvemos novos produtos e serviços, expandindo nossas operações para novas regiões do Brasil.

Adicionalmente, nos beneficiamos de uma base ampla, diversificada e estratégica de fornecedores, que varia desde empresas de matérias-primas, a fornecedores de tecnologia, a exemplo da Dahua, nossa fornecedora para produtos do segmento de CFTV, da nossa BU de Segurança e acionista titular de aproximadamente 7,56% do nosso capital social, atualmente. Somos líderes nos mercados de segurança eletrônica, em diversas categorias de produtos, e de comunicação corporativa, de acordo com levantamentos realizados pela nossa administração.

Adicionalmente, acreditamos que o sucesso no desenvolvimento de novos negócios é fruto de uma posição estratégica no mercado e, por essa razão, possuímos como diretriz de buscar a liderança em cada categoria de atuação. Abaixo está a evolução do *market share* dos segmentos de nossos produtos, desconsiderando as operações das empresas controladas:

Segmento ¹²	31 de dezembro de	
	2024	2023
Segurança	43%	43%
TIC	9%	12%
Energia	7%	5%

A cada ano aprimoramos a forma de mensuração dos resultados, especialmente no que se refere ao Market Share (em R\$). Em 2024, implementamos melhorias significativas nesse processo, o que exigiu revisitar o tamanho de mercado da Intelbras em 2023, além da mensuração para 2024.

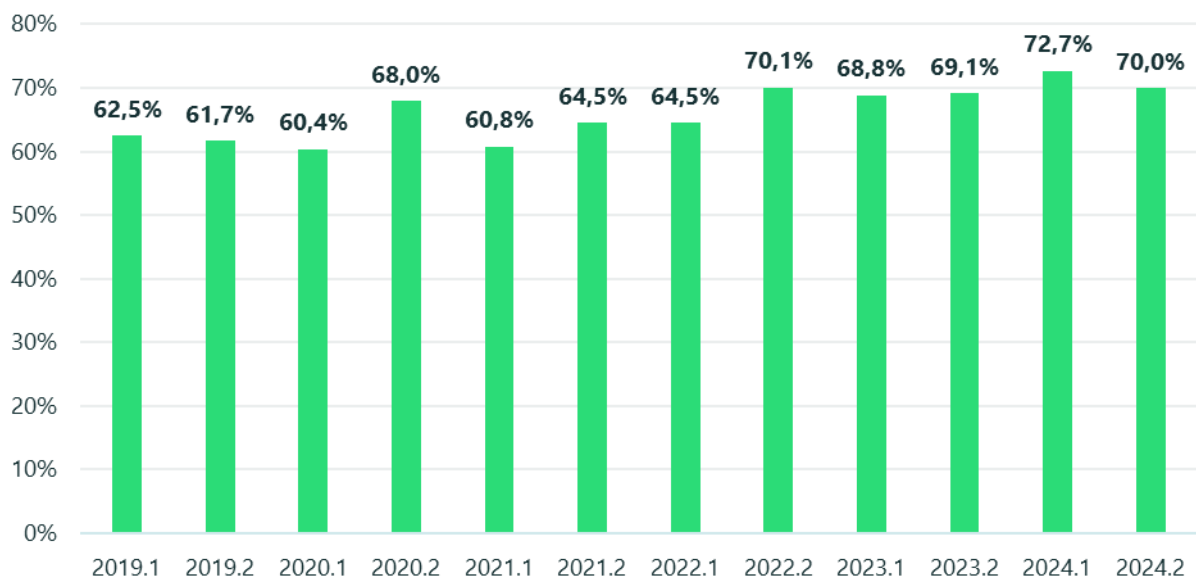
Com isso, foi necessária a atualização de informações e a revisão do tamanho de mercado da empresa. As principais mudanças ocorreram nas categorias de Baterias (no segmento de Energia), Controladores de Acesso, Fechaduras e Centrais de Incêndio (em Segurança), além de Radiocomunicadores (em Tecnologia da Informação e Comunicação).

Conscientização da Marca (Brand Awareness)

Somos reconhecidos por diversos prêmios do setor, e o além deste aspecto, acompanhamos nossos níveis de atendimento através do NPS (*Net Promoter Score*). No segundo semestre de 2024, tivemos um NPS de 70,0%, e a evolução deste indicador está apresentada a seguir:

¹² Considera somente operação da controladora

NPS HISTÓRICO



Somos uma marca de alto renome, uma importante classificação concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) à Intelbras. Além disso, podemos destacar que a Intelbras é reconhecida por 71% dos brasileiros, segundo dados da agência de branding Ana Couto, em uma metodologia que mensura o valor do branding da marca e identifica os fatores que realmente contribuem para a conversão do público.

Em 2024, mantivemos um esforço contínuo e estratégico em comunicação e mídia, com o objetivo principal de fortalecer o reconhecimento da marca junto aos seus diferentes públicos, reforçando sua posição como uma empresa de soluções tecnológicas completas. No período, realizamos quatro campanhas de grande porte, direcionadas a públicos B2B pequenos e médios, B2B grandes decisores e B2C. Essas ações tiveram como foco ampliar o conhecimento de marca, apresentar o portfólio de soluções e comunicar o *rebranding* da Intelbras – um movimento que trouxe novos atributos para a comunicação, adequando a mensagem de forma precisa para cada perfil de público.

A presença da marca foi amplificada por meio de uma estratégia de mídia, com atuação em canais de TV por assinatura (GloboNews, CNN, Jovem Pan News e Band Sports), mídia OOH (*out-of-home*) em diversos formatos e praças, além de forte presença online. Entre os canais digitais, destacam-se as plataformas programáticas, Spotify, redes sociais, Netflix, Globoplay, Uber, além de parcerias com influenciadores. Esse conjunto de ações gerou, ao longo de 2024, mais de **500 milhões de impactos** – ou seja, mais de 500 milhões de vezes em que o público teve contato com uma peça publicitária da Intelbras.

Em fevereiro de 2022 anunciamos o patrocínio da Stock Car Pro Series temporada 2022, com renovação para a temporada 2023 e na sequência para 2024, reforçando um dos territórios da marca (esportes a motor) onde nos comunicamos diretamente com nosso público-alvo, além de reforçar uma estratégia de presença nacional em uma das principais competições automobilísticas do país. Fornecemos as nossas soluções tecnológicas, como os *switches* gerenciáveis, catracas para o controle de entrada e saída do público e o sistema de CFTV, presentes em todas as corridas da temporada, levando inteligência artificial (IA), reconhecimento facial e mais eficiência e segurança à competição.

Em 2024, a Intelbras esteve presente em diversos veículos da imprensa, seja na grande mídia, ou em portais de *trades* específicos. No âmbito institucional, a marca foi evidenciada em veículos especializados de mídia

em uma série de temas, tais como: resultados financeiros, aquisições e parcerias, mercado de trabalho e aplicação das soluções, reforçando nosso posicionamento de marca.

Os temas de tecnologia e lançamento de produtos também foram repercutidos nos canais especializados, através de entrevistas e matérias publicadas nos mais diversos meios nacionais.

Entre os principais tópicos que reforçam a importância do trabalho com influenciadores digitais (Marketing de Influência) para a Intelbras, estão:

- O alcance é altamente segmentado, atingindo diretamente o público-alvo interessado em tecnologia. Outro benefício importante é o aumento da visibilidade da marca. Ao associar-se a influenciadores relevantes do setor, uma empresa de tecnologia pode expandir sua presença online, alcançar novos públicos e fortalecer sua autoridade no mercado.
- O envolvimento consistente com influenciadores relevantes pode fortalecer a imagem e a reputação da Intelbras, destacando-a como uma líder no setor de tecnologia e reforçando a mensagem-chave de que suas soluções facilitam a rotina de pessoas e empresas. Essas ações também geram um engajamento significativo, com taxas de interação e compartilhamento muito superiores às campanhas tradicionais.
- Esses benefícios combinados tornam o Marketing de Influência uma estratégia essencial para a Intelbras, que deseja alcançar e engajar seu público-alvo de maneira eficaz no ambiente digital. Além disso, a interação com influenciadores também pode fornecer *feedback* valioso sobre produtos, serviços e estratégias de marketing, ajudando a companhia a melhorar e ajustar suas abordagens.

Indicadores operacionais e financeiros consistentes e resilientes, combinados com sólida experiência em aquisições

Acreditamos que principalmente em razão das vantagens competitivas mencionadas ao longo desse documento, apresentamos indicadores operacionais e financeiros consistentes que se mostraram resilientes mesmo em períodos de instabilidade, a exemplo da crise econômico-política vivenciada pelo país entre os anos de 2014 a 2017, bem como, mais recentemente, durante a pandemia da Covid-19.

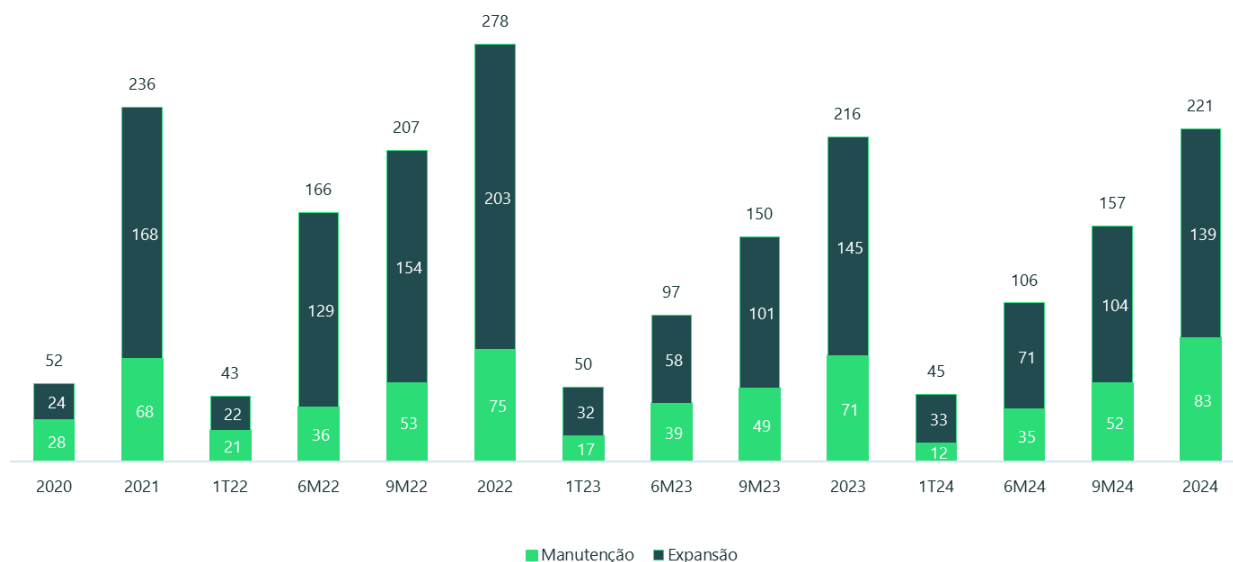
Adicionalmente, acreditamos adotar gestão financeira conservadora e segura, a exemplo da nossa prática¹³ de manter um caixa robusto, superior a um mês de faturamento bruto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nossa receita operacional líquida totalizou R\$ 4.756.146 mil, representando uma variação de 15,9% em relação ao mesmo período de 2023, quando havia atingido R\$ 4.103.676 mil. Ainda em 2024, nosso lucro líquido foi de R\$ 528.412 mil e o EBITDA totalizou R\$ 642.151 mil, com variações de -3,1% e +13,4%, respectivamente.

O principal investimento de capital realizado para incremento de capacidade em 2024 foi a conclusão da construção do novo armazém, localizado na cidade de São José/SC, e representa uma parcela relevante do total de CAPEX de expansão, bem como o investimento na implantação de nosso novo sistema ERP, demonstrado conforme figura abaixo:

¹³ Apesar de ser uma prática da nossa administração, essa não é uma política formalmente aprovada pela nossa Companhia.

Evolução CAPEX (Em milhões de R\$)



Ademais, possuímos um repertório em outras aquisições, como as listadas abaixo:

- 2023: A aquisição da Allume Holding S.A.S. fortalece a estratégia de internacionalização da Intelbras e a participação de mercado da Companhia na América Latina. As empresas mantiveram suas operações comerciais independentes e as sinergias foram captadas nos processos internos de gestão.
- 2022: Aquisição da Renovigi Energia Solar em abril de 2022 nos permitiu o ingresso com maior competitividade no mercado de geradores fotovoltaicos, reforçando o nosso compromisso com o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis
- 2021: Aquisição Khomp, complementando nossas soluções tecnológicas e ampliando os negócios com receita recorrente.
- 2019: Aquisição Décio e Seventh, ingressando com grande competitividade no mercado de fabricação racks para redes e reforçando nossa posição no mercado de serviços de tecnologia em segurança eletrônica, com softwares de monitoramento de imagens.
- 2013: Aquisição da Automatiza e Engesul, entrando nos segmentos de controle de acesso e prevenção contra incêndios.
- 2006: Aquisição da Maxcom, entrando nos segmentos de segurança eletrônica.

Estrutura de governança corporativa profissionalizada

Possuímos uma Administração altamente profissionalizada e qualificada, que extrapola os requisitos mínimos que devem ser adotados por companhias que possuem ações admitidas à negociação no segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado.

Desde 2005, contamos com uma Diretoria profissionalizada e capacitada formada, até abril/2025, pelo nosso Diretor Presidente, Sr. Altair Silvestri, e pelo nosso Diretor Superintendente Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Rafael Boeing, que atuam no setor há mais de 40 e 30 anos, respectivamente, além de três Diretores Superintendentes de Negócios, com mais de 20 anos de carreira e mais de 10 anos de atuação na companhia, todos profissionais do mercado e sem vínculo familiar ou pessoal com nossos acionistas controladores. Desde junho de 2023 foram empossados três novos diretores, superintendentes nas áreas de negócio. Paulo Daniel Correia assumiu a BU de Segurança, Henrique Fernandez responde pela BU de Tecnologia da Informação e Comunicação e Marcio Ferreira da Silva está à frente da BU de Energia e ao final de 2024, o sr. Henrique Fernandez foi indicado pelo Conselho de Administração para suceder o sr. Altair Silvestri na presidência da Companhia, e tomou posse em 01 de abril de 2025.

Além disso, desde 1991, contamos com um Conselho de Administração. O nosso Conselho de Administração possui ao menos um conselheiro independente desde 1991 e, adicionalmente, desde 2019 conta com um conselheiro eleito pela Dahua, que, a despeito da relação comercial que mantêm com a nossa Companhia, não possui nenhuma outra relação com os nossos acionistas controladores.

Acreditamos na eficácia de mecanismos internos e externos de controle e auditoria. Por isso, desde 2000, somos auditados por uma das empresas líderes de mercado (*big four*). Além disso, em 2010, instalamos um Comitê de Auditoria não estatutário, que, em 25 de novembro de 2020, passou a ser vinculado ao nosso Conselho de Administração, alinhando-se às melhores práticas de governança corporativa e ao Regulamento do Novo Mercado da B3.

Ao longo de nossa história, mantemos uma forte presença em iniciativas *Environmental, Social and Governance* (ESG). No tema do meio ambiente, mais recentemente, desenvolvemos o maior telhado solar da região Sul do Brasil, com mais de 4.000 mil placas solares na unidade de São José/SC.

Em termos sociais, além de possuímos iniciativas de participação dos colaboradores a voluntariados, realizamos doações de produtos e soluções para construções públicas, universidades, eventos e hospitais, patrocinamos eventos culturais e projetos educacionais e principalmente nossas atividades de capacitação e treinamento de nosso canal, em sua grande maioria realizada gratuitamente que habilita centenas de milhares de pessoas no Brasil a participar do mercado de trabalho com formações técnicas e de gestão de qualidade.

Nossa cultura é intensamente adotada por todos os colaboradores que mantêm uma forte mentalidade de dono e de encantamento do cliente, continuamente alimentada por meio de programas de desenvolvimento de liderança interna, programas de participação nos lucros e bônus para todos os colaboradores desde 1993, fomentando o alinhamento entre acionistas e colaboradores. Dessa forma, não há necessidade de supervisão para garantir que os problemas dos clientes serão resolvidos.

Estratégia

O nosso objetivo no longo prazo é expandir ainda mais nossa presença em nossos mercados atuação. Para aprimorarmos ainda mais os produtos e as soluções que oferecemos aos nossos consumidores.

Especificamente, pretendemos:

Expandir presença nacional de forma orgânica, a partir dos investimentos realizados em exercícios anteriores

Ao longo dos últimos exercícios, expandimos nossa capacidade produtiva para atender à crescente demanda de nossos consumidores. Para tanto, já ampliamos nossas áreas disponíveis para produção, de nossas unidades fabris (de fabricação em Manaus e Minas Gerais), concluímos nova planta produtiva em Tubarão/SC para produção de nossa linha de cabos de fibra ótica e cabos UTP e continuamos expandindo nossas áreas de armazenagem. Desenvolvemos de maneira própria ou em parceria com empresas globais nosso portfólio de produtos, adequados e competitivos no mercado nacional, que nos permitem dar continuidade à estratégia de crescimento da Companhia.

Expandir canais internos verticais e de varejo (OPEX)

Buscamos expandir nossas equipes comerciais e desenvolver nosso portfólio no setor de varejo, contratando mais profissionais conforme nosso crescimento orgânico e inorgânico. Adicionalmente, pretendemos expandir nossas equipes técnico-comerciais e desenvolver nosso portfólio para o canal de verticais, que compreende nossa venda aos integradores e às contas nomeadas (grandes clientes atendidos pela fábrica). Assim, passaremos atender com maior proximidade nossos consumidores que demandam soluções mais robustas e muitas vezes personalizadas. Nosso CRM (*Customer Relationship Management*) promove maior integração de nossos sistemas e nos dá o alicerce para construção da transformação digital que nos permite conectar de forma mais rápida nossos consumidores aos nossos produtos e serviços prestados pelo nosso canal.

Expandir a nossa atuação através do crescimento inorgânico

Ao longo da nossa história conseguimos realizar algumas aquisições societárias de *players* que realizavam atividades conexas a alguns de nossos negócios. Nossas aquisições buscam principalmente complementar nossas soluções por novos portfólios ou novas tecnologias.

Entendemos que nossa experiência em fusões e aquisições e casos bem-sucedidos de integração de negócios nos credenciam a esta estratégia.

Pontos fracos, obstáculos e ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à nossa Companhia, aos nossos negócios e à nossa condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, podendo ocorrer de maneira combinada.

Para mais informações, vide item “Principais Fatores de Riscos Relacionados à Companhia” descrito abaixo e itens 4.1 e 4.2 de nosso Formulário de Referência.

a. produtos e serviços comercializados

Operamos integralmente, mas segregamos a nossa Receita Operacional Líquida e o nosso Lucro Bruto em três grandes segmentos de atuação, que formam as nossas três Superintendências de Negócios, chamadas internamente de BUs. As informações por segmento são utilizadas por nossa Administração para avaliar o nosso desempenho operacional segregadamente e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Nosso primeiro segmento de atuação é o de **SEGURANÇA**, composto pelos negócios de (i) vídeo monitoramento (CFTV), (ii) controle de acesso, (iii) alarmes de intrusão, (iv) alarmes de incêndio e pela empresa do grupo (v) Seventh. Nosso segundo segmento de atuação é o de **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, composto pelos negócios de (vi) redes empresariais, (vii) redes ópticas, (viii) radiocomunicadores, (ix) comunicação unificada, (x) acessórios de comunicação, (xi) cabeamento estruturado, e nossas empresas do grupo (xii) Khomp e (xiii) Metalúrgica Décio. Por fim, nosso terceiro e mais recente segmento de atuação é o de **ENERGIA**, formado pelos negócios de (xiv) fontes de alimentação de energia, (xv) proteção e armazenamento de energia, (xvi) geradores de energia solar *on* e *off-grid* e nossa empresa do grupo, (xvii) Renovigi Energia Solar. Estes negócios e empresas do grupo se integram e se completam, sendo formados por equipes focadas, responsáveis pela execução dos planos estratégicos e por consequência, do faturamento ao lucro de cada um de seus negócios. Cada um deles possui diversas categorias de atuação e são estruturados como empresas independentes, com seu corpo diretivo e demais times de gestão e contam com uma DRE gerencial dedicada para seus negócios. Essa estrutura nos permite fornecer um portfólio de produtos e serviços amplo e completo voltado principalmente para os setores empresarial, residencial e condominial¹, e nos posiciona de maneira diferenciada no mercado em que atuamos.

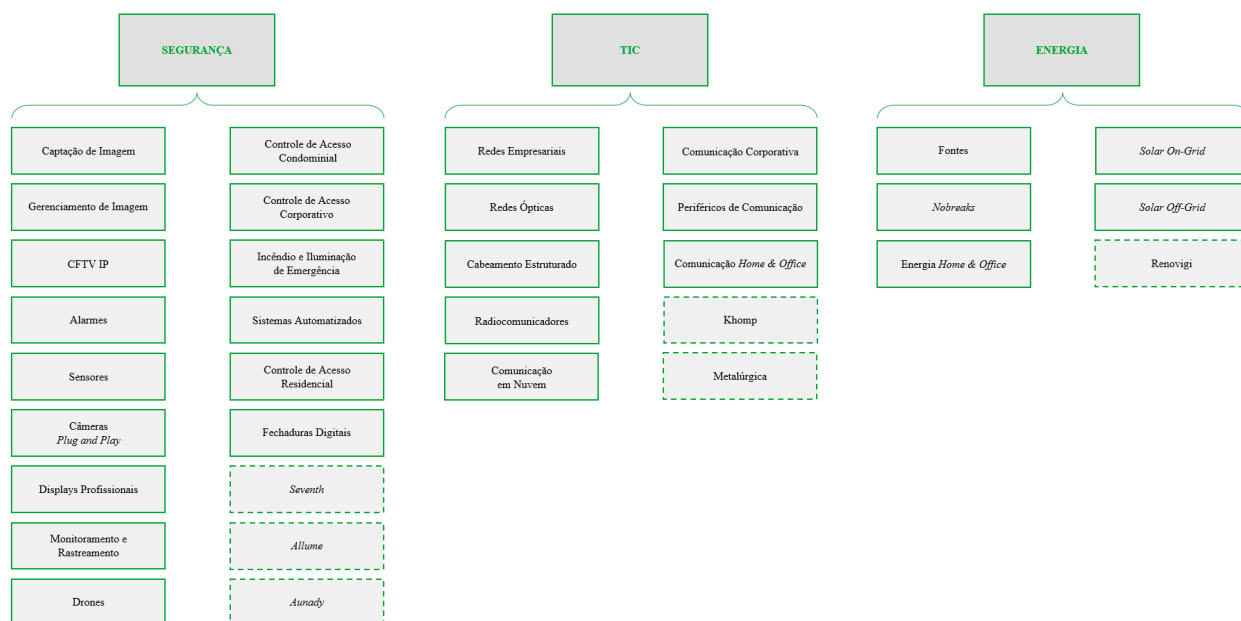
Nossos produtos e serviços são comercializados para todo o Brasil e para o exterior² através dos nossos canais de venda (i) rede de distribuição, (ii) varejo, (iii) integradores e contas nomeadas, e (iv) *online*, em menor proporção, por meio do nosso *website* loja.intelbras.com.br. Para mais informações sobre nossos canais de venda, vide item 1.4.b deste Formulário de Referência.

Embora tenhamos o negócio estruturado em BUs, nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, refletem um resultado único que entendemos ser a melhor forma para representar a integração de todas as nossas atividades. Para mais informações sobre nossas atividades e informações financeiras, vide itens 1.2, 1.4 e 2.1 deste Formulário de Referência.

Abaixo esquematização de nossas superintendências de negócio (BUs) e suas respectivas categorias:

¹ Nossos produtos e serviços são destinados para: residências, condomínios, provedores, indústria, transportes, finanças, governos, operadores, setor de saúde, setor hoteleiro, varejo e *call center*, entre outros.

² Celebramos contratos no Brasil para a exportação de nossos produtos para países das Américas e do continente africano. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o volume de tais exportações representou menos de 1% de nossa receita operacional líquida.



b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(Em R\$ milhares, exceto %)	Segmento	2024	% do total	2023	% do total
Receita Operacional Líquida	Segurança	2.602.713	55%	2.225.214	54%
Receita Operacional Líquida	TIC	1.062.207	22%	907.919	22%
Receita Operacional Líquida	Energia	1.091.226	23%	970.543	24%
Receita Operacional Líquida Total		4.756.146	100%	4.103.676	100%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

(Em R\$ milhares, exceto %)	Segmento	2024	% do total	2023	% do total
Lucro Bruto	Segurança	904.954	62%	832.655	65%
Lucro Bruto	TIC	288.449	20%	274.789	22%
Lucro Bruto	Energia	269.226	18%	169.563	13%
Lucro Bruto Total		1.462.629	100%	1.277.007	100%

Internamente, somos estruturados em três Unidades de negócio (BUs): Segurança, Tecnologia de Informação e Comunicação, e Energia. Nosso compromisso é criar soluções tecnológicas que fazem a diferença na vida e nos negócios de nossos clientes. São elas:

I. SEGURANÇA

Nossa BU de Segurança iniciou em 2007 e é atualmente direcionada para os setores empresarial, residencial e condominial e para cidades inteligentes¹. Em linhas gerais, em Segurança, desenvolvemos e comercializamos alarmes de intrusão, equipamentos de videomonitoramento — também conhecidos como equipamentos de CFTV², sistemas de controle de acessos residencial, condominial, empresarial, industrial e para pequenos comércios, bem como sistemas de detecção e alarme de incêndio, — além de softwares e acessórios voltados para o monitoramento de tais sistemas. Segundo dados públicos disponibilizados pela Receita Federal do Brasil e organizados por meio do MIDI, em 31 de dezembro de 2024, possuíamos mais de 43% de *market share* nesta BU.

Nos negócios de Alarmes de intrusão e incêndio, desenvolvemos desde sensores de fumaça e presença até diferentes tipos de alarmes para uso em residências e grandes complexos. Já em CFTV, desenvolvemos desde câmeras menos complexas para uso em residências e instalação própria até câmeras profissionais para videomonitoramento de grandes complexos como aeroportos, *shoppings* e praças e ruas públicas. Oferecemos produtos completos que envolvem desde a captação de imagem até o armazenamento e o gerenciamento dos dados captados pelas câmeras. Já nas linhas de controle de acessos, desenvolvemos desde equipamentos de reconhecimento facial e de vídeo-porteiros até fechaduras digitais e catracas.

Dessa forma, somos capazes de proporcionar aos nossos revendedores e clientes finais a execução, instalação e manutenção, bem como configuração de todos os dispositivos necessários para uma estrutura de segurança.

Na data deste Formulário de Referência, esta BU (Segurança) contava com diversas categorias de produtos distribuídas em 15 segmentos, estruturados da seguinte forma: **(1)** gerenciamento de imagens (compreende DVRs³, NVRs⁴, HDDs⁵ e *softwares*); **(2)** captação de imagens (compreende câmeras analógicas, baluns e acessórios); **(3)** CFTV IP (compreende câmeras IP⁶ e *softwares*); **(4)** alarmes (compreende centrais, controle remoto, cercas elétricas e acessórios); **(5)** sensores para alarmes (compreende sensores de movimento, barreira e abertura); **(6)** câmeras *plug and play* (compreende câmeras, alarmes e sensores *wi-fi*, e licenças); **(7)** displays profissionais (compreende *digital signage*); e **(8)** monitoramento e rastreamento (compreende CFTV e sistema de monitoramento veicular⁷), **(9)** controle de acesso condominial; **(10)** controle de acesso corporativo; **(11)** incêndio e iluminação de emergência; **(12)** sistemas automatizados; **(13)** controle de acesso residencial; **(14)** fechaduras digitais e **(15)** drones. Adicionalmente, esta BU conta com uma ampla estrutura de suporte e assistência técnica, que abrange todas as regiões do Brasil, além de uma equipe interna dedicada ao suporte e atendimento aos nossos parceiros e consumidores, bem como o oferecimento de treinamentos e capacitação presencial a esses parceiros.

¹ Cidade inteligente consiste em uma cidade que faz uso de tecnologia para otimizar a eficiência das operações e serviços da cidade através de energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

² Significa Circuito de Monitoramento Fechado de TV e consiste no conjunto de sistemas destinados ao videomonitoramento de um determinado local, desde a captação de imagem até o gerenciamento e armazenamento de dados.

³ Significa *Digital Video Recorder* e consiste em um dispositivo eletrônico que grava vídeo em formato digital em unidade de disco.

⁴ Significa *Network Video Recorder* e consiste em um sistema que monitora e gerencia câmeras por IP (Internet).

⁵ Significa *Hard Disk Drive* ou Disco Rígido e consiste em um dispositivo para guardar arquivos em um computador.

⁶ Câmeras que podem ser acessadas e controladas via qualquer rede IP (Internet).

⁷ Significa Circuito Fechado de TV para automóveis.



Atualmente, os produtos e serviços de segurança são comercializados em todos os nossos canais de venda (rede de distribuição, varejo, integradores e contas nomeadas e *online*). Para mais informações sobre nossos canais de venda, vide item 1.4.b deste Formulário de Referência.

II. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

Nossa BU de Tecnologia da Informação e Comunicação iniciou em 1976 e foi a primeira estratégia de negócio, voltada naquele momento somente para o mercado Telecom (telecomunicação). Em linhas gerais, nesta BU desenvolvemos e comercializamos produtos e soluções focados em aprimorar a comunicação empresarial e residencial, a exemplo de comunicação empresarial na nuvem, conversores inteligentes para TV, telefones convencionais e rurais e outros. A partir de 2007, passamos a desenvolver e comercializar produtos e soluções para comunicação de dados, por tecnologia com ou sem fio. Desde roteadores básicos para uso residencial até equipamentos de infraestrutura para fibra ótica, passando por *switches* gerenciáveis e rádios para transmissão de dados. Segundo dados públicos disponibilizados pela Receita Federal do Brasil e organizados por meio do MIDI, em 31 de dezembro de 2024 possuíamos mais de 9% de *market share* nesta BU.

O portfólio de Tecnologia da Informação e Comunicação contribui para as nossas demais BUs através da infraestrutura de redes, uma vez que diversos dos equipamentos comercializados requerem acesso à Internet ou mesmo podem ser conectados por uma estrutura de rede. Em Segurança, por exemplo, podemos conectar câmeras IP através de rádios ou um vídeo-porteiro *Wi-Fi* requer acesso ao sinal de internet da residência. Por outro lado, um próprio sistema empresarial de comunicação requer uma infraestrutura de redes adequada ao seu porte. Em todos os exemplos, esse portfólio suporta os demais, desenvolvidos por nossas outras BUs.

Na data deste Formulário de Referência, a BU contava com 8 segmentos especializados: **(1)** redes ópticas, voltado para provedores de Internet e empresas (compreende equipamentos GPON⁸); **(2)** redes empresariais, voltado para empresas e soluções de diversos portes (compreende desenvolvimento de *switches*, rádio banda larga e equipamentos sem fio); **(3)** cabeamento estruturado, voltado para fabricação de estruturas metálicas e acessórios para instalação da estrutura de rede, **(4)** comunicação *home & office*, voltado para residências e pequenas empresas (compreende telefonia, *smarhome*, voz e dados e acessórios); **(5)** comunicação em

⁸ Significa *Gigabit Passive Optical Network* e consiste em equipamentos para rede de fibra ótica.

nuvem; **(6)** comunicação corporativa, voltado para empresas (compreende centrais telefônicas, *gateways*, terminais corporativos e comunicação em nuvem); **(7)** radiocomunicadores; e **(8)** periféricos de comunicação, (compreende equipamentos para videoconferências, periféricos e projetores).



Os produtos desta BU são comercializados em nossos canais de venda varejo, rede de distribuição, contas nomeadas, e através de um canal direto com provedores de Internet. Para mais informações sobre nossos canais de venda, vide item 1.4.b deste Formulário de Referência.

III. ENERGIA

Nossa BU de Energia teve início em 2017 e é direcionada aos setores empresarial e residencial. Em linhas gerais, nosso portfólio compreende produtos e soluções focados em proteger equipamentos eletrônicos e garantir seu funcionamento, fornecendo energia, proteção, iluminação, praticidade e economia, bem como oferecemos geradores de energia limpa, solar, tanto conectados ao grid de energia quanto para geração isolada, totalmente desconectada do grid. Segundo dados públicos disponibilizados pela Receita Federal do Brasil e organizados por meio do MIDI, em 31 de dezembro de 2024 possuíamos mais de 7% de *market share* nesta BU.

Esse portfólio de produtos complementa para praticamente todas as soluções oferecidas pelas demais BUs. Seus equipamentos propiciam um projeto mais estável e confiável aos revendedores, que comercializam equipamentos das BUs de Segurança e TIC, dispositivos que forneçam energia, controle e praticidade para o funcionamento dos produtos.

Na data deste Formulário de Referência, a BU contava com 5 segmentos: **(1)** carregadores veiculares e fontes voltadas para alimentação de equipamentos eletrônicos; **(2)** baterias e *nobreaks*, voltado para a segurança, garantia de energia e proteção de equipamentos eletrônicos; e **(3)** energia *home office*, voltado para produtos de elétrica e iluminação, **(4)** Geradores *on-grid*, voltado para consumidores que buscam um sistema fotovoltaico conectado à rede de distribuição de energia (equipamento que fornece energia para o consumidor conectado à concessionária, por exemplo, e abate do valor da conta mensal); **(5)** Geradores *off-*

grid, voltado para geração de energia através de sistemas autônomos, independentes de rede de distribuição de energia elétrica. A combinação de ambos os sistemas de geração forma um sistema híbrido, aplicável a diversas necessidades residenciais e empresariais. Isto é, os painéis geradores fotovoltaicos podem estar ligados ou não à rede elétrica, o que possibilita de forma adequada o fornecimento de energia a qualquer empreendimento.



Para mais informações sobre nossos canais de venda, vide item 1.4.b deste Formulário de Referência.

Embora nossos geradores solares sejam majoritariamente destinados a residências e pequenos negócios, nossos geradores de energia solar também podem ser utilizados em grandes complexos. Em 2020, introduzimos em nossa fábrica localizada em São José/SC, 4.119 módulos fotovoltaicos fabricados por nós (o que representa 8.238 m² de painéis solares), de 330 W e potência de 1.359 kWp, que foram instalados em apenas 80 dias.



Em 2023 seguimos com o incremento no uso do recurso fotovoltaico, tendo finalizado a construção de uma usina solar em Tubarão (SC) com potência de 600 kWp e ampliado as existentes em nossas matriz e filial em São José (SC), onde está instalado o maior telhado solar da Região Sul do Brasil.

Em 2024, a energia total gerada pelas duas unidades foi de 2.459 MWh, o equivalente ao consumo anual de aproximadamente 1.322 residências. Atualmente, nossos painéis são responsáveis por gerar cerca de 28% da energia consumida mensalmente pelas unidades.

Os produtos desta BU são comercializados principalmente nos canais de venda de distribuição, varejo e *online*. Adicionalmente, os geradores *on-grid* são comercializados em nossa plataforma solar, principalmente via nosso canal de venda de distribuição. Para mais informações sobre nossos canais de venda, vide item 1.4.b deste Formulário de Referência.

Para viabilizar a comercialização de alguns produtos específicos deste portfólio (e em razão da capacidade de pagamento de alguns de nossos clientes), contamos com o apoio de determinadas instituições financeiras parceiras que celebram com alguns de nossos clientes um contrato de financiamento específico, do qual nós não somos parte. No âmbito desses financiamentos, não há desembolso de caixa da nossa Companhia (tampouco há qualquer prestação de garantia pela nossa Companhia), sendo que o nosso recebimento da contraprestação financeira em razão do produto adquirido pelo cliente é à vista, sem qualquer interferência em razão do financiamento contratado pelo cliente.

a. características do processo de produção

Em linhas gerais, o processo de produção de nossos produtos e soluções compreende o seguinte processo: **(i)** pesquisa e desenvolvimento; **(ii)** aquisição de matéria-prima; **(iii)** produção; e **(iv)** amostragem e testes. Contamos com quatro unidades fabris localizadas em São José/SC, Manaus/AM, Santa Rita do Sapucaí/MG e Tubarão/SC focadas no processo de produção de BUs específicas.

Atualmente, em São José, desenvolvemos e produzimos os produtos de todas as BUs. Em Manaus, produzimos os produtos da BU Segurança. Por sua vez, em Santa Rita do Sapucaí desenvolvemos e produzimos os produtos da BU Segurança, focado em produtos de controle de acesso. Já a nossa unidade fabril de Tubarão/SC é focada na produção de cabos. Embora a divisão esteja estruturada dessa maneira por questões estratégicas e mercadológicas, somos capazes de produzir os produtos de nossas BUs, em qualquer uma de nossas fábricas, caso entendamos necessário, exceto na fábrica de Tubarão/SC, especializada na produção de cabos de fibra óptica e UTP.

Em todas as BUs, contamos também com a produção de equipamentos em plantas localizadas na Ásia, principalmente na China, Coreia e Vietnã, pertencentes aos nossos fornecedores, como estratégia de produção que se complementa e contribui para a maior competitividade dos equipamentos Intelbras. Em geral, trata-se de produtos de complementação de portfólio, com volumes ou características de produção que não são adequados para a produção nacional, em nossas próprias fábricas. Para estes casos, contamos com uma equipe de desenvolvimento de fornecedores locais, encarregada de acompanhar os níveis de qualidade das fábricas e dos lotes produzidos pelos terceiros.

Adicionalmente, alguns de nossos produtos da BU Segurança, em especial CFTV, são desenvolvidos em conjunto com nosso parceiro estratégico e acionista que, em 31 de dezembro de 2024, era titular de ações que representam 7,56% do nosso capital social, Dahua, uma das líderes mundiais em videomonitoramento. Para mais informações sobre o Acordo de Cooperação que celebramos com a Dahua em 31 de dezembro de 2018, vide item 11.3 deste Formulário de Referência.

i. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A etapa de Pesquisa e Desenvolvimento visa atender as demandas de mercado por produtos e serviços, de forma que possamos constantemente desenvolver soluções inovadoras com serviços e tecnologia de alta qualidade. Adicionalmente, estamos continuamente investindo no desenvolvimento de novos produtos, a fim de expandir nosso portfólio e reforçar ainda mais nossa presença no mercado em que atuamos. Para tanto, nossas diretorias não estatutárias voltadas para cada uma de nossas BUs, bem como as suas respectivas gerências, realizam continuamente pesquisas mercadológicas, visando identificar segmentos que necessitem soluções específicas e, portanto, o oferecimento de soluções orientadas a tais segmentos. Em 31 de dezembro de 2024, contávamos com mais de 670 profissionais dedicados às áreas de engenharia e desenvolvimento de produtos, considerando todas nossas BUs.

ii. AQUISIÇÃO DE MATÉRIA PRIMA

Após a etapa de Pesquisa e Desenvolvimento, passamos à aquisição de matéria-prima, de forma que adquirimos matérias-primas importadas e nacionais. Nossos fornecedores passam por um processo de homologação, qualificação e avaliação para habilitar o fornecimento de materiais que usamos para fabricação de nossos produtos. Para tanto, consideramos preço, qualidade, volume, custos logísticos, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2024, cerca de 80% de nosso custo do produto vendido é vinculado ao dólar. Dentre os materiais principais utilizados para fabricação de nossos produtos, os principais são semicondutores, placas de circuito impresso, plástico ABS, componentes eletrônicos passivos e material para embalagem.

iii. PRODUÇÃO

Cada uma de nossas quatro unidades fabris localizadas em São José/SC, Manaus/AM, Santa Rita do Sapucaí/MG e Tubarão/SC é focada no processo de produção de BUs específicas. Atualmente, em São José desenvolvemos e produzimos os produtos de todas as BUs. Em Manaus, produzimos os produtos da BU Segurança. Por sua vez, em Santa Rita do Sapucaí desenvolvemos e produzimos os produtos da BU Segurança, focado em produtos de controle de acesso. Já a nossa unidade fabril de Tubarão/SC é focada na produção de cabos. Embora a divisão esteja estruturada dessa maneira por questões estratégicas e mercadológicas, somos capazes de produzir os produtos de nossas BUs, em qualquer uma de nossas fábricas, caso entendamos necessário, exceto na fábrica de Tubarão/SC, especializada na produção de cabos de fibra óptica e UTP.

Nossas fábricas são focadas em produtividade e ganho de eficiência. Dessa forma, em linhas gerais, nossos produtos passam pelos seguintes processos principais: injeção plástica, inserção automática de componentes, montagem manual, montagem final e testes, armazenagem e expedição, conforme descrito abaixo:

- **Injeção Plástica:** possuímos injetoras de alta capacidade e desempenho. Temos capacidade para injetar mais de 2.760 toneladas (SC - 1.800 ton., MG - 720 ton., AM - 240 ton.) de plástico ABS anualmente. Este plástico dá forma à grande maioria dos produtos oferecidos por nós.
- **Inserção Automática de Componentes:** também conhecido como linhas SMD (*surface mounting devices*), possuímos capacidade de montagem automática de componentes SMD e discretos. Em 31 de dezembro de 2024, possuíamos 15 linhas FUJI/ Panasonic (SC - 9 linhas, AM – 6 linhas) Linhas SMD disponíveis, o que nos dá uma capacidade mensal de 420 milhões (SC -

220 milhões, AM - 200 milhões) milhões de componentes.

- **Montagem Manual:** Os componentes que não podem ser montados automaticamente passam por um processo de inserção manual, conduzido por equipes altamente treinadas e habilitadas neste processo. Com todos os componentes montados, as placas eletrônicas dos equipamentos são disponibilizadas para a montagem final.
- **Montagem Final e Testes:** Nesta etapa, as placas eletrônicas são integradas aos gabinetes, em sua maioria plásticos, e recebem os complementos necessários para a formação do produto final. Realizamos um teste funcional em 100% dos equipamentos, que após aprovados, são embalados e disponibilizados para a área de armazenagem.
- **Armazenagem e Expedição:** Contamos com área de armazenagem em nossas 4 fábricas (SC, MG e AM) e em nosso centro de distribuição em Jaboatão dos Guararapes – PE (Filial Nordeste), além dos 44.000 m² disponíveis no CD de São José - SC, gerenciados pelo nosso WMS (*warehouse management system*) integrado, que controla todas as operações desta área.



iv. AMOSTRAGEM E TESTES

Após finalizado o ciclo de produção, os lotes de produtos passam por uma fase de testagem amostral, para fins de verificação da qualidade e uso, analisado sob a ótica do consumidor final. Testamos 100% de nossos produtos em nossas linhas de montagem. Adicionalmente, possuímos uma equipe de auditoria de qualidade que realiza uma checagem completa de requisitos por amostragem de produtos. Caso um produto esteja fora dos padrões ideais, o lote de produtos é inteiramente revisto, para impedir que qualquer problema chegue a campo.

Após a finalização das etapas (i) a (iv) acima, nossos produtos são destinados à distribuição, realizada conforme descrito no item 1.4.b deste Formulário de Referência, imediatamente abaixo.

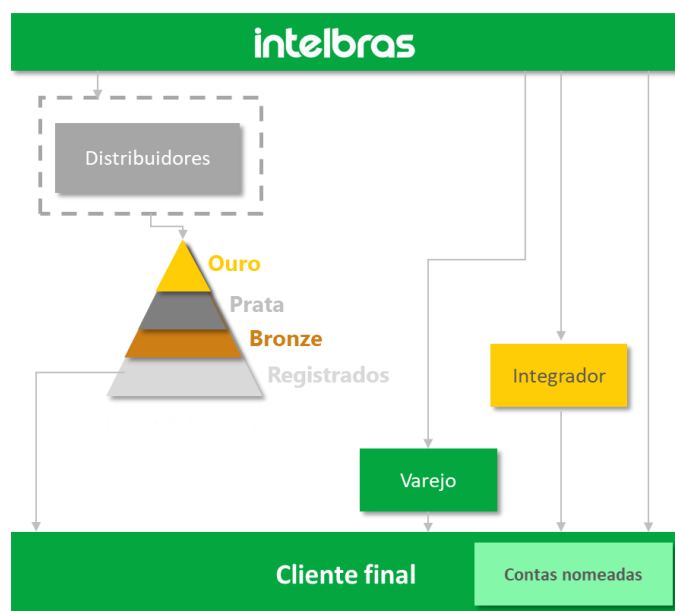
b. características do processo de distribuição

Cada uma de nossas quatro unidades fabris localizadas em São José/SC, Manaus/AM, Santa Rita do Sapucaí/MG e Tubarão/SC é focada no processo de produção de BUs específicas. Atualmente, em São José desenvolvemos e produzimos os produtos de todas as BUs. Em Manaus, produzimos os produtos da BU

Segurança. Por sua vez, em Santa Rita do Sapucaí desenvolvemos e produzimos os produtos da BU Segurança, focado em produtos de controle de acesso. Já a nossa unidade fabril de Tubarão/SC é focada na produção de cabos. Embora a divisão esteja estruturada dessa maneira por questões estratégicas e mercadológicas, podemos produzir os produtos de nossas BUs, em qualquer uma de nossas fábricas, caso entendamos necessário, exceto na fábrica de Tubarão/SC, especializada na produção de cabos de fibra óptica e UTP.

Nesse sentido, cada uma de nossas unidades fabris é responsável pela distribuição dos produtos das BUs que produzem. Nossos produtos e serviços são comercializados para todo o país e para o exterior⁹ através dos nossos canais de venda (i) rede de distribuição; (ii) varejo; (iii) integradores e contas nomeadas; e (iv) *online*, por meio do nosso *website* loja.intelbras.com.br, conforme a esquematização abaixo. Adicionalmente, também exportamos nossos produtos para países da América do Sul, da América Central e da África.

Canais de venda



A venda de nossos produtos é realizada por canais distintos, que atuam de maneira complementar. Em 31 de dezembro de 2024, a rede de distribuição, o varejo, os integradores e contas nomeadas e o canal *online* eram responsáveis, respectivamente, por 71%, 13% e 16% da venda de nossos produtos, conforme abaixo:

i. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024, a rede de distribuição era o nosso principal canal de venda. Através dele, os nossos produtos são ofertados para revendedores, que, por sua vez, revendem nossos produtos para nossos consumidores finais. Em 31 de dezembro de 2024, contávamos com cerca de 500 pontos de distribuição ativos e mais de 80.000 revendedores e instaladores ativos, que compram nossos produtos e os oferecem por todo o país. Nossos distribuidores e revendedores estão espalhados em todos os 26 estados brasileiros e

⁹ Celebramos contratos no Brasil para a exportação de nossos produtos para países das Américas e do continente africano. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o volume de tais exportações representou menos de 1% de nossa receita operacional líquida.

no Distrito Federal.

Possuímos um Programa de Canais para Distribuidores e Revendedores baseado em quatro pilares: transparência, regras claras, relacionamento e apoio ao canal (“Programa de Canais”). Este programa é a base do relacionamento com o canal de venda rede de distribuição e assegura os compromissos entre nossa Companhia e nossos distribuidores, além de contribuir para o desenvolvimento no relacionamento com as revendas, que passam a ter uma série de benefícios ao estarem registradas em nosso Programa de Canais.

De forma a nos aproximarmos de toda esta base ampla de revendedores e instaladores, definimos quatro classificações para os revendedores dentro do programa de canais, da seguinte forma: Ouro, Prata, Bronze e Registrados, que dão benefícios aos nossos Revendedores, de acordo com volume de compra e negócios realizados conosco. Assim, nossos Revendedores podem participar de nosso programa “Intelbras Pontua”, que permite a troca de pontos por uma gama de benefícios, tais como gasolina para abastecer seu carro, plotagem de seu veículo, aquisição de produtos em diversas lojas de varejo conveniadas, pagamento de contas de energia ou água, entre outros. Os pontos que concedem tais benefícios são acumulados automaticamente ao comprar com um de nossos distribuidores autorizados.

O relacionamento com as nossas mais de 80.000 revendas ativas, vem sendo construído ao longo de nossos 49 anos, o que nos traz uma fortaleza muito grande contra potenciais concorrentes. Nossos revendedores são treinados, capacitados e fiéis à marca Intelbras por reconhecerem os benefícios de contar com uma companhia completa, orientada para progressão de negócios e crescimento pessoal e profissional.

Ainda, também possuímos um canal de distribuição autorizado em outros países, que nos possibilitam presença em nações nas Américas e África.

ii. INTEGRADORES E CONTAS NOMEADAS

Em 31 de dezembro de 2024, os integradores eram nosso segundo canal de venda em termos de faturamento. Os integradores consistem em instaladores que adquirem os produtos diretamente de nossa Companhia para instalá-los e integrá-los a produtos e soluções mais complexas, inclusive que envolvam eventualmente mais de uma marca, direcionado, por exemplo, a cidades inteligentes, grandes empresas que demandam produtos e soluções por profissionais tecnicamente mais habilitados às suas necessidades.

As contas nomeadas são atendidas diretamente por nossos executivos de vendas, e estão relacionadas a clientes de grande porte, que exigem atendimento direto da indústria, isto é, de nossa Companhia. Ao atendermos diretamente um cliente final, somos capazes de gerar negócios com nossa base de instaladores capacitados para novas instalações e também para manutenção de sistemas, interligando desta maneira, nosso principal canal de comercialização com estes clientes finais de maior porte.

iii. VAREJO

Em 31 de dezembro de 2024, o varejo era nosso terceiro canal de venda em termos de faturamento. Através deste canal de venda, comercializamos nossos produtos para lojas diversas localizadas em ruas, supermercados, *shoppings* e outros, e *e-commerce*, que, por sua vez, vendem os nossos produtos para o consumidor final.

O varejo consiste em um canal altamente relevante, uma vez que através das redes varejistas chegamos mais próximos ao grande público, com produtos de fácil instalação, permitindo ao consumidor final ter contato direto com equipamentos da nossa marca.

Atuamos proativamente junto a este canal, trabalhando o ponto de venda através de nossa equipe própria de promotória, propondo e participando das diversas iniciativas de atração de público realizadas por este canal.

iv. ONLINE

Atuamos em nosso canal de venda *online* através do *website* loja.intelbras.com.br. Atualmente, o canal de venda *online* é responsável por uma parte irrelevante de nosso faturamento. Por outro lado, atua majoritariamente como portfólio *online* dos produtos e novidades que oferecemos, com o objetivo de posicionar a linha de produtos em termos de preços ao consumidor final e informações, bem como dar a este consumidor final mais uma oportunidade de se relacionar diretamente com a marca.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

I. MIDI - Monitoramento Intelbras de Dados de Importação

Atuamos em diversos segmentos, com um portfólio abrangente e diversificado. Para realizar a análise e processamento de informações de mercado necessários para o cálculo do nosso *market share* e tamanho de mercado, possuímos uma área de inteligência dedicada ao mapeamento de importações, a qual fundamenta a nossa estratégia de expansão de mercado. A área é composta por analistas que monitoram as melhores fontes de dados disponíveis.

Para os dados do *market share* (R\$), utilizamos uma ferramenta paga que coleta, padroniza e processa informações, disponibilizando-as em um ambiente web estruturado para dados de comércio exterior. A ferramenta emprega algoritmos proprietários de inteligência artificial e machine learning para identificar padrões nos dados de comércio exterior disponibilizados na Comex Stat (site do Governo Federal), cruzando informações de mais de 300 fontes públicas acessíveis, conforme a Lei 12.527, Lei de Acesso à Informação (LAI).

Os dados coletados e analisados pelo nosso time interno são integrados de forma estruturada, fornecendo uma visão detalhada do nosso desempenho em diferentes setores. Isso nos proporciona uma visão consolidada dos segmentos de atuação da empresa.

Essa solução abrangente nos auxilia na compreensão do nosso posicionamento no mercado, na identificação de oportunidades de crescimento e no apoio às decisões estratégicas. Com base nessas informações, calculamos o Tamanho de Mercado em cada uma das BUs em que atuamos, conforme descrito ao longo deste Formulário de Referência.

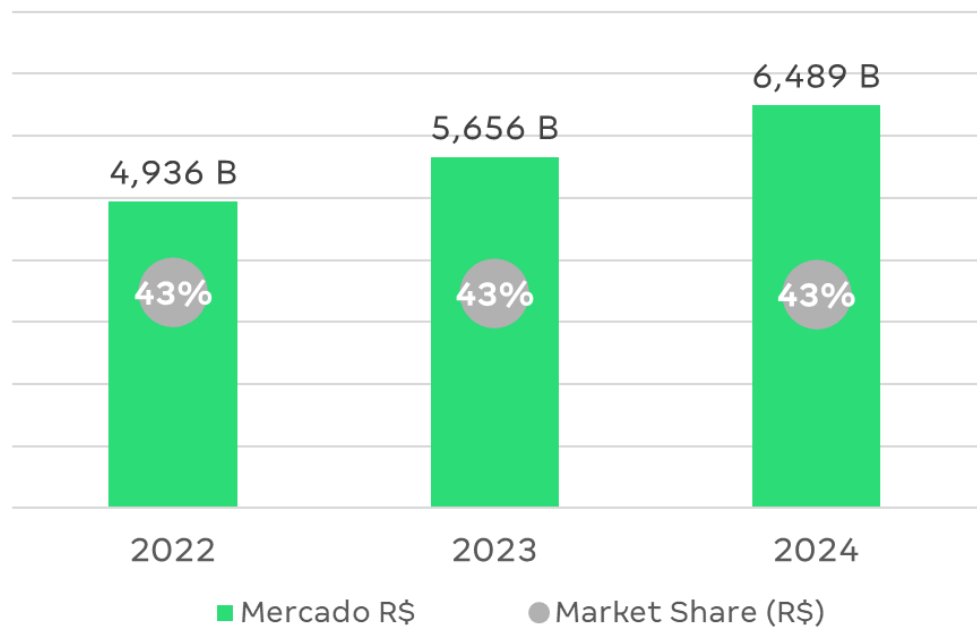
Linhas de produtos

Operamos de forma integrada, mas segregamos a nossa Receita Operacional Líquida e o nosso Lucro Bruto em três grandes segmentos de atuação, que formam as nossas três Superintendências de Negócios, chamadas internamente de BUs. As informações por segmento são utilizadas por nossa Administração para avaliar o nosso desempenho operacional de forma segregada e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Nosso primeiro segmento de atuação é o de **SEGURANÇA**, que é composto pelos negócios de (i) videomonitoramento (CFTV), (ii) controle de acesso, (iii) alarmes de intrusão, (iv) alarmes de incêndio e pela empresa do grupo (v) Seventh. Nosso segundo segmento de atuação é o de **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, composto pelos negócios de (vi) redes empresariais, (vii) redes ópticas, (viii) radiocomunicadores, (ix) comunicação unificada, (x) acessórios de comunicação, (xi)

cabeamento estruturado, e nossas empresas do grupo (xii) Khomp e (xiii) Metalúrgica Décio. Por fim, nosso terceiro e mais recente segmento de atuação é o de **ENERGIA**, formado pelos negócios de (xiv) fontes de alimentação de energia, (xv) proteção e armazenamento de energia, (xvi) geradores de energia solar *on e off-grid* e nossa empresa do grupo, (xvii) Renovigi Energia Solar. Todos estes negócios e empresas do grupo se integram e se completam, e são formados por equipes focadas, responsáveis pela execução dos planos estratégicos e por consequência, do faturamento ao lucro de cada um de seus negócios. Cada um deles possui diversas categorias de atuação e são estruturados como empresas independentes, com seu corpo diretivo e demais times de gestão e contam com uma DRE dedicada para seus negócios. Essa estrutura nos permite fornecer um portfólio de produtos e serviços amplo e completo de soluções para negócios residências,, e nos posiciona de maneira diferenciada no mercado em que atuamos.

Segurança

O segmento de atuação de Segurança é composto por Videomonitoramento (CFTV), Controle de Acesso, Alarmes de Intrusão e Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio, e representou 55% do nosso faturamento em 2024, somando uma receita operacional líquida de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões em 2024.



Fonte: Inteligência de Mercado

Estamos experimentando um crescimento constante no mercado de videomonitoramento, especialmente na área de soluções e projetos, onde apresentamos cases de sucesso que demonstram a integração de softwares com inteligência artificial. A tecnologia de monitoramento, alicerçada no nosso portfólio de CFTV IP, tem gerado resultados significativos em projetos de diferentes escalas, atendendo tanto o mercado de pequenas e médias empresas (PMEs) quanto grandes projetos de segurança. Essas soluções integradas têm se mostrado fundamentais para o setor, sendo um vetor essencial de crescimento para a nossa unidade de negócios.

Adicionalmente, a migração contínua para tecnologias mais recentes impulsionou, ao longo de 2024, um crescimento robusto de 30% no mercado de Controle de Acesso Corporativo, destacando-se a expansão da categoria de controladores faciais.

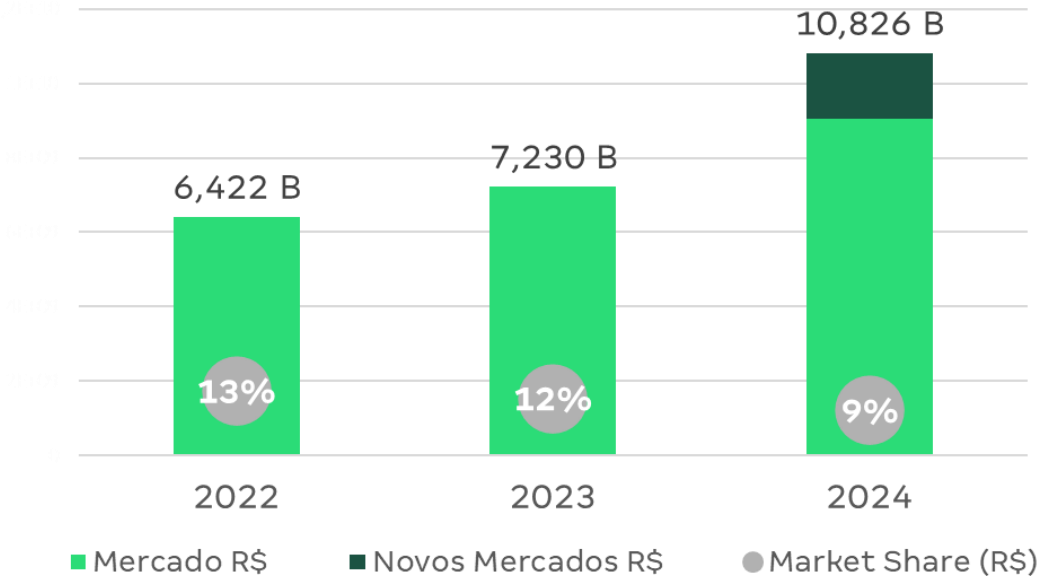
Seguimos em ritmo acelerado de desenvolvimento nas categorias de câmeras *plug and play* e fechaduras digitais e registramos um crescimento de 43% neste mercado em 2024, onde somos líderes.

As estratégias de portfólio e de endereçamento de mercados em desenvolvimento, como Controladores de Acesso e equipamentos para Casa Inteligente, vêm contribuindo de forma significativa para esses resultados. Além disso, estamos expandindo gradualmente nossa atuação em projetos de maior porte, por meio de nossos distribuidores InProject e da equipe interna dedicada ao atendimento desses clientes.

Todas as categorias da BU de Segurança executaram seus planos conforme o previsto, reforçando de maneira sólida nossa posição de liderança no mercado.

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

O Segmento de Tecnologia da Informação e Comunicação é composto por infraestruturas de Redes Ópticas e Empresariais, e Equipamentos de Comunicação, que representaram 22% do nosso faturamento em 2024 alcançando uma receita operacional líquida no montante de aproximadamente R\$ 1 bilhão.



Fonte: Inteligência de Mercado

Em 2024, observamos um crescimento expressivo no mercado de cabeamento óptico, influenciado pelo aumento do imposto de importação e pela aplicação de medidas *anti-dumping*. Esses fatores levaram muitos concorrentes a anteciparem compras e aumentarem significativamente suas importações, o que deu a impressão de um mercado inflado. A expectativa, no entanto, é que esse movimento se normalize ao longo do ano. Ainda assim, deve haver um aumento nas vendas, impulsionado pelo volume de produtos já disponíveis em estoque.

Neste ano, ampliamos nossa atuação ao incluir na mensuração novos mercados, como Switches em Redes Enterprise e Passivos Ópticos em Cabeamento, o que adicionou um potencial superior a R\$ 1,5 bilhão ao mercado endereçável da Intelbras. Esse avanço foi impulsionado por parcerias estratégicas que foi determinante para o crescimento do segmento.

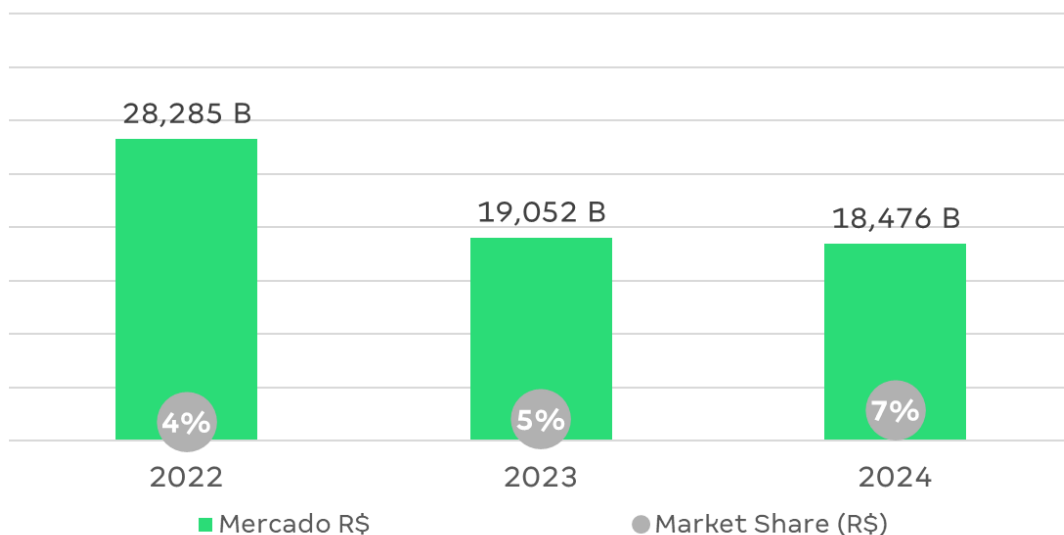
Complementando essa expansão, passamos a atuar no segmento de Projetores na área de Comunicação HO. A nova categoria atendeu às expectativas e encerrou seu primeiro ano com refletindo uma participação inicial no mercado endereçável da Intelbras.

A presença da Companhia nesses novos mercados ainda está em sua primeira fase, mas vem avançando com uma visão estratégica de longo prazo, estruturando cada passo com solidez. Essa construção inclui não apenas a ampliação do portfólio, mas também o fortalecimento das operações e do suporte aos clientes, criando bases sustentáveis para o crescimento futuro.

No canal de provedores (ISPs), seguimos ampliando nossa atuação com um portfólio cada vez mais completo, incluindo redes e cabos ópticos, soluções para casas inteligentes, sistemas de segurança e energia. Em paralelo, no mercado de Integradores de TI, oferecemos um portfólio abrangente de redes enterprise e cabeamento estruturado, capaz de atender projetos de diversos portes.

Energia

O Segmento de Energia é composto pelos negócios de fontes de alimentação de energia, proteção e armazenamento de energia, geradores de energia solar *on* e *off-grid* que representaram **23%** do nosso faturamento em **2024**, alcançando uma receita operacional líquida no montante de aproximadamente **R\$ 1,1 bilhão**.



Fonte: Inteligência de Mercado

O principal mercado da BU de Energia segue sendo o de geradores solares *on-grid*, que apresentou queda nos últimos anos em função de mudanças na regulamentação e das restrições de financiamento. Em contrapartida, com a redução dos custos dos sistemas com baterias de lítio, observamos o início de uma

nova fase de adoção de sistemas solares com armazenamento de energia por parte de residências e estabelecimentos comerciais. Essa tendência tem o potencial de elevar o ticket médio desses projetos, agregando mais valor à oferta.

O mercado off-grid também desponta com oportunidades relevantes de desenvolvimento, tanto para comunidades não atendidas pela rede elétrica convencional, quanto para projetos que demandam fontes independentes de energia, ampliando o campo de atuação da Companhia nesse segmento.

Outro destaque relevante da unidade é a linha de Nobreaks, que registrou um crescimento de expressivo no faturamento da Intelbras em relação ao ano anterior, consolidando-se como um pilar estratégico da unidade.

O mercado de carregadores veiculares também se mostra promissor, com elevado potencial de crescimento nos próximos anos. Trata-se de um segmento em expansão no Brasil, estimulado pelo aumento da frota de veículos elétricos, que já ultrapassa 170 mil unidades em circulação no país, evidenciando um cenário favorável para a atuação da Intelbras.

As demais categorias de produtos do portfólio de Energia continuam em trajetória positiva, consolidando-se como linhas de negócios estratégicas para a Companhia. Este portfólio se mostra altamente aderente ao canal parceiro e tem comprovado sua relevância tanto na receita da empresa quanto na representatividade nos mercados atendidos.

A presença da Companhia nesse segmento está sendo construída com uma visão de longo prazo, através da ampliação da oferta, fortalecimento das operações e suporte aos clientes. Essa abordagem estruturada estabelece fundamentos sólidos para o crescimento futuro e reflete o compromisso da Intelbras com soluções energéticas sustentáveis e integradas.

ii. condições de competição nos mercados

Dinâmica competitiva

Em 2024, o cenário econômico brasileiro demonstrou resiliência, mas também enfrentou desafios significativos. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano em 4,8%, acima do centro da meta de 3% estabelecida pelo Banco Central, também acima da margem de tolerância.

Diante desse contexto, o Banco Central optou por interromper o ciclo de cortes na taxa Selic, que havia começado em 2023. A taxa, que chegou a 10,50% ao longo do ano, voltou a subir, atingindo 12,25% na reunião do Copom de dezembro/2025. Essa decisão refletiu a cautela da autoridade monetária frente ao aumento das expectativas inflacionárias e à persistente fragilidade fiscal.

O ambiente de juros elevados e incertezas fiscais limitou a recuperação do consumo e dos investimentos, mantendo o crescimento econômico em ritmo moderado.

O mercado de varejo de bens de consumo duráveis em que atuamos é fragmentado e deve ser analisado por cada categoria de produto que produzimos e comercializamos. Dessa forma, nossos concorrentes diretos variam consideravelmente, com poucos atuando em mais de uma categoria de produto. Nossos principais competidores são:

- Hikvision, JFL, PPA, Honeywell, e GAREN em Segurança - Intelbras com 43% de *market share* (R\$)
- Huawei, Cisco, TP-LINK, Furukawa, Logitech, Motorola, e Multilaser em TIC - Intelbras

com 9% de *market share* (R\$)

- Grupo Le Grand, Schneider Eletric, TS Shara e WEG em Energia - Intelbras com 7% de *market share* (R\$)

Os dados de *markert share* (em reais R\$) dispostos acima se baseiam em dados públicos disponibilizados pela nossa plataforma de análise de dados e são organizados por meio do MIDI.

Características do setor de atuação da companhia

Atuamos no setor de bens de consumo duráveis, com foco no desenvolvimento, fabricação, distribuição, comercialização e pós-venda de equipamentos eletrônicos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, de telecomunicação, entre outros. Em razão de nossa inserção no segmento de consumo e varejo, o desempenho da companhia está diretamente condicionado à evolução da economia nacional, especialmente no que se refere à disponibilidade de crédito e à variação da renda do consumidor.

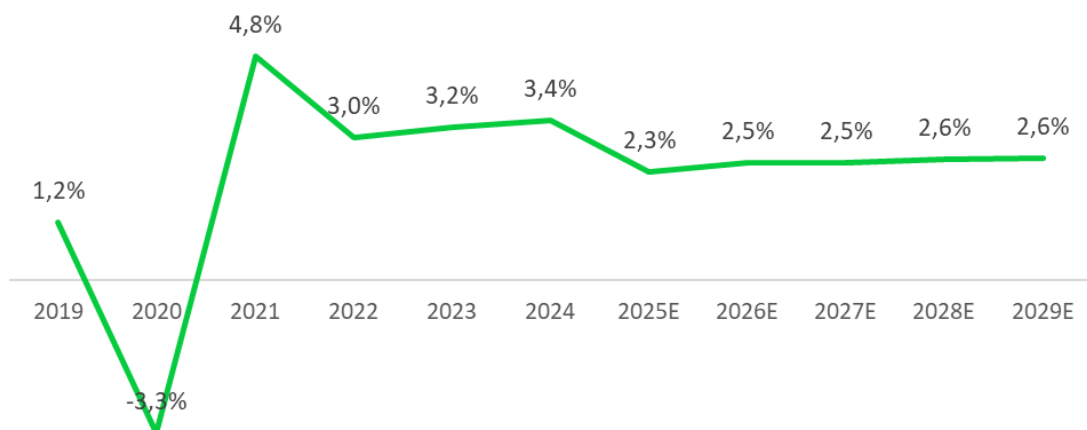
I. Perspectivas da economia brasileira

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou crescimento de 3,4% em 2024, segundo dados divulgados pelo IBGE. A agropecuária foi o principal vetor desse desempenho, com expansão de 3,7%, seguida pelo setor de serviços, que cresceu 3,3%, e pela indústria, com alta de 1,2%.

Para 2025, o Ministério da Fazenda projeta um crescimento do PIB real de 2,3%, sustentado pela recuperação gradual da atividade econômica, pelo aumento do emprego formal, pela valorização do salário-mínimo e pela desaceleração da inflação. A expectativa é de que os investimentos avancem à medida que as condições financeiras se tornem mais favoráveis e a confiança do empresariado se estabilize. A efetiva implementação da reforma fiscal também é considerada um fator relevante para a sustentação do crescimento econômico.

As perspectivas para o desempenho da economia brasileira nos próximos anos estão apresentadas a seguir. As projeções abaixo refletem as estimativas divulgadas pelo Ministério da Fazenda nos relatórios Panorama Macroeconômico, de 18 de abril de 2024 e 19 de março de 2025.

Crescimento real do PIB histórico e projetado

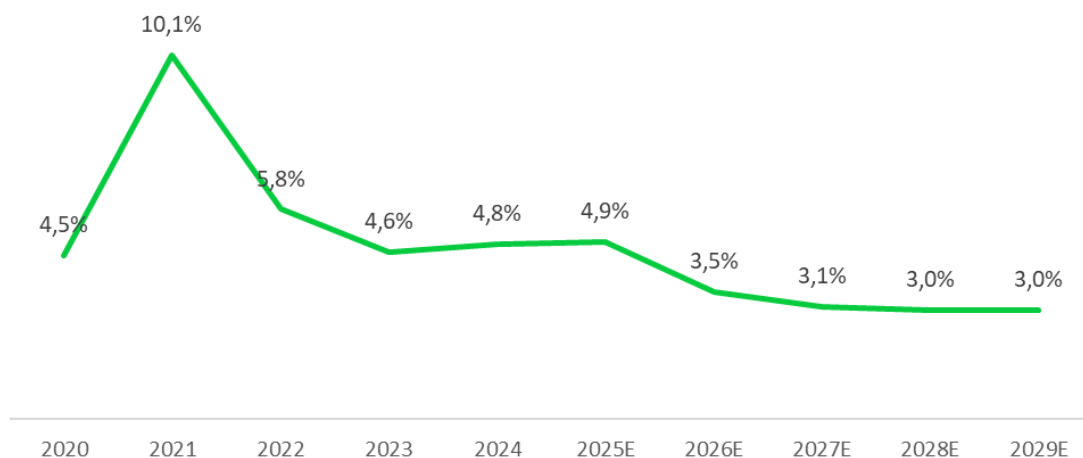


Fonte: Panorama Macroeconômico – Ministério da Fazenda

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano de 2024 com uma variação de 4,8%, levemente acima dos 4,6% observados em 2023. Para 2025, a projeção é de 4,9%, ainda superior ao centro da meta de inflação de 3,0% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), acima do intervalo de tolerância permitido.

A expectativa do Ministério da Fazenda é de que a inflação apresente trajetória de desaceleração nos próximos anos, com estimativa de 3,5% em 2026 e de 3,0% a partir de 2028, indicando um processo gradual de convergência à meta a partir de 2026. Abaixo são mostrados valores históricos e a expectativa do Ministério da Fazenda em 19 de março de 2025.

IPCA histórico e projetado



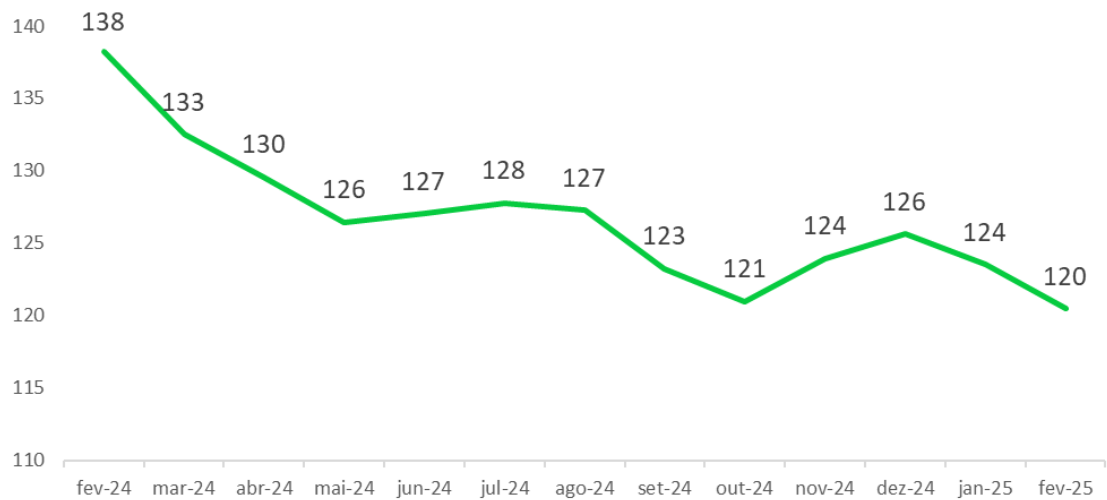
Fonte: Panorama Macroeconômico – Ministério da Fazenda

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), que avalia a percepção da população em relação à situação econômica atual e às expectativas para o futuro, registrou retração nos primeiros meses de 2025, de acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Após sinais de recuperação ao longo de 2024, o indicador voltou a refletir um cenário de maior cautela por parte dos consumidores no início deste ano.

Como parâmetro, o nível de 100 pontos representa a linha divisória entre otimismo e pessimismo. Em 2025, o índice tem se mantido abaixo desse patamar, indicando menor disposição para o consumo e maior incerteza quanto à evolução da economia no curto prazo.

O gráfico a seguir ilustra a variação do indicador ao longo dos últimos 13 meses.

Índice de confiança do consumidor



Fonte: Fecomercio

II. Taxa de ocupação e renda média

A população ocupada atingiu 103,3 milhões de pessoas em 2024, o maior nível da série histórica iniciada em 2013, representando um aumento de 2,6% em relação a 2023. Em comparação à média de 2012 (89,7 milhões), observa-se um crescimento acumulado de 15,2%. Esse avanço consolidou a trajetória de recuperação do mercado de trabalho observada nos últimos anos.

A taxa média de desemprego em 2024 foi de 6,6%, uma redução de 1,2 ponto percentual em relação ao ano anterior (7,8%), configurando o menor índice anual da série histórica. Até então, a menor taxa registrada havia sido em 2014, com 7,0%.

No que se refere à renda, o rendimento real habitual médio no quarto trimestre de 2024 foi de R\$ 3.326, mantendo a tendência de crescimento iniciada no segundo trimestre de 2023. Os trabalhadores privados com carteira, por sua vez, registraram um crescimento de 3%, mantendo taxas de crescimento mais lentas que as demais categorias, o que é observado desde o início de 2023. Já os trabalhadores do setor público mostraram um crescimento da renda menos acelerado, já que seus rendimentos cresceram 2,6% no quarto trimestre de 2024, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

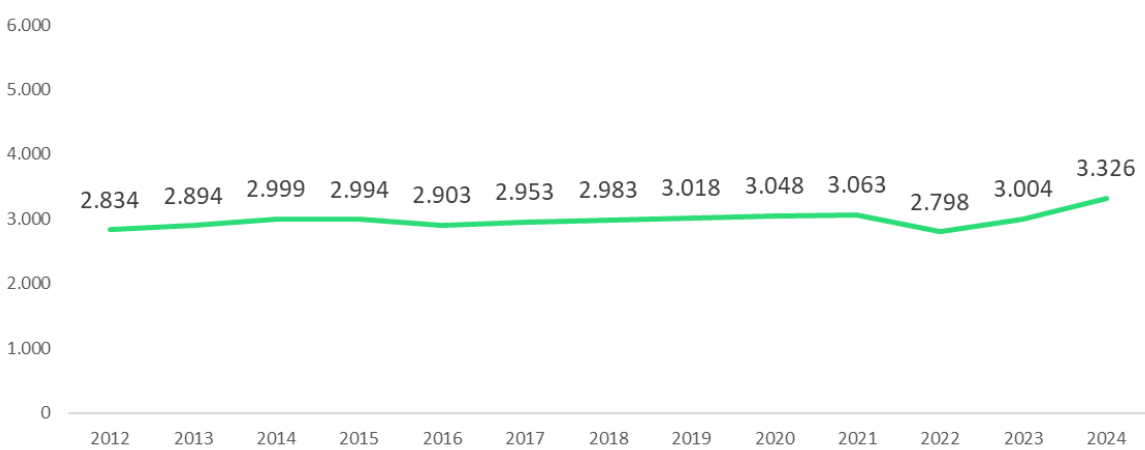
O gráfico a seguir apresenta a evolução da taxa de desemprego e da renda média entre 2013 e 2025, com base em dados da PNAD | IBGE e IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Taxa de desemprego (dados do primeiro trimestre de cada período)



Fonte: Panorama Macroeconômico – Ministério da Fazenda

Rendimento médio em reais (dados do primeiro trimestre de cada período)



Fonte: Panorama Macroeconômico – Ministério da Fazenda

d. eventual sazonalidade

Os setores nos quais atuamos não apresentam sazonalidade relevante.

e. principais insumos e matérias-primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As relações comerciais mantidas com os fornecedores são regidas por acordos e contratos comerciais, e podem ser classificados em três grandes categorias:

- (1) Fornecedores de matérias-primas: componentes eletrônicos, placas de circuito impresso, material plástico (ABS), entre outros. Em sua maioria importados, que seguem as especificações técnicas definidas por nossos engenheiros, para serem utilizadas na produção de nossos produtos.
- (2) Fornecedores de produtos: uma parcela de nosso portfólio é produzida em fábricas homologadas no exterior, em países como China, Coreia e Vietnã.
- (3) Fornecedores de Serviços: são empresas nacionais e internacionais que prestam serviços de fretes (nacionais e internacionais), de alimentação, transporte de colaboradores, entre outros. As empresas são devidamente aprovadas em nossos processos de aquisição, e frequentemente avaliadas quanto ao cumprimento de suas obrigações legais e contratuais com a Companhia.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Nossas atividades estão concentradas em nossa equipe própria de profissionais. Contudo, também possuímos alguns fornecedores e parceiros de pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços de algumas de nossas BUs, como forma de expandir nosso portfólio.

Em 31 de dezembro de 2018, celebramos um acordo de cooperação ("Acordo de Cooperação") com a *Zhejiang Dahua Technology Co., Ltd.* ("Fornecedora Dahua"), por meio do qual nós nos comprometemos a, por um período de 10 anos a contar da data de celebração do Acordo de Cooperação, adquirir exclusivamente da Fornecedora Dahua produtos de circuito fechado de televisão composto por câmeras de segurança eletrônica e gravadores digitais de vídeo, desde que observadas, pela Fornecedora Dahua, a concessão de determinadas condições comerciais, conforme estabelecidas no Acordo de Cooperação e descritas no item 11.3 deste Formulário de Referência. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os pagamentos realizados por nós à Dahua Fornecedora representaram 31,1% do total de nossos gastos com fornecedores no mencionado exercício social.

Além disso, as atividades de produção local e comercialização de produtos desenvolvidos juntamente a fornecedores estrangeiros exercidas por nós, requerem a existência de um relacionamento sólido entre nós e os nossos fornecedores, dado que a realização dessas atividades é significativamente integrada aos serviços realizados pelos nossos fornecedores. Como exemplos, temos *software* de IOT¹⁰ hospedado em nuvem de fornecedores e moldes de injeção de nossa propriedade nas fábricas de fornecedores.

Adicionalmente, existem poucas opções para escolha ou mudança dos *chipsets*¹¹ fabricados por terceiros e utilizados em nossos produtos. Dessa forma, caso, por qualquer motivo, tenhamos que trocar de fornecedores, parte das nossas operações poderá ser afetada e, eventualmente, suspensa, impactando adversamente os nossos negócios, resultados e situação financeira, devido ao tempo necessário para o desenvolvimento de um novo produto junto a um novo fornecedor.

¹⁰ IOT, em inglês, significa *Internet of Things* (Internet das Coisas, numa tradução literal para o português). É um conceito que se refere à interconexão digital de objetos cotidianos com a Internet, conexão dos objetos mais do que das pessoas. Significa, em outras palavras, soluções que se comunicam/conectam entre si, objetos e softwares. Ex: geladeiras inteligentes, sistemas de compras automáticas, televisão e iluminação controlados por voz, *Izy Speak*, *Smart* lâmpadas.

¹¹ *Chipsets* são *chips* de memória; dados utilizados nos eletrônicos comercializados por nós.

Para mais informações sobre os riscos relacionados aos nossos fornecedores, vide item 4.1.e deste Formulário de Referência.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Historicamente, os preços dos produtos e serviços de nossa Companhia não têm apresentado volatilidade relevante.

a. montante total de receitas provenientes de clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que nossa Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% de nossa receita líquida total.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que nossa Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% de nossa receita líquida total em qualquer de nossos três segmentos.

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

Para comercialização de diversos de nossos produtos no Brasil, necessitamos homologá-los junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Para obtermos o referido Certificado de Homologação, são realizados testes de conformidade em laboratórios credenciados, cujo resultado é analisado por Organismos Certificadores Designados (OCDs) e posteriormente submetidos à ANATEL para homologação.

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Para ofertarmos alguns dos nossos produtos no Brasil, necessitamos homologá-los junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, obtendo o chamado Registro de objeto. O mesmo consiste no ato pelo qual o INMETRO autoriza a comercialização de um produto, através de uma autodeclaração feita pela empresa fabricante condicionado à existência do Atestado de Conformidade, bem como a utilização do Selo de Identificação da Conformidade. Outra forma é a certificação Inmetro, concedida aos produtos que cumpram requisitos técnicos presentes nas normas regulamentadoras. A certificação passa pela Avaliação de Conformidade com os critérios definidos para testes em laboratório e outras avaliações exigidas nas legislações do Inmetro. Sendo emitido, exclusivamente, por um Organismo de Certificação de Produtos – OCP estabelecido no país e acreditado pelo INMETRO.

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

A Companhia usufrui do benefício da Lei Federal de Informática, instituído pela Lei nº 8.248/91, que concede às empresas incentivadas a possibilidade da geração de certificados de crédito financeiro (a partir da atualização trazida pela Lei nº 13.969/19), por meio dos investimentos realizados pelas empresas detentoras em atividades de pesquisa desenvolvimento e inovação, efetivamente aplicados. Esse crédito financeiro, pode ser utilizado para a compensação de tributos federais, nos termos estabelecidos na Lei e em legislações correlatas. Anualmente, as empresas devem cumprir uma aplicação mínima de 4% em atividades de PD&I, calculado sobre o faturamento bruto de itens incentivados, permitidas algumas deduções, conforme previsto na Lei. Os produtos da Companhia devem ser fabricados de acordo com etapas mínimas de produção (PPB), estabelecidos por atos conjunto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e estar regularmente cadastrados junto ao MCTI, em processos de inclusão de produtos e modelos.

SUDAM, SEDECTI, SEFAZ, SUFRAMA

Atualmente, possuímos uma filial em Manaus (AM), que concentra determinadas atividades industriais, e diante dos benefícios fiscais regionais, se sujeita aos procedimentos de autorização e fiscalização governamental exercidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI, Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/AM, SUFRAMA e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, conforme explicado a seguir:

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Desde 2009, possuímos uma filial fabril em Manaus/AM. Em 2014, nos foi concedido o direito à isenção e redução de 75% de Imposto de Renda e seus Adicionais não restituíveis com período de fruição de 2014 a 2023 para produção dos produtos de áudio e vídeo e comunicação arrolados, com fundamento no artigo 1º e parágrafo 1º-A da Medida Provisória nº 2.199-14/2001 e atualizações. Os períodos de fruição dos referidos

incentivos, por produto, estão relacionados em Laudos Constitutivos da SUDAM e nas respectivas resoluções. Novas solicitações de habilitação de isenção de IRPJ são realizadas de forma independente por produto, atendendo a normativa da SUDAM que exige a produção mínima de 20% da capacidade instalada como pré-requisito para solicitação do incentivo.

Enquanto perdurar o incentivo, precisaremos cumprir determinadas exigências, entre elas: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) apresentação anual de declaração de rendimentos, indicando o valor da redução/isenção correspondente a cada exercício e/ou produto; (iii) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixou de ser pago em virtude da redução; (iv) constituir reserva de capital com o valor resultante da redução; e (v) obrigação de aplicar o valor da redução em atividade diretamente ligada à produção, na área de atuação da SUDAM. Com o fim do período de fruição do benefício do IRPJ em 2023, a Companhia protocolou, ao final do mesmo ano, novo pedido para renovação do benefício junto à SUDAM, onde já foi efetuada a emissão dos novos Laudos, estendendo o prazo por mais 10 anos, ou seja, até o ano de 2033.

SEDECTI (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação) e SEFAZ/AM (Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas)

Para usufruir dos incentivos fiscais relativos ao ICMS, foram apresentados à SEDECTI os projetos técnico-econômicos para os produtos que pretendíamos industrializar na filial de Manaus/AM, obtendo do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CODAM a devida aprovação, nos termos do que estabelece a legislação de regência (artigo 5º da Lei 2.826/2003).

Em decorrência da aprovação dos projetos, a SEFAZ/AM reconheceu o direito à fruição dos benefícios expedindo os respectivos decretos concessivos, de modo que atualmente o estabelecimento se beneficia com o diferimento do ICMS na importação e faz jus ao Crédito Estímulo de ICMS devido ao Estado, nas saídas dos produtos industrializados.

Adicionalmente, nosso estabelecimento deve cumprir determinadas exigências, tais como: (i) manter programas de benefícios sociais para os seus empregados; (ii) desenvolver programas de regionalização e de desenvolvimento tecnológico; (iii) manter programas de gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional; (iv) reservar parcela de sua produção de bens finais para atendimento ao comércio local, hipótese em que a empresa industrial incentivada deverá aplicar na saída interna do produto, redução na base de cálculo do ICMS que represente uma carga equivalente a 7%; (v) assegurar, em condições semelhantes de competitividade, quanto a preços, nestes incluídos os custos totais de logísticas, qualidade e prazo de entrega, preferência à aquisição de produtos intermediários, partes e peças, produtos secundários e materiais de embalagens, fabricados em território amazonense, preferencialmente no interior do Estado; (vi) utilizar, em condições semelhantes de competitividade, infraestrutura local de serviços; (vii) manter menores e deficientes físicos em seu quadro funcional; e (viii) recolher o ICMS apurado, relativo à saída do produto incentivado, no prazo regulamentar.

SEFAZ/SC (Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina)

Regulamento do ICMS/SC, instituído pelo Decreto nº 2.870/2001, permite aplicar diretamente o percentual de 12% (doze por cento) sobre a base de cálculo integral nas operações dentro do estado de Santa Catarina. Este mesmo regulamento permite a utilização de crédito presumido do ICMS nas operações com produtos enquadrados na Lei Federal de Informática nº 8.248/91, a qual dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação. Este benefício possibilita uma carga tributária de aproximadamente 3% para os produtos fabricados em Santa Catarina. A Companhia utiliza ainda benefícios fiscais previstos em regulamento para produtos importados do exterior, com concessão de crédito presumido, onde a carga efetiva de ICMS de 1,4% para produtos com similar nacional e de 2,5% para produtos sem similar nacional. Além dos benefícios acima, a companhia importa os insumos e os produtos acabados com diferimento do

ICMS. O prazo de vigência dos benefícios é indeterminado.

SEFAZ/MG (Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais)

Por meio do regulamento do ICMS/MG, instituído pelo Decreto 43.080/02, é permitida a utilização de crédito presumido do ICMS de 100% para os produtos relacionados em Protocolo de Intenções firmado com o Estado de Minas Gerais e previsto em Regime Especial. Atualmente, todos os produtos fabricados nesta filial são beneficiados por este crédito presumido. Está previsto no regime especial o diferimento dos ICMS nas compras dentro do estado de MG e nas importações de insumos para a fabricação dos produtos beneficiados.

SEFAZ/PE (Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Pernambuco)

Por meio da Lei no 11.675/99, é permitida a utilização de crédito presumido do ICMS autorizados pelos Decretos 47.885/19 e 50.584/21, publicados pelo Estado do de Pernambuco. Esta legislação tem vigência até 31 de dezembro de 2032, conforme Lei 17.914/22, podendo ser prorrogada. Todas as condições impostas para usufruir dos incentivos fiscais estão sendo atingidas pela Companhia.

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

A nossa filial localizada em Manaus/AM encontra-se devidamente registrada junto à SUFRAMA, de modo que se beneficia da isenção do IPI e redução do Imposto sobre Importação. Para usufruir de tais benefícios, a empresa deve manter registro atualizado no Cadastro de Pessoas Jurídicas e Físicas da Superintendência da Zona Franca de Manaus - CADSUF, o qual tem prazo de validade indeterminado, mas se sujeita a bloqueio, inativação ou cancelamento, bem como a eventual recadastramento, a critério da SUFRAMA. Estamos com o nosso registro devidamente atualizado e vigente no CADSUF.

Licenças Imobiliárias

A ocupação de imóveis operacionais e/ou sedes administrativas por nós está sujeita à obtenção de licenças junto aos órgãos municipais (alvará de licença para uso e funcionamento) e aos departamentos de corpos de bombeiros responsáveis, na forma prevista na legislação aplicável, as quais devem ser tempestivamente obtidas e renovadas por nós e/ou pelos locadores dos contratos em que figuramos como locatários. Na data deste Formulário de Referência não possuíamos estabelecimentos inadimplentes com relação às licenças imobiliárias necessárias para a execução de nossas atividades.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

A preservação ambiental possui grande importância globalmente e tem se mostrado, em sistemas corporativos conscientes e ativos, uma meta que transcende certificações e comprometimento com as legislações vigentes e de quesitos de processos de certificação. Possuímos entre nossos compromissos a gestão dos aspectos gerados por nossas operações e serviços. Dentre os aspectos de gestão ambiental prioritários está a redução do consumo de energia e água, o gerenciamento dos resíduos sólidos, o monitoramento das emissões atmosféricas, a logística reversa, e o atendimento às legislações. Para tanto, estabelecemos princípios, procedimentos, normas e critérios referentes ao monitoramento, à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Como responsáveis pela geração de resíduos sólidos, também respondemos por sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada. Para tanto, adotamos uma sistemática para homologação dos parceiros ambientais (fornecedores de serviços), garantindo assim a legalidade de toda operação. Destaque-se que o controle das licenças ambientais, emissão da MTR (manifesto de transporte rodoviário) e laudos de destinação final fazem parte dessa operação.

Atualmente nossas operações conseguem reciclar perto de 82% de todos os resíduos gerados internamente, que seguem para empresas homologadas e são devidamente direcionados para novos processos produtivos garantindo a economia circular. O que não tem possibilidade de reciclagem é destinado para aterro sanitário e industrial licenciados ou incineração (contaminados), nos termos da legislação aplicável.

Em linhas gerais, todos os produtos sujeitos a descarte podem ser devolvidos à Companhia ou encaminhados a empresas devidamente licenciadas por órgãos ambientais para a realização de procedimento de descarte.

As alternativas para devolução dos produtos pós consumo pelo consumidor final são diversas. Através do contato com nosso *call center* o consumidor pode obter um voucher e enviar, via Correios, sem custo, o seu produto para nossa sede. Também pode descartá-lo na rede de assistência técnica autorizada, em uma de nossas revendas autorizadas ou, se preferir, utilizar a rede de descarte mantida pela Green Eletron (Gestora de Resíduos Eletroeletrônicos), organização criada por indústrias de produtos eletrônicos que faz a gestão da logística reversa para suas associadas, em todo Brasil.

Em 2012, concluímos a implementação das Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs) em todos os nossos parques fabris, para garantir a entrega ao meio ambiente de todo seu efluente em situação totalmente adequada. Algumas de nossas estações possuem tecnologia de membrana ultrafiltrante e outros módulos compactos que possuem embarcadas em seus tanques diversas tecnologias de tratamento de esgotos. As tecnologias de tratamento empregadas são o tratamento biológico e/ou tratamento físico-químico, garantindo a entrega ao meio ambiente de todo seu efluente em situação totalmente adequada, demonstrando mais uma vez nosso compromisso com o meio ambiente e a sociedade.

As emissões de relatórios ambientais anuais ou conforme obrigação são garantidos através de gestão interna e com apoio de consultorias especializadas. Assim o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) (exigido no licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto ambiental de pequeno porte), o Relatório de Controle Ambiental (RCA) (para empreendimentos ou atividades que não gerem impactos ambientais significativos, sendo seu conteúdo estabelecido caso a caso), o Plano de Controle Ambiental (PCA) (que envolve todos os projetos executivos, citados no licenciamento prévio do empreendimento ou atividade, propostos para mitigação dos impactos ambientais) e as Resolução CONAMA 001/1986, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (exigidos no licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que possam causar significativos impactos ambientais), são elaborados tempestivamente e controlados.

Toda as nossas obrigações legais, sejam licenças ambientais prévias (LAP), licenças ambientais de instalação (LAI), licenças ambientais de operação (LAO), alvarás, outorgas, condicionantes, portarias, ou legislações ambientais pertinentes (emissões, ruídos, efluentes, resíduos, etc.) são controlados de forma eletrônica para todas as nossas plantas, garantindo o compliance com todos os aspectos ambientais. Da mesma forma tal sistema nos alerta sobre novas obrigações legais garantido que procedamos com os devidos ajustes para mantermos nossa conformidade.

Em sintonia com as preocupações atuais de mudanças climática, nossa Companhia elabora relatórios de sustentabilidade, destacando suas ações e informações, sejam ambientais, sociais e de governança. Também realiza a medição de suas emissões de gás efeito estufa (GEE), nos escopos 1, 2 e 3 em vista de definição de metas de redução ou compensatórias. Reforçando tais aspectos, constituiu em 2022 um Comitê de Sustentabilidade que tem em seu escopo de atuação colaborar com a consolidação de uma cultura de

Sustentabilidade na empresa, recomendar a alta direção a implementação de práticas alinhadas ao tema Sustentabilidade, apoiar a alta direção no cumprimento das estratégias definidas para a Sustentabilidade, analisar e abordar assuntos relacionados a Sustentabilidade que representem riscos ou oportunidades que tenham impacto nos resultados da empresa e no seu relacionamento com os stakeholders e contribuir no alinhamento das ações da empresa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No âmbito de suas atividades, nossa Companhia está sujeita ao cumprimento da cota legal de contratação de empregados com deficiência, estabelecida pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, através da reserva de 5% de seus cargos para empregados com deficiência, o que promove condições de equidade, garantindo a inclusão e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Outrossim, nossa Companhia está sujeita ao cumprimento da cota legal de contratação de aprendizes, estabelecida pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, dando oportunidade a jovens que estejam no início de suas carreiras de aprenderem uma profissão, fomentando sua inserção no mercado de trabalho e contribuindo para a descoberta e formação de novos talentos.

Embora a regulação que versa sobre direitos humanos e empresas no Brasil não possua caráter vinculante, nos últimos anos tem sido observado um crescimento no regramento infra legal acerca de obrigações a serem cumpridas por empresas no que tange à incorporação do respeito aos direitos humanos em toda a estratégia de negócios.

O Decreto nº 9.571/2018, inspirado pelos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos para médias e grandes empresas, incluídas as empresas multinacionais com atividades no Brasil. Apesar de serem voluntariamente implementadas, as Diretrizes incluem a previsão da responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos de sua força de trabalho, seus clientes e das comunidades, bem como o dever de monitorar o respeito aos direitos humanos na sua cadeia produtiva, divulgar internamente os instrumentos internacionais de responsabilidade social e direitos humanos, implementar atividades educativas em direitos humanos para seus colaboradores, elaborar e divulgar código de conduta, dentre outros.

No mesmo sentido, a Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos nº 5/2020 oferece subsídios para a postura a ser assumida pelas empresas com relação ao tratamento dos direitos humanos, indicando que as empresas são responsáveis pelas violações de direitos humanos causadas direta ou indiretamente por suas atividades, o que se estende por toda sua cadeia de produção.

Como pode ser observado nos documentos disponibilizados em nosso *website* de relações com investidores (<https://ri.intelbras.com.br>) e no website da CVM (www.cvm.gov.br), a escritura da 3ª emissão de debêntures da nossa Companhia também traz obrigações socioambientais, as quais, se não observadas, podem acarretar o vencimento antecipado da referida operação, que, por sua vez, pode ocasionar o vencimento antecipado ou o vencimento cruzado de determinados contratos da nossa Companhia, o que poderia impactar adversamente os seus negócios. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Pelo supramencionado, resta clara a importância do tema para a nossa Companhia, bem como o seu comprometimento com as referidas questões. Cumpre ressaltar que possuímos um Código de Ética e Conduta (disponível no nosso *website* de relações com investidores: <https://ri.intelbras.com.br>) e no website da CVM (www.cvm.gov.br), o qual formaliza o nosso compromisso de orientar nossa atuação e estratégia de crescimento por objetivos como desenvolvimento socioeconômico, responsabilidade social e meio ambiente.

Em vista do acima exposto, garantimos nossa adequação e cumprimento da regulação socioambiental e do alinhamento com a agenda socioambiental presente na sociedade. Acreditamos cumprir integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos socioambientais atualmente aplicáveis às nossas atividades.

Regulamentação do tratamento de Dados Pessoais no Brasil

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (aqui definidos como toda e qualquer informação passível de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de disposições legais esparsas e setoriais, quais sejam:

- A Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e a imagem;
- O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/1990) que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- A Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12/414/11), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentro outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente *online*, mas não definiu o conceito de dados pessoais; e
- O Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8771/16) que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, tais números identificadores, dados locais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral (e não mais apenas setorial), criando um microsistema de regras que impacta todos os setores da economia.

A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Conforme mencionado, o âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente *online*, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a lei estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (não mais apenas o consentimento, como previsto no Marco Civil); dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma advertência, com indicação de prazo para a adoção de medidas corretivas, obrigação de divulgação de incidente, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais, a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de

reincidência, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, agindo como agência reguladora dos setores envolvendo o tratamento de dados pessoais, exercendo um triplo papel de (i) investigação compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

Alguns órgãos de defesa ao consumidor têm atuado em conjunto com a ANPD, especialmente em caso de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos á dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD e aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet.

Desta forma, mediante a entrada em vigor da LGPD, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto a proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ao uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente podem resultar, também em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

Neste último cenário, o descumprimento de quais quer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigentes; e (ii) a aplicação de penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Diante disso, vale ressaltar que a Companhia tomou todas as medidas necessárias para estar em *compliance* com a LGPD, tendo realizado um Projeto para Remediação da Segurança juntamente com a empresa Proteus, bem como mapeado e identificado os *gaps* com a empresa KPMG e realizado diversas melhorias na rede e segurança, como a atualização para o novo *firewall* Fortinet. A Companhia cumpre os requisitos da LGPD desde dezembro de 2020, e vem, constantemente, realizando projetos de governança e conscientização dos colaboradores e fornecedores sobre as questões envolvendo segurança da informação e privacidade de dados.

Por fim, destacamos que a Companhia não esteve envolvida em incidente de segurança e conta com uma Política de Segurança da Informação e Política de Privacidade, que estabelecem o procedimento e as medidas a serem adotadas caso um incidente ocorra.

Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal nº 9.605/1998 e

regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, a, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de eventual infração administrativa, podem incluir advertência, multas de até R\$50.000.000,00 que podem ser duplicadas ou triplicadas em caso de reincidência, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, além das sanções restritivas de direito, que envolvem a suspensão de registro, licença ou autorização, perda ou suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Civil

Na esfera civil, a responsabilidade ambiental, delineada pela Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa ou dolo, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade desenvolvida pela companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

Além disso, a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente é solidária, ou seja, poderá alcançar tanto o poluidor direto como o poluidor indireto, de modo que os danos ambientais causados por terceiros que a nossa Companhia venha a contratar poderão dar ensejo à sua obrigação de repará-los como, por exemplo, as atividades desempenhadas relacionadas a destinação final de resíduos sólidos, ainda que por terceiros contratados.

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente ao controlador, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço nas unidades da nossa Companhia, como, por exemplo, a coleta, o transporte e destinação final de resíduos, não isentam a nossa Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia), conforme tipificação penal aplicável.

A responsabilidade da pessoa jurídica é possível nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade, nos termos do artigo 4º da Lei nº 9.605/1998.

A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade das pessoas físicas (na forma de autoria

ou participação), sendo passível a responsabilização de membros das pessoas jurídicas que, sabendo da conduta criminosa de outro, deixarem de impedir a sua prática, quando podiam agir para evitá-la.

Em relação às pessoas jurídicas, a Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades, de forma isolada, cumulativa ou alternativa: (i) multa; (ii) restritivas de direitos (tais como: suspensão parcial ou total de atividades; interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações); e/ou (iii) prestação de serviços à comunidade (tais como: custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; e contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas).

Licenças e Autorizações Ambientais

A Política Nacional do Meio Ambiente prevê o licenciamento ambiental, pelo órgão ambiental competente, de modo que a concepção, construção, instalação, ampliação e o regular funcionamento de quaisquer atividades consideradas como efetiva ou potencialmente poluidoras, utilizadoras de recursos naturais, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, sem prejuízo de outras licenças e autorizações legalmente exigíveis.

O licenciamento é um processo administrativo que compreende três fases distintas e sucessivas nas quais é analisada a viabilidade ambiental do projeto e se estabelecem as condições para sua implementação e operação. Essas três fases envolvem a emissão de três licenças: licença prévia, de instalação e operação, todas contendo datas de vencimento e sujeitas a processos formais de renovação. Para a renovação das licenças ambientais é avaliado o cumprimento da legislação ambiental e de condicionantes técnicas específicas estabelecidas na licença para o desenvolvimento da atividade.

Em razão de peculiaridades das legislações ambientais locais, estamos sujeitos ao licenciamento ambiental de nossas atividades em alguns municípios onde atuamos. Nesses casos, buscamos obter e manter válidas as licenças e autorizações ambientais necessárias à nossa operação.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de infração administrativa ambiental e crime ambiental, e sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, além das sanções descritas no item acima, as multas, no âmbito federal, podem chegar a R\$10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência).

Não aderimos a nenhuma norma de conduta específica ou padrões internacionais relativos à proteção ambiental. Não obstante, desde 2006, possuímos certificação ISO 14001-2015, com acreditação ao INMETRO.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis, compostos por nomes e/ou imagens, que identificam e distinguem produtos e/ou serviços.

A Lei nº 9.279/96 (“Lei da Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”). O órgão responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de Propriedade Intelectual no

Brasil Após a concessão do registro da marca pelo INPI, é assegurado ao titular o uso exclusivo da marca registrada em todo o território nacional, para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um prazo determinado de 10 (dez) anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizarem direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Ainda, relevante destacar, que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente a necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurado no Brasil.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da Internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimento doo *Domain Name System* (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Em 31 de dezembro de 2024, éramos titulares de 145 marcas registradas perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, sendo que as principais marcas registradas da nossa Companhia são: em destaque a nominativa Intelbras, desde 1976, e a mista Intelbras de 2015; as novas marcas Intelbras Solar de 2020; Seventh de 2009; Décio Indústria Metalúrgica de 2007. Todas as demais marcas correspondem a produtos, portanto, algumas marcas representam produtos de linhas mais estratégicas, lançamentos e aplicativos mais recentes, citamos: Mibo e suas variáveis; Izy Play; Twibi; Wide Cloud; Ifleet; Allo; Attiv; Wisefi; Strat; Unniti Intelbras.

Além dos registros de marcas no Brasil, a nossa Companhia possuía 7 (sete) registros da marca "Intelbras", Mista e Nominativa, no exterior, nos seguintes países China, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai, bem como 2 (dois) pedidos de registro desta marca na Venezuela e Colômbia.

As marcas mencionadas acima estão registradas ou são objeto de pedido de registro perante o INPI, em diferentes classes de serviços e produtos, concentradas na Classe 9, nas formas mistas, nominativas e figurativas, relativas às nossas atividades relacionadas a cada uma das referidas marcas, como por exemplo, (i) equipamentos eletroeletrônicos, a saber: fechaduras eletromagnéticas, controladores de acesso, leitores biométricos, leitores de proximidade, fontes lineares e catracas, (ii) computadores; modems; painéis de distribuição; aparelho de comunicação; aparelho de telecomunicação; aparelho elétrico para comutação, (iii) intercomunicação (aparelhos para comunicação); telefone (aparelhos de telecomunicações); telefônicos (transmissores); aparelho de comunicação; aparelho de telecomunicação; aparelho, placa e acessórios de telecomunicação, (iv) câmeras de vídeo; fechaduras elétricas, (v) aplicativos baixáveis para utilização em interfones elétricos, e (vi) entre outros.

Adicionalmente, licenciamos o uso de determinados softwares necessários para a condução de nossas atividades, dentre os quais os mais relevantes estão são: Smart Count, GKO, Senior, TOTVS e Progress, OpenEdge, Microsoft Windows Server, Microsoft SharePoint, Microsoft CRM, Microsoft Office, Microsoft Project.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, tendo em vista que nossa Companhia não efetuou, diretamente ou por meio de terceiros, contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

ii. em favor de partidos políticos

Não aplicável, tendo em vista que nossa Companhia não efetuou, diretamente ou por meio de terceiros, contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que nossa Companhia não efetuou, diretamente ou por meio de terceiros, contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não auferimos receitas relevantes no exterior.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não auferimos receitas relevantes no exterior.

Não aplicável, tendo em vista que não estamos significativamente sujeitos à regulação de países estrangeiros.

a. se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga informações ASG em seu Relatório Anual de Sustentabilidade, o qual contém seus resultados e forma de gestão de aspectos ambientais, econômicos e sociais referentes ao exercício social imediatamente anterior à sua divulgação.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia segue as diretrizes de reporte em ASG determinadas pela *Global Reporting Initiative (GRI) Standard*, na opção "Essencial".

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia não é auditado ou revisado por qualquer entidade independente, sendo produzido internamente por nossos colaboradores.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório Anual de Sustentabilidade está disponível no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.intelbras.com.br>).

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

Atualmente, o Relatório Anual de Sustentabilidade divulga uma matriz de materialidade acerca dos indicadores nele previstos, dividindo os temas em três principais aspectos, quais sejam: (i) Governança; (ii) Ambiental; e (iii) Social. Estes aspectos são segregados em subtemas materiais para a Companhia, conforme abaixo:

(i) Governança

- Inovação e tecnologia;
- Ética e compliance.
- Crescimento orgânico e inorgânico;
- Presença de mercado;
- Boas práticas de governança corporativa;
- Cibersegurança;
- Ambiente regulatório; e

- Propriedade intelectual.

(ii) Ambiental

- Conformidade socioambiental.
- Logística reversa;
- Combate às mudanças climáticas;
- Uso eficiente de recursos naturais;
- Eficiência energética; e
- Gestão de resíduos e efluentes.

(iii) Social

- Práticas de compras e cadeia de fornecedores;
- Satisfação de clientes;
- Atração, retenção e desenvolvimento de pessoas;
- Impacto econômico indireto;
- Saúde e segurança no trabalho;
- Diversidade e inclusão; e
- Direitos humanos.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

O Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia não considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia não considera as recomendações da Força Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD).

h. se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Desde 2021, realizamos inventário de emissão de gases de efeito estufa, e desde 2022 o apresentamos nos escopos 1, 2 e 3 do protocolo GHG, programa brasileiro que incentiva a realização desse inventário. Para

mais informações acerca do inventário de emissão de gases do efeito estufa, vide o Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia disponível no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.intelbras.com.br>).

i. explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, visto que a Companhia divulga informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, visto que a Companhia adota uma matriz de materialidade em seu Relatório Anual de Sustentabilidade.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, visto que a Companhia adota indicadores chave de desempenho ASG.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

O Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia passa por um rigoroso processo de auditoria interna, incluindo a revisão por membros independentes dos órgãos responsáveis pela revisão do Relatório Anual de Sustentabilidade. Ademais, a Companhia está comprometida com os mais altos padrões de governança corporativa, de forma que nossa Administração entende que as informações inseridas no Relatório Anual de Sustentabilidade refletem as práticas adotadas pela Companhia, bem como o seu planejamento para os próximos anos em questões relacionadas a sustentabilidade e demais aspectos ASG.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia acredita que o Relatório Anual de Sustentabilidade aborda os mais altos padrões de divulgação em matéria ASG, dentre eles aqueles estabelecidos pela GRI. Ademais, apesar da não adoção dos ODS e das recomendações emanadas pelo TCFD, a Companhia está comprometida com aprimoramento de seu Relatório de Sustentabilidade Anual, de forma que eventuais novos parâmetros de sustentabilidade podem vir a ser adotados em relatórios futuros.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, visto que a Companhia realiza inventário de emissão de gases do efeito estufa.

Não aplicável, visto que a Companhia é detida exclusivamente por capital privado.

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios de nossa Companhia no exercício social encerrado em 31 dezembro de 2024.

Ano	2025
a) Evento	Incorporação da subsidiária Renovigi Energia Solar Ltda. Pela Companhia aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2025.
b) Principais condições do negócio	A operação foi conduzida nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, com base no Laudo de Avaliação de Patrimônio Líquido Contábil para fins de Incorporação.
c) Sociedades envolvidas	Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (“ <u>Intelbras</u> ”); Renovigi Energia Solar Ltda (“Renovigi”)
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Sem efeitos, por se tratar de subsidiária integral.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

Ano	2025
a) Evento	Aumento do capital social da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025.
b) Principais condições do negócio	Aumento do capital social da Companhia para o valor de R\$ 2.000.000.000,00, mediante a capitalização e lucros e reservas, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
c) Sociedades envolvidas	Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (“ <u>Intelbras</u> ”)
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

Ano	2023
a) Evento	Aquisição de 55% das ações da Allume Holding S.A.S. (“ <u>Allume</u> ”)
b) Principais condições do negócio	Em 09 de outubro de 2023, celebramos Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) para a aquisição de ações representativas de 55% do capital social da Allume Holding S.A.S. (“Allume”) pelo montante de USD 4,7 milhões, sujeito aos ajustes previstos no Contrato, dos quais: 30% foram pagos nesta data mediante transferência bancária, de acordo com taxa de câmbio vigente do dia; 60% serão pagos em parcelas mensais ao longo de um ano, sendo uma delas vinculada ao cumprimento de determinadas metas operacionais e financeiras para 2023; e até 10% serão pagos em parcelas anuais ao longo de três anos. Ainda nos termos do Contrato, a Intelbras tem a opção de comprar ações representativas de 45% do capital social da Allume Holding S.A.S., que poderá ser exercida pela Companhia ao longo de cinco anos a contar da data de celebração do Contrato e prorrogada por mais cinco anos. A Allume Holding S.A.S. atua nos segmentos de segurança eletrônica, redes, comunicação, automação predial e gestão de energia,

	oferecendo produtos de marca própria e de terceiros. Fundada em 1997 em Cali, Colômbia, onde mantém sua sede, a empresa possui filiais em Bogotá, Medellín e Barranquilla e é uma das líderes do mercado colombiano, reconhecida por sua abrangência e excelência no atendimento a distribuidores e revendedores locais, tendo faturado aproximadamente R\$ 102 milhões em 2022.																	
c) Sociedades envolvidas	Allume e Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (“ <u>Intelbras</u> ”)																	
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não houve alterações em nosso quadro societário, somente no quadro societário da Allume.																	
e) Quadro societário antes e depois da operação																		
<u>Antes</u>																		
<table><tr><td></td><td>Ações</td><td rowspan="2">Participação no capital total (%)</td></tr><tr><td>Sócios</td><td>(Quantidade)</td></tr><tr><td>Inversiones ESOJ S.A.S.</td><td>25.001</td><td>50,0%</td></tr><tr><td>LINQ S.A.S.</td><td>25.001</td><td>50,0%</td></tr><tr><td>Total</td><td>50.002</td><td>100,0%</td></tr></table>			Ações	Participação no capital total (%)	Sócios	(Quantidade)	Inversiones ESOJ S.A.S.	25.001	50,0%	LINQ S.A.S.	25.001	50,0%	Total	50.002	100,0%			
	Ações	Participação no capital total (%)																
Sócios	(Quantidade)																	
Inversiones ESOJ S.A.S.	25.001	50,0%																
LINQ S.A.S.	25.001	50,0%																
Total	50.002	100,0%																
<u>Após</u>																		
<table><tr><td></td><td>Quotas</td><td rowspan="2">Participação no capital total (%)</td></tr><tr><td>Sócios</td><td>(Quantidade)</td></tr><tr><td>Inversiones ESOJ S.A.S.</td><td>11.250</td><td>22,5%</td></tr><tr><td>LINQ S.A.S.</td><td>11.250</td><td>22,5%</td></tr><tr><td>Intelbras</td><td>27.502</td><td>55,0%</td></tr><tr><td>Total</td><td>50.002</td><td>100,0%</td></tr></table>			Quotas	Participação no capital total (%)	Sócios	(Quantidade)	Inversiones ESOJ S.A.S.	11.250	22,5%	LINQ S.A.S.	11.250	22,5%	Intelbras	27.502	55,0%	Total	50.002	100,0%
	Quotas	Participação no capital total (%)																
Sócios	(Quantidade)																	
Inversiones ESOJ S.A.S.	11.250	22,5%																
LINQ S.A.S.	11.250	22,5%																
Intelbras	27.502	55,0%																
Total	50.002	100,0%																
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.																	

Ano	2023
a) Evento	Aumento do capital social da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de abril de 2023.
b) Principais condições do negócio	Aumento do capital social da Companhia para o valor de R\$ 1.700.000.000,00, mediante a capitalização e lucros e reservas, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169 da Lei nº 6.40, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
c) Sociedades envolvidas	Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (“Intelbras”)
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

Na data deste Formulário de Referência, possuímos 2 acordos de acionistas arquivados na nossa sede e regidos por lei brasileira, quais sejam: **(i)** Acordo de Acionistas da Família Freitas, celebrado em 18 de novembro de 2020; e **(ii)** Acordo de Acionistas com a Dahua, celebrado em 18 de novembro de 2019 e aditado em 3 de março de 2021 (em conjunto, os "Acordos de Acionistas").

Os Acordos de Acionistas estão disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.intelbras.com.br>), no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<https://www.b3.com.br>).

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios de nossa Companhia no exercício social encerrado em 31 dezembro de 2024.

Não aplicável, tendo em vista que não foram celebrados contratos relevantes por nossa Companhia ou pelas controladas de nossa Companhia que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Não há outras informações relevantes que não estejam mencionadas na seção 1 deste Formulário de Referência

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, as informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia. Neste contexto, a Administração da Companhia ressalta que as informações constantes neste item 2 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis no website da Companhia (ri.intelbras.com.br) e no website da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou uma variação de 15,9% de receita operacional líquida, a qual totalizou R\$4.756.146 mil.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava um saldo de financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) de R\$923.516 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$887.969 mil. A redução de R\$415.200 mil, ou -31,9%, do saldo de caixa e equivalentes de caixa de 31 de dezembro de 2023 para 31 de dezembro de 2024 decorreu, principalmente, pelo ciclo operacional da Companhia. Em 2024, foram captados R\$135.915 mil através de empréstimos e financiamentos. As principais variações estão relacionadas ao incremento na necessidade de capital de giro pela elevação planejada e temporária do nível de estoques.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, a dívida líquida (representada pelos financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) deduzido do caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era igual a -5,5% do EBITDA do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O saldo de financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) apresentou um crescimento de R\$9.501 mil, ou 1,0%, de 31 de dezembro de 2023 para 31 de dezembro de 2024, principalmente em razão da captação de financiamentos e empréstimos inerentes aos negócios da Companhia.

A Administração da Companhia utiliza alguns indicadores financeiros para avaliar a condução dos negócios da Companhia. Por exemplo, para avaliar a liquidez e saúde financeira da Companhia, a Administração

monitora os índices de Liquidez Corrente e Liquidez Seca. O índice de Liquidez Corrente corresponde à razão entre (i) ativo circulante e (ii) passivo circulante, sendo que tal índice, em 31 de dezembro de 2024, foi de 2,27. Já o índice de Liquidez Seca corresponde à razão entre (i) ativo circulante menos estoques e (ii) passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Liquidez Seca da Companhia foi de 1,28.

Adicionalmente, para monitorar a capacidade da nossa Companhia em honrar com nossas obrigações (em especial com as obrigações de curto prazo), utilizamos o índice de Liquidez Imediata, o qual corresponde à razão entre (i) saldo de caixa e equivalentes de caixa e (ii) passivo circulante, e em 31 de dezembro de 2024 este índice foi de 0,49.

Ainda, para analisar a saúde financeira da Companhia, a Administração utiliza indicadores relacionados ao endividamento. O índice de endividamento bruto correspondente à divisão da Dívida Bruta (representado pelos financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) pelo Patrimônio Líquido, representando o tamanho do endividamento bruto da Companhia, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento bruto foi de 0,31. O índice de endividamento líquido, correspondente à Dívida Líquida dividida pelo Patrimônio Líquido, ou seja, a divisão da Dívida Líquida (Caixa Líquido), representada pelos financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) deduzido do caixa e equivalentes de caixa, pelo Patrimônio Líquido, representando o tamanho do endividamento líquido da Companhia, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento líquido foi de 0,01.

Os Diretores da Companhia avaliam que os indicadores financeiros utilizados apontam para uma regular estabilidade na capacidade da Companhia em honrar com as suas obrigações no último exercício social.

A tabela abaixo resume os indicadores financeiros apresentados acima em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Índices relevantes		
	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Liquidez Corrente ⁽¹⁾	2,27	2,64
Liquidez Seca ⁽²⁾	1,28	1,79
Liquidez Imediata ⁽³⁾	0,49	0,95
Índice de Endividamento Bruto ⁽⁴⁾	0,31	0,35
Índice de Endividamento Líquido ⁽⁵⁾	0,01	(0,15)

⁽¹⁾ O índice de liquidez corrente corresponde à razão entre ativo circulante e passivo circulante.
⁽²⁾ O índice de liquidez seca corresponde à razão entre ativo circulante menos estoques e passivo circulante.
⁽³⁾ O índice de liquidez imediata corresponde à razão entre o saldo de caixa e equivalentes de caixa e o passivo circulante.
⁽⁴⁾ O índice de endividamento bruto corresponde à Dívida Bruta, ou seja, os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, dividida pelo patrimônio líquido
⁽⁵⁾ O índice de endividamento líquido corresponde à Dívida Líquida, ou seja, financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) deduzido do caixa e equivalentes de caixa, dividida pelo patrimônio líquido.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pelos Diretores da Companhia na condução de seus negócios:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variações horizontais (2024x2023)
	2024	2023	
Receita operacional líquida	4.756.146	4.103.676	15,9%
Lucro bruto	1.462.629	1.277.007	14,5%
Lucro líquido	528.412	545.558	-3,1%
Margem líquida ⁽¹⁾	11,1%	13,3%	-2,2p.p
EBITDA ⁽²⁾	642.151	600.565	6,9%
Margem EBITDA ⁽³⁾	13,5%	14,6%	-1,1p.p

⁽¹⁾ Margem líquida é calculada pelo resultado da divisão do Prejuízo/Lucro líquido do exercício pela receita operacional líquida.

⁽²⁾ Corresponde ao EBITDA da Companhia na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ Corresponde à Margem EBITDA da Companhia na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Variações horizontais (2024x2023)
	2024	2023	
Patrimônio Líquido	2.941.909	2.600.824	13,1%
Financiamentos e Empréstimos (circulante)	211.119	120.483	75,2%
Financiamentos e Empréstimos (Não Circulante)	712.397	793.532	-10,2%
Dívida Bruta⁽¹⁾	923.516	914.015	1,0%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-887.969	(1.303.169)	-31,9%
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Circulante)	-140	(2.916)	-95,2%
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Não circulante)	-10.833	(9.771)	10,9%
Dívida Líquida (Caixa Líquido)⁽²⁾	24.574	(401.840)	-106,1%

⁽¹⁾ A Dívida Bruta corresponde a soma dos financiamentos e empréstimos circulantes e não circulantes da Companhia, na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Corresponde ao Caixa Líquido da Companhia na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

b. estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$2.966.536. O aumento do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2023 para 31 de dezembro de 2024 decorreu, principalmente, do lucro líquido do exercício registrado em 2024 no valor de R\$528.412 mil, reduzido pela aprovação de dividendos no montante de R\$189.318 mil durante o mesmo período.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital da Companhia:

	Em 31 de dezembro de			
	2024		2023	
	(em R\$ milhares)	%	(em R\$ milhares)	%
Capital próprio ⁽¹⁾	2.966.536	53,3%	2.623.522	53,7%
Capital de terceiros ⁽²⁾	2.602.985	46,7%	2.264.763	46,3%
Capital Total ⁽³⁾	5.569.521	100,0%	4.888.285	100,0%

⁽¹⁾ Corresponde à posição do patrimônio líquido da Companhia.

⁽²⁾ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante da Companhia.

⁽³⁾ Corresponde à soma do patrimônio líquido (capital de terceiros) e passivo circulante e não circulante (capital de terceiros).

A estrutura de capital da Companhia (capital próprio e capital de terceiros) se manteve estável em relação ao último exercício social. Em 31 de dezembro de 2024, o capital total da Companhia era composto por 53,3% de capital próprio e 46,7% de capital de terceiros. Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital da Companhia é adequada aos seus objetivos.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Administração acompanha de perto índice de endividamento da Companhia, levando em consideração evolução e projeções, e saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia apresentou um índice de liquidez geral (total do ativo dividido pelo total do passivo) de 2,14, mantendo-se estável durante todo o período, o que evidencia a capacidade de controle da Diretoria da Companhia sobre o índice de liquidez geral. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, 77,1% ou R\$712.397 mil da nossa Dívida Bruta (representada pelo total de financiamentos e empréstimos) era de longo prazo e 22,9% ou R\$211.119 mil era de curto prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia suas operações, principalmente, com caixa gerado por suas atividades operacionais (venda de equipamentos dos segmentos de Segurança, Tecnologia da Informação e Comunicação e Energia), bem como por meio de empréstimos de instituições financeiras e de fomento.

No curso ordinário de seus negócios, a Companhia utiliza seu caixa, principalmente, para financiar sua necessidade de capital de giro, cumprir com suas obrigações (pagamento de empréstimos) e investir em melhorias e expansões de sua operação.

Os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para mais informações sobre os empréstimos em aberto da Companhia em 31 de dezembro de 2024, vide item 2.1.f deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as necessidades de capital que os Diretores da Companhia pretendem utilizar no curso regular dos negócios da Companhia é o caixa operacional. Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar empréstimos de instituições financeiras e de fomento.

Os Diretores da Companhia acreditam que essas disponibilidades são suficientes para atender às necessidades regulares de capital da Companhia pelos próximos 12 meses, uma vez que as despesas gerais e administrativas estão controladas, as receitas estão crescendo e há capacidade geração de caixa.

Dessa maneira, os Diretores da Companhia entendem que caixa operacional da Companhia é suficiente para financiar, pelos próximos 12 meses, as necessidades de capital de giro da Companhia e, ainda, investir em ativos não circulantes no curso normal de seus negócios, por exemplo investimento em modernização e ampliação dos parques fabris da Companhia, bem como aquisição em máquinas e equipamentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os Diretores da Companhia reportaram que em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$923.516 mil, predominantemente em real e indexado ao CDI, TR e TJLP.

A Dívida Líquida (representada pelos financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) deduzidos do caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) da Companhia totalizou R\$24.574 mil em 31 de dezembro de 2024.

A composição consolidada dos financiamentos e empréstimos da Companhia e de suas subsidiárias junto às instituições financeiras em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir (a coluna total representa o saldo total do empréstimo líquido do custo a apropriar):

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Garantia	Vencimento	Taxa Efetiva	(em R\$ milhares)		
							Principal	Juros	Total
Intelbras S/A	BNDES	Real	SELIC + 1,55% a.a e TR + 2,70% a.a.	Aval dos Diretores	dez-31	7,08% a.a.	159.508	17.079	176.587
Intelbras S/A	BNDES	Real	IPCA + 3,54% a.a e TR + 2,61% a.a	Hipoteca	ago-27	6,54% a.a.	42.899	612	43.511
Intelbras S/A	BNDES	Real	TR + 2,20% a.a.	Clean	mar-34	3,06% a.a.	30.444	-	30.444
Intelbras S/A	FINEP	Real	TR + 3,00% a.a.	Fiança Bancária	jun-29	3,86% a.a.	147.675	85	147.760
Intelbras S/A	BNDES	Real	CDI + 1,50% a.a.	Clean	out-29	12,65% a.a.	500.000	9.902	509.902
Renovigi Energia Solar S.A.	Unicred	Real	CDI + 4,78% a.a.	Clean	jun-25	15,93% a.a.	500	22	522
Allume	Banco De Bogota	Peso Colombiano	IBR + 1,77% a.a.	Clean	mar-25	10,96% a.a	1.626	7	1.633
Allume	Banco Itau - Corbanca	Peso Colombiano	IBR + 1,95% a.a.	Clean	out-26	11,14% a.a	2.810	1.237	4.047
Allume	Bancolombia	Peso Colombiano	IBR + 1,30% a.a.	Clean	mar-25	10,47% a.a	1.550	10	1.561
Allume	Occidente	Peso Colombiano	IBR + 3,00% a.a.	Clean	out-27	12,19% a.a	7.494	55	7.549
							894.506	29.009	923.515

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização do principal dos financiamentos e empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

Vencimento (em R\$ mil)									
2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	Total
211.166	177.726	172.023	158.709	142.403	26.456	26.456	3.811	3.811	922.562

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2024, tínhamos 10 (dez) contratos de empréstimo e financiamento, somando R\$923.516 mil.

Um dos contratos celebrado junto ao BNDES (i.e. Cédula de Crédito Bancário nº 18.2.0743.1) apresentava, em 31 de dezembro de 2024, as seguintes características: (i) um principal aberto de R\$ 42.899 mil; (ii) taxa de juros de IPCA + 3,54% a.a e TR + 2,61% a.a; (iii) saldo em agregado (principal + juros) de R\$ 43.511 mil; (iv) vencimento em agosto de 2027; e (v) garantia de hipoteca.

O outro contrato celebrado junto ao BNDES (i.e. Cédula de Crédito Bancário nº 21.2.0357.1) apresentava, em 31 de dezembro de 2024, as seguintes características: (i) um principal aberto de R\$ 159.508 mil; (ii) taxa de juros de SELIC + 1,55% a.a e TR + 2,70% a.a ;(iii) saldo em agregado (principal + juros) de R\$ 176.587 mil; (iv) vencimento em dezembro de 2031; e (v) garantia de aval prestado pelos nossos Diretores.

E o outro contrato celebrado junto ao BNDES (i.e. Cédula de Crédito Bancário nº 23.9.0108.1) apresentava, em 31 de dezembro de 2024, as seguintes características: (i) um principal aberto de R\$ 30.444 mil; (ii) taxa de juros de SELIC + 1,55% a.a e TR + 2,20% a.a ;(iii) saldo em agregado (principal + juros) de R\$ 30.444 mil; (iv) vencimento em março de 2034.

Um contrato celebrado junto ao FINEP apresentava, em 31 de dezembro de 2024, as seguintes características: (i) um principal aberto de R\$ 147.675 mil; (ii) taxa de juros de TR + 3% a.a.; (iii) saldo em agregado (principal + juros) de R\$ 147.760 mil; (iv) vencimento em junho de 2029; e (v) garantia de fiança bancária.

Em 27 de outubro de 2022, a Companhia promoveu a sua terceira emissão de debêntures, com a emissão de 500.000 mil debêntures simples, com vencimento em 27 de outubro de 2029, tendo como agente fiduciário a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como banco liquidante o Itaú Unibanco S.A. e, como escriturador a Itaú Corretora de Valores S.A, com as seguintes características: (i) um principal aberto de R\$ 500.000 mil; (ii) taxa de juros de CDI + 1,5% a.a.; (iii) saldo em agregado (principal + juros) de R\$ 509.902 mil.

Em 29 de abril de 2022, com a conclusão da aquisição da empresa Renovigi Energia Solar S.A. (“Renovigi”), a Companhia assumiu os empréstimos e financiamentos vigentes na data de aquisição da adquirida. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) da Renovigi era de R\$ 522 mil.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Renovigi totalizam um principal de R\$ 500 mil e R\$ 522 mil de saldo agregado (principal + juros) em 31 de dezembro de 2024. A taxa de juros deste contrato é 15,93% a.a. e possui vencimento em junho de 2025, conforme detalhado no quadro da composição consolidada de empréstimos e financiamentos da Companhia no item 2.1.f.

Em 09 de outubro de 2023, com a conclusão da aquisição da empresa Allume Holding S.A.S (“Allume”), a Companhia assumiu os empréstimos e financiamentos vigentes na data de aquisição da adquirida. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) da Allume era de R\$ 14.790 mil, representado aproximadamente 1,60% do saldo total da Companhia, sendo o Peso Colombiano a moeda de todos os contratos.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Allume totalizam um principal de R\$ 13.480 mil e R\$ 14.790 mil de saldo agregado (principal + juros) em 31 de dezembro de 2024. As taxas de juros destes contratos variam entre 10,47% a.a. e 12,19% a.a. e possuem vencimentos de março de 2025 até outubro de 2027, conforme detalhado no quadro da composição consolidada de empréstimos e financiamentos da

Companhia no item 2.1.f.

A tabela a seguir evidencia as obrigações de natureza contratual da Companhia, incluindo juros apropriados, em 31 de dezembro de 2024:

	Fluxos de caixa contratuais			
	Valor contábil	12 meses	1 a 3 anos	Mais que 3 anos
Passivos financeiros não derivativos	<i>Em milhares de R\$</i>			
Fornecedores	894.227	894.227	0	0
Fornecedores - risco sacado	346.036	346.036	0	0
Contas a pagar por aquisição de empresa	27.288	979	26.309	0
Financiamentos e empréstimos	1.359.148	260.802	776.994	321.352
Total	2.626.699	1.502.044	803.303	321.352

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informaram que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras além daquelas citadas no item 2.1.f (i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores da Companhia informaram que em 31 de dezembro de 2024, possuíamos contratos de financiamentos com determinadas instituições financeiras e, para garantia destes financiamentos, determinados instrumentos dispõem sobre garantias reais de hipoteca sobre nossos imóveis onde estão localizadas unidades fabris de São José/SC. Tais hipotecas incluem todas as benfeitorias e máquinas que estiverem acrescidas aos referidos imóveis. Adicionalmente, nossos acionistas Jane Freitas, Jorge Freitas, Jadna Freitas e Janete Freitas, bem como nossos Diretores Altair Silvestri e Rafael Boeing, outorgaram garantias fidejussórias de aval e fiança pessoal em alguns de nossos contratos financeiros. Por fim, nossa Companhia contratou fiança bancária para garantir outros instrumentos financeiros.

Observado o disposto no parágrafo anterior, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as demais obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) financiamentos e empréstimos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item “f” acima possuem cláusulas que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (covenants) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, *cross default*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos acima do mínimo legal, entre outros. A não observância dessas

restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

Adicionalmente, alguns dos instrumentos de dívida preveem a obrigação da Companhia de observância a determinadores índices financeiros, conforme descritos abaixo:

A) BNDES - Cédula de Crédito Bancário nº 18.2.0743.1

- A Companhia deverá manter os seguintes índices financeiros: a) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou inferior a 2,50; b) Endividamento Geral (Passivo Circulante + Passivo Exigível de Longo Prazo) / Ativo Total: igual ou inferior a 75%. Caso a Companhia não atinja tais índices, deverá constituir, no prazo de 180 dias, contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente, salvo se neste prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.
- A Companhia também deverá limitar a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, e nos subsequentes, ao montante máximo de (i) 25% do lucro líquido apurado em cada exercício financeiro, sempre que a relação PL/AT for inferior a 0,4; ou (ii) no máximo 50% sempre que a relação PL/AT estiver na faixa entre 0,4 e 0,5.

B) BNDES - Cédula de Crédito Bancário nº 21.2.0357.1

- A Companhia deverá manter o seguinte índice financeiro: Dívida líquida/Ativo total igual ou inferior a 0,17 com base nas suas demonstrações financeiras auditadas consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Endividamento Líquido (Dívida Bancária Líquida Total/EBITDA) da Companhia era de 0,01. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Endividamento Geral (Passivo Circulante + Passivo Exigível de Longo Prazo) / Ativo Total da Companhia era de 0,47. A Companhia nunca deixou de cumprir com seus *covenants* financeiros.

C) Debêntures

Em 27 de outubro de 2022, realizamos nossa terceira emissão de debêntures, por meio da qual emitimos 500 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição com esforços restritos, no montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) (“Terceira Emissão de Debêntures”).

A Terceira Emissão de Debêntures conta com restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, *cross default*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações e distribuição de dividendos acima do mínimo legal. Adicionalmente, a nossa Companhia estará sujeita a manter (i) a razão entre a Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 2,5x; e (ii) razão entre a Dívida Líquida / Ativo Total igual ou inferior a 0,17x até a quitação integral das debêntures da Terceira Emissão de Debêntures.

Vencimento antecipado cruzado

A Companhia possui empréstimos com cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*), a qual representam a quantia de R\$509.902 mil, ou 55,21%, da composição consolidada dos financiamentos e empréstimos da Companhia e de suas subsidiárias junto às instituições financeiras em 31 de dezembro de 2024, conforme detalhamento a seguir:

- (i) **Debêntures:** Ocorrência de vencimento antecipado de quaisquer obrigações assumidas pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes (conforme definido abaixo), por meio de quaisquer dívidas, instrumentos ou títulos financeiros, nacionais ou internacionais, contraídos pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, conforme o caso, no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, cujo valor unitário ou agregado dentro de um período de 12 (doze) meses seja igual ou superior a R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA.

O termo (a) “Controladas Relevantes” significa, com relação a qualquer pessoa (i) qualquer sociedade controlada (conforme definição de Controle), direta ou indiretamente, por tal pessoa; e ii) cuja receita bruta (após exclusões entre integrantes do mesmo grupo da Emissora) referente aos 12 (doze) meses anteriores às demonstrações financeiras mais recentes de tal Controlada Relevante, represente, no mínimo, 10% (dez por cento) da receita bruta consolidada da Emissora referente aos 12 (doze) meses anteriores às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia; e o termo (b) “Controle” significa o controle, direto ou indireto, de qualquer sociedade, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía quaisquer financiamentos e empréstimos com limites de utilização disponíveis para proveito.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e se referem somente aos itens que tiveram alterações significativas em relação às nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Desta forma, apresentamos a seguir as explicações de tais variações ocorridas e ressaltamos que as informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis tanto no *website* da Companhia (<https://ri.intelbras.com.br>) quanto no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados que apresentaram variação em relação aos nossos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Receita operacional líquida

As receitas da Companhia são geradas exclusivamente pela venda de produtos e serviços de segurança, tecnologia da informação e comunicação e energia. As receitas são reconhecidas pelo seu valor justo quando, quando atingidas as seguintes condições: (i) O controle sobre os produtos é transferido para o

comprador; (ii) a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelos produtos vendidos; (iii) os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis; e (iv) os serviços são prestados. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Há componente de financiamento significativo nos contratos considerando o período existente entre o recebimento do pagamento e a transferência do controle deste equipamento, bem como as taxas de juros de mercado. Desta forma, o preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa de juros implícita no contrato.

A Companhia mantém programas de desconto e incentivo a vendas, pelos quais oferece abatimentos por volume de vendas contratadas pelos clientes. Os descontos podem ser por categoria de cliente ou quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede a um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente ou com pagamentos financeiros. A Companhia aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável para se ajustar os valores de venda.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos são baseados no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Receitas (despesas) operacionais

A Companhia apresenta as despesas na demonstração do resultado utilizando classificações baseadas nas suas funções dentro da entidade.

Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado.

Variação cambial

A Companhia também possui despesas com variação cambial, relacionadas, principalmente, a aquisições de fornecedores estrangeiros e com alguns de nossos clientes, sendo que estas variações cambiais podem impactar nossos custos com aquisições de produtos importados.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer

ajuste dos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras, em relação às principais contas das nossas demonstrações de resultados que apresentaram variação em relação aos nossos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				2024 x 2023
	2024		2023		
	(em R\$ milhares)	AV	(em R\$ milhares)	AV	
Receita operacional líquida	4.756.146	100,0%	4.103.676	100,0%	15,9%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-3.293.517	-69,2%	-2.826.669	-68,9%	16,5%
Lucro Bruto	1.462.629	30,8%	1.277.007	31,1%	14,5%
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	-644.734	-13,6%	-560.321	-13,7%	15,1%
Administrativas e gerais	-259.342	-5,5%	-238.140	-5,8%	8,9%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-14.236	-0,3%	42.779	1,0%	-133,3%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	544.317	11,4%	521.325	12,7%	-276,1%
Resultado financeiro	35.686	0,8%	8.313	0,2%	329,3%
Variação cambial líquida	-65.168	-1,4%	-12.944	-0,3%	403,5%
Resultado antes dos impostos	514.835	10,8%	516.694	12,6%	-0,4%
Imposto de renda e contribuição social	13.577	0,3%	28.864	0,7%	-53,0%
Lucro líquido do exercício	528.412	11,1%	545.558	13,3%	-3,1%

Receitas operacionais líquidas

As receitas líquidas da Companhia totalizaram R\$4.756.146 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um crescimento de R\$652.470 mil, ou 15,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$ 4.103.676 mil. Os fatores que causaram o crescimento na receita operacional líquida foram, principalmente, relacionados à introdução das novas linhas no segmento de TIC além das crescentes demandas por equipamentos no segmento de Segurança.

A receita operacional líquida da Companhia, por segmento operacional, está demonstrada na tabela abaixo:

Receita operacional líquida por segmento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				2024x2023
	2024		2023		
	(em R\$ milhares)	AV	(em R\$ milhares)	AV	AH
Segurança	2.602.713	54,7%	2.225.214	54,2%	17,0%
TIC	1.062.207	22,3%	907.919	22,1%	17,0%
Energia	1.091.226	22,9%	970.543	23,7%	12,4%
Total - Receita operacional líquida	4.756.146	100,0%	4.103.676	100,0%	15,9%

A receita operacional líquida do segmento de Segurança totalizou R\$2.602.713 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$ 377.499 mil ou 17,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$2.225.214 mil. As estratégias de portfólio e de endereçamento de mercados ainda em desenvolvimento, como Controladores de Acesso e equipamentos para Casa Inteligente, vêm contribuindo de forma significativa para esse resultado.

A receita operacional líquida do segmento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) totalizou R\$1.062.207 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$154.288 mil ou 17,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$907.919 mil. Esse crescimento foi construído a partir da correta execução da estratégia de introdução de dois novos portfólios, com duas relevantes parceiras assinadas ao final de 2023.

A receita operacional líquida do segmento de Energia totalizou R\$1.091.226 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um crescimento de R\$120.683 mil ou 12,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$970.543 mil. As categorias de produtos que compõem o segmento de Energia continuam sua trajetória de crescimento, e se consolidam como importantes linhas de negócios da Companhia. Trata-se de um portfólio que é bastante aderente ao nosso canal parceiro, e que já vem demonstrando sua relevância, tanto na receita da Companhia como no seu mercado de atuação.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços da Companhia totalizaram R\$3.293.517 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$466.848 mil, ou 16,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$2.826.669 mil. Esse crescimento decorreu principalmente aos impactos da desvalorização cambial verificada a partir do segundo trimestre do ano.

Lucro bruto

O Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$1.462.629 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$185.622,00 mil, ou 14,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$1.277.007 mil. Esse aumento decorreu principalmente do crescimento de receita em todos os segmentos de atuação, e impactado pelo aumento dos custos operacionais.

O Lucro Bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro bruto por segmento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				2024x2023
	2024		2023		
	(em R\$ milhares)	AV ¹	(em R\$ milhares)	AV ¹	AH
Segurança	904.954	61,9%	832.655	65,2%	8,7%
TIC	288.449	19,7%	274.789	21,5%	5,0%
Energia	269.226	18,4%	169.563	13,3%	58,8%
Total – Lucro bruto	1.462.629	100,0%	1.277.007	100,00%	14,5%

¹Em relação ao lucro bruto do período.

O Lucro Bruto dos produtos e serviços do segmento de Segurança totalizou R\$904.954 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$72.299 mil ou 8,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$832.655 mil. Esse aumento decorreu principalmente do crescimento nas receitas operacionais, mesmo com crescimento do custo dos produtos vendidos deste segmento. A margem bruta, por sua vez, apresentou redução de 2,6 pontos percentuais.

O Lucro Bruto dos produtos e serviços do segmento de Tecnologia da Informação e Comunicação totalizou R\$288.449 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$13.660 mil ou 5,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$274.789 mil. Esse aumento decorreu principalmente do crescimento nas receitas operacionais, mesmo com crescimento do custo do produto vendido deste segmento. Com isso, a margem bruta apresentou redução de 3,1 pontos percentuais.

O Lucro Bruto dos produtos e serviços do segmento de Energia totalizou R\$269.226 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um crescimento de R\$99.663 mil, ou 58,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$169.563 mil. Esse aumento decorreu principalmente do crescimento de receita nos negócios de Energia, com melhores níveis de rentabilidade. Com isso, a margem bruta apresentou incremento de 7,2 pontos percentuais.

Despesas com vendas

As Despesas com vendas da Companhia totalizaram R\$644.734 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$84.413 mil, ou 15,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$560.321 mil. Esse aumento decorreu principalmente do: (i) aumento de R\$29.349 mil nas despesas com pessoal e benefícios; (ii) aumento de R\$35.249 mil nas despesas com vendas e marketing; e (iii) aumento de R\$22.282 mil nas despesas com fretes.

Despesas administrativas e gerais

As Despesas administrativas e gerais da Companhia totalizaram R\$259.342 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um crescimento de R\$21.202 mil ou 8,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$238.140 mil. Esse aumento decorreu principalmente das despesas com pessoal e benefícios, sendo reflexo dos investimentos necessários em diversas áreas da Companhia, principalmente nas áreas de negócio.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As Despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$14.236 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um crescimento de R\$57.015 mil, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no qual totalizava -R\$42.779 mil. Esse crescimento decorreu principalmente pela Companhia ter firmado um Termo de Transação e Outras Avenças com os antigos acionistas da controlada Renovigi no ano de 2023, não havendo outro evento não recorrente no atual período.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia totalizou R\$544.317 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$22.992 mil ou 4,4%%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$521.325 mil. Esse aumento decorreu principalmente do crescimento de receita em todos os segmentos de atuação, mesmo que impactado pelo aumento dos custos operacionais, além da manutenção do nível de despesas realizadas ao decorrer do ano.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia totalizou R\$35.686 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$27.373 mil ou 329,3%%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$8.313 mil. Esse aumento decorreu principalmente dos maiores menores montantes de juros sobre financiamento e empréstimos pagos, além da finalização dos pagamentos por aquisição de empresas, encerrado em 2023.

Variação cambial líquida

A Variação cambial líquida da Companhia totalizou -R\$65.168 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$52.224 mil ou 403,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou -R\$12.944 mil. Esse crescimento decorreu principalmente da depreciação cambial significativa verificada desde o segundo trimestre de 2024.

Resultado antes dos impostos

O Resultado antes dos impostos totalizou R\$514.835 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R\$1.859 mil ou -0,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$516.694 mil. Essa redução decorreu principalmente da variação cambial negativa impactada principalmente pela depreciação cambial verificada durante o período.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R\$13.577 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R\$15.287 mil ou -53,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$28.864 mil. Essa redução decorreu principalmente pelo aumento da utilização de incentivos fiscais para redução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social e prejuízo fiscal apurado na Controladora.

Resultado líquido do período

O Resultado líquido do período totalizou R\$528.412 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R\$17.146 mil, ou -3,1%, quando comparado ao exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$545.558 mil. Essa redução decorreu principalmente pelo aumento de custos e da variação cambial negativa impactados principalmente pela depreciação cambial verificada durante o período.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		Variações horizontais
	2024	2023	2024x2023
	(em R\$ milhares)		(%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	105.173	548.888	-80,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(223.207)	(214.378)	4,1%
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(297.166)	(588.167)	-49,5%
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(415.200)	(253.657)	63,7%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia apresentou um fluxo positivo de R\$105.173 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$548.888 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação negativa de R\$443.715 mil ou -80,8%, decorreu, principalmente, do aumento na variação dos saldos de estoques da Companhia no valor de R\$632.913 mil e na variação dos saldos de fornecedores no valor de R\$182.262 mil.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia apresentou um fluxo negativo (i.e. saída de caixa) de R\$223.207 mil no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2024, comparado a um caixa líquido utilizado de R\$214.378 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação de R\$8.829 mil ou 4,1%, decorreu, principalmente, da finalização do armazém em São José, SC e das aquisições de bens dos ativos intangíveis, relacionados principalmente à alteração do ERP da Companhia.

Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) utilizado nas atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia apresentou uma saída de caixa de R\$297.166 mil no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2024, comparado a um caixa líquido aplicado de -R\$588.167 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação negativa de -R\$291.001 mil ou -49,5% decorreu, principalmente, da redução de pagamento de empréstimos e do pagamento por aquisições de empresas.

a. resultados das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2024, a receita da Companhia foi composta substancialmente pela comercialização de produtos em cada um dos nossos segmentos de atuação. Nosso primeiro segmento de atuação é o de **SEGURANÇA**, que é composto pelos negócios de (i) vídeo monitoramento (CFTV), (ii) controle de acesso, (iii) alarmes de intrusão, (iv) alarmes de incêndio e pela empresa do grupo (v) Seventh. Nosso segundo segmento de atuação é o de **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, composto pelos negócios de (vi) redes empresariais, (vii) redes fibra ótica, (viii) roteadores, (ix) comunicação unificada, (x) acessórios de comunicação, (xi) cabeamento estruturado, e nossas empresas do grupo (xii) Khomp e (xiii) Metalúrgica Décio. Por fim, nosso terceiro e mais recente segmento de atuação é o de **ENERGIA**, formado pelos negócios de (xiv) fontes de alimentação de energia, (xv) proteção e armazenamento de energia, (xvi) geradores de energia solar on e off-grid e nossa empresa do grupo, (xvii) Renovigi Energia Solar. Para mais informações sobre os nossos segmentos de atuação e sobre as nossas unidades de negócios, vide item 1.3 deste Formulário de Referência.

O segmento de SEGURANÇA representou 54,7% da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Entre seus principais produtos, destacam-se os equipamentos de CFTV, tais como câmeras e gravadores digitais IP ou analógicos de alta resolução e também controladores de acesso, tanto para condomínios, quanto para espaços comerciais e residenciais.

O segmento de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO representou 22,3% da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Entre seus principais produtos, podemos destacar os equipamentos de infraestrutura de redes de fibra ótica, com comercialização voltada principalmente aos provedores de internet, os roteadores de uso residencial ou comercial e os equipamentos de comunicação corporativa.

Por fim, o segmento de ENERGIA, o segmento mais recente da Companhia, representou 23,0% das receitas líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Este segmento se destaca pela comercialização de geradores de energia solar e também pela comercialização de fontes, baterias e nobreaks para uso residencial e comercial.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A atuação da Companhia é voltada ao desenvolvimento, produção e comercialização de produtos eletroeletrônicos. Os resultados operacionais da Companhia dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- (i) *Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores:* A indústria em que a Companhia atua é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que no ano de 2024 apresentou variação de 3,4%, refletem um pequeno avanço na perspectiva econômica do país. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país. Assim como toda atividade econômica, o crescimento do país gera oportunidades de incremento de renda e movimenta a economia. As linhas da Companhia são utilizadas por empresas, residências e consumidores em geral que buscam mais segurança ou pretendem investir em suas residências ou negócios. Uma economia em crescimento, estimula investimentos e contribui positivamente para o nosso negócio.
- (ii) *Inflação:* Se por um lado a Companhia considera o impacto da inflação em sua prática de

preços, o que pode influenciar diretamente em sua receita, por outro, o impacto da inflação é percebido principalmente nas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo da Companhia, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,83% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Para mais informações sobre os impactos da inflação na receita da Companhia, vide item 2.2.b e 2.2.c deste Formulário de Referência.

- (iii) *Câmbio*: A taxa de câmbio afeta os custos da Companhia, principalmente, em razão da necessidade de importação de componentes eletrônicos, em sua maioria produzidos no exterior e comercializados em dólar. Em 31 de dezembro de 2024, cerca de 80% de nosso custo do produto vendido é vinculado a moedas estrangeiras, com isso, toda variação impacta nos resultados da Companhia, tendo em vista a necessidade de repasse de preços para que o aumento do custo não signifique uma perda de margem e consequentemente de lucro para a Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 o dólar apresentou variação positiva de 27,9%. Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na receita da Companhia, vide item 2.2.b deste Formulário de Referência. Para mais informações sobre a nossa estratégia de proteção patrimonial (hedge) em decorrência cambial, vide item 5.1.b. (ii) deste Formulário de Referência.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As principais variações das receitas decorrem de:

- (i) *Variação* nos preços de venda devido às flutuações cambiais. O Câmbio influencia os custos da Companhia, pois em 31 de dezembro de 2024, cerca de 80% de nosso custo do produto vendido é vinculado a moedas estrangeiras. Trata-se de componentes eletrônicos com origem na Ásia, Europa e América do Norte e polímeros ABS com origem na Ásia. Como temos por política, repassar o aumento de nossos custos aos nossos clientes, a variação cambial influencia diretamente nas nossas receitas.
- (ii) A inflação tem impacto no dissídio dos colaboradores, que deve ser sempre contraposto por ganhos superiores de produtividade na fábrica. Com um impacto com relevância menor, existe também o repasse de preços relacionados à inflação.
- (iii) As alterações de volume podem impactar positivamente ou negativamente os custos, dependendo da capacidade industrial. O repasse de preços devido à perda de produtividade por queda nos volumes não é usual, uma vez que o mercado define os preços. Para ganhos de competitividade, a Companhia avalia se pode refletir em queda de preços, na busca por nova ampliação do volume, gerando um ciclo positivo de ganho de produtividade ou se absorve como ampliação de margem.
- (iv) Existe um componente relevante no que se refere aos preços que é a tecnologia. De forma geral, a evolução tecnológica pressiona os preços para baixo e a manutenção do *ticket* médio é feita através da introdução de novos produtos, mais tecnológicos, com maior valor percebido pelo mercado. A evolução tecnológica também permite ganhos de produtividade e redução de custos de matéria prima, o que pode influenciar nossos preços de venda.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Os principais impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia são:

- (i) Variação dos custos de estoque devido às flutuações cambiais, tendo em vista que o câmbio influencia diretamente os custos da Companhia decorrentes de importação.
- (ii) O impacto da variação cambial pode ser percebido de forma atenuada no estoque, devido à contabilização do estoque médio. O resultado financeiro, pode ser impactado de forma maior quando os prazos de pagamento em dólar são alongados.

O preço de algumas commodities pode influenciar nossos custos de matéria-prima e insumos industriais. São elas, o cobre, o estanho, terras raras, estireno (ABS) entre outros.

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores da Companhia informaram que a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS com adoção obrigatória para o exercício anual iniciado em 1º de janeiro de 2024, as quais não resultaram em qualquer impacto material nas divulgações das demonstrações financeiras:

- Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - Acordos de financiamento de fornecedores que acrescentam a necessidade de divulgar informações sobre acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade;
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante esclarecendo que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório. Além disso, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo e explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período;
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants indicando que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório;
- Alteração à IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “*Sale and Leaseback*” que acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “*sale and leaseback*” que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia optou por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas as IFRSs novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis, e a expectativa da Administração em relação a aplicação:

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas demonstrações Financeiras: a Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras;
- IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública - Divulgações: a Companhia não é elegível para aplicação da nova norma, em razão dos instrumentos patrimoniais serem negociados publicamente;
 - Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Falta de Conversibilidade): não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras;
 - Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações

Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como para novos pronunciamentos emitidos e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, para os quais a Administração vem fazendo acompanhamento, concluindo que não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia no último exercício social foi emitido sem ênfases ou ressalvas.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informaram que não ocorreram eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

a. informar o valor das medições não contábeis

(a.1) EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA, sigla em inglês para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (em português: LAJIDA – lucro antes dos juros, impostos sobre a renda, incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medição não contábil elaborada por nossa Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"). Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ou período em questão ajustado pelo resultado financeiro (incluindo a variação cambial), pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e pelas despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e não devem ser consideradas como alternativa para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto ao fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou, ainda, como base para distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, nós não podemos garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado por nós pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>		
EBITDA	642.151	600.565
Margem EBITDA	13,5%	14,6%

(a.2) Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A nossa Dívida Bruta corresponde aos nossos financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante).

Nós calculamos a nossa Dívida Líquida (Caixa Líquido) a partir da Dívida Bruta, que é a soma de nossos financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante), deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). Quando os montantes de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras de longo prazo superam a nossa Dívida Bruta, chamamos o resultado de Caixa Líquido.

Seguem abaixo os valores da nossa Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido) em 31 de dezembro de 2024:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>		
Dívida Bruta	923.516	914.015
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	24.574	(401.840)

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente da Companhia.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(b.1) EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA, a Margem EBITDA e o lucro líquido consolidado divulgado em nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>		
Lucro líquido do exercício/período	528.412	545.558
(+/-) Resultado financeiro	29.482	4.631
(+/-) Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)	-13.577	(28.864)
(+) Despesas de depreciação e amortização	97.834	79.240
EBITDA	642.151	600.565
Receita operacional líquida	4.756.146	4.103.676
Margem EBITDA	13,5%	14,6%

(b.2) Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) e as informações apresentadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

<i>(em milhares de R\$)</i>	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Financiamentos e Empréstimos (Circulante)	211.119	120.483
Financiamentos e Empréstimos (Não Circulante)	712.397	793.532
Dívida Bruta	923.516	914.015
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(887.969)	(1.303.169)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Circulante)	(140)	(2.916)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Não circulante)	(10.833)	(9.771)
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	24.574	(401.840)

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA, e a Margem EBITDA são medidas não contábeis utilizadas como métricas de desempenho operacional por nossa administração, pois se acredita que são medidas adequadas para aferir o desempenho operacional da Companhia. Acreditamos que essas medições não contábeis funcionam como ferramentas comparativas relevantes para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Por conta disso, essas medidas não contábeis são utilizadas, também, como meta da Companhia. Além disso, alguns investidores, agências de “rating” e analistas financeiros as utilizam como indicador para avaliar o nosso desempenho operacional e financeiro.

O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido, do resultado operacional, do fluxo de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos de nossa Companhia. O EBITDA funciona como indicador de desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, ou nos níveis de despesas de depreciação e amortização. O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderarem as despesas de depreciação e amortização, receitas e despesas financeiras e impostos sobre o lucro, que, por sua vez, afetam nosso lucro. Nós utilizamos essas medições não contábeis como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

Acreditamos que o cálculo da Dívida Bruta e da Dívida Líquida (Caixa Líquido) é uma medida que é amplamente utilizada no mercado financeiro e fornece informações importantes sobre o nosso endividamento financeiro. Entendemos que a medição da Dívida Bruta e da Dívida Líquida (Caixa Líquido) é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional da nossa Companhia.

Nós utilizamos a Dívida Líquida (Caixa Líquido) como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. A Dívida Bruta não é uma medida de endividamento ou liquidez reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e a IFRS. Utilizamos a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) como medidas de endividamento e liquidez gerenciais e para comparação com empresas similares.

(i) No dia 29 de janeiro de 2025, a Companhia celebrou um contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$200.000, com o objetivo de financiar o desenvolvimento de negócios com provedores de internet de micro, pequeno e médio porte.

As captações serão realizadas nos próximos 3 anos conforme andamento do projeto, com carência de 12 meses para iniciar as amortizações após a disponibilização dos recursos. Na sequência, as liquidações ocorrerão em até 60 meses, com remuneração atrelada à TR mais spread de 2,7% a.a.

(ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia de 25 de fevereiro de 2025, a Companhia aprovou o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$60.421, correspondente ao valor de R\$0,184476100865 por ação. O pagamento aos acionistas ocorrerá no dia 17 de março de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

a. regras sobre retenção de lucros

Segundo a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o Estatuto Social de nossa Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores (se houver) e de qualquer provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Do lucro líquido do exercício, 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal até o limite legal aplicável. Após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reserva para contingências e a respectiva reversão, ou da reserva de incentivos fiscais, se for o caso, será destinado na seguinte ordem: (i) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar); e (ii) os 75% (setenta e cinco por cento) restantes poderão ser destinados para a constituição de Reserva de Investimentos, reserva estatutária, cuja finalidade é reforçar o capital de giro da Companhia e viabilizar investimentos e o desenvolvimento das atividades da Companhia e de suas controladas, a qual estará limitada ao montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) ou outra destinação determinada pela Assembleia Geral nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O montante acumulado a título de Reserva para Investimentos não poderá o nosso capital social subscrito. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Destinamos anualmente pelo menos 25% do lucro líquido ajustado (lucro líquido após a retenção mínima obrigatória e eventuais retenções adicionais) para a distribuição de remuneração aos acionistas na forma de dividendos, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. Por proposta da nossa Diretoria, aprovada pelo nosso Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, poderemos pagar ou creditar juros aos nossos acionistas, a título de remuneração do capital próprio. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto em nosso Estatuto Social, sendo assegurado aos acionistas o pagamento do eventual saldo remanescente. O pagamento efetivo dos juros sobre capital próprio dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. Nosso Estatuto Social também autoriza a distribuição o levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou em prazos menores, podendo ser declarados dividendos intercalares com base nesses balanços, por decisão do nosso Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos, conforme o nosso Estatuto Social, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A nossa Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos. Não obstante, alguns dos contratos financeiros de que somos parte, bem como a escritura da nossa terceira emissão de debêntures simples, nos impõem a

restrição de pagamento de dividendos em montante superior aos 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (no caso da nossa terceira emissão de debêntures, somente se estivermos inadimplentes com nossas obrigações previstas na escritura de emissão). Para mais informações sobre a restrições sobre a distribuição de dividendos a que estamos expostos, vide item 2.1.f (iv) deste Formulário de Referência.

e. se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A nossa Companhia possui uma política de distribuição de dividendos, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021 e alterada em 17 de maio de 2023. A referida política pode ser acessada no *website* da nossa Companhia (ri.intelbras.com.br) e no *website* da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br).

A Companhia não possui informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, tendo em vista que as demonstrações financeiras da Companhia evidenciam todos os itens relevantes de suas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia comentaram que a Companhia pretende seguir, ao longo dos próximos 5 anos, seu plano de investimento, composto principalmente por: (i) ampliação contínua da capacidade industrial e automação de processos produtivos (o montante previsto de R\$96.615 mil para o próximo ano será aplicado aquisição de máquinas e equipamentos industriais, como linhas automáticas de Montagem de Componentes de Superfície (SMD), máquinas de injeção plástica e demais ativos necessários para a operação industrial da Companhia); e (ii) investimentos em Tecnologia da Informação em 2025, para ganhos de produtividade, cerca de R\$30.033 mil serão especialmente aplicados no desenvolvimento de plataformas para a integração das vendas ao comércio eletrônico, bem como em automação de processos repetitivos e equipes de revisão e melhoria de processos corporativos.

As tabelas abaixo apresentam os saldos dos nossos investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Posição em 31 de dezembro de 2024		
Investimento	(em R\$ mil reais)	Tipo de Investimento
Edificações e Benfeitorias	47.855	Em andamento
Máquinas, Acessórios e Moldes	63.997	Em andamento
Software Intangível	84.510	Em andamento
Móveis, Instrumentos e Utensílios	19.939	Em andamento
Veículos	4.796	Em andamento
Total	221.097	-

Conforme exposto acima, pretendemos dar continuidade ao nosso plano de investimentos. Abaixo apresentamos os valores totais estimados para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025:

Posição em 31 de dezembro de 2025		
Investimento	(em R\$ mil reais)	Tipo de Investimento
Edificações e Benfeitorias	22.242	Em andamento
Máquinas, Acessórios e Moldes	74.374	Em andamento
Software Intangível	30.033	Em andamento
Móveis, Instrumentos e Utensílios	13.985	Em andamento
Veículos	4.912	Em andamento
Total	145.545	-

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia comentaram que a Companhia pretende manter suas fontes atuais de financiamento, quais sejam: (i) recursos próprios; e (ii) recursos de terceiros (empréstimos e emissão de debêntures) contraídos com a finalidade específica de fomento tecnológico.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento, bem como não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que, exceto pelo descrito no item 2.10.a acima, na data deste Formulário de Referência não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Estamos continuamente investindo no desenvolvimento de novos produtos, a fim de expandir nosso portfólio e reforçar ainda mais nossa presença no mercado em que atuamos. Atualmente, a Companhia possui as seguintes pesquisas em andamento: (i) ampliação dos projetos de automação residencial com gestão inteligente de ambientes residenciais e comerciais; (ii) aplicativos de gestão de segurança e monitoramento de ambientes; e (iii) equipamentos para conectividade, através de redes de fibra ótica e/ou 5G. Todos essas já lançados esse ano.

A Companhia ainda trabalha no desenvolvimento de: (i) ampliações da linha de câmera plug-in-play e acesso via aplicativo possibilitando ao usuário interação on-line; (ii) projetos em controle de acesso através de controladoras biométricas e de reconhecimento facial; (iii) carregadores veiculares para carros elétricos ou híbridos; (iv) projetos de comunicação unificada para a pequena e média empresa; (v) nobreaks de média e alta potência; e (vi) ampliação do portfólio de automatizador de portões.

Para mais informações sobre o nosso processo de produção e sobre investimentos em pesquisa e desenvolvimento, vide item 1.4.a deste Formulário de Referência.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 31 de dezembro de 2024, o montante gasto em projetos em aberto da Companhia era equivalente a R\$159.452 mil. Na data deste Formulário de Referência, não era possível quantificar a parcela deste montante destinada para pesquisas e para o desenvolvimento dos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Na data deste Formulário de Referência, os principais projetos estão descritos no item 2.10.c (i) acima.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o montante gasto em projetos em aberto da Companhia era equivalente a R\$159.452 mil. Na data deste Formulário de Referência, não era possível quantificar a parcela deste montante destinada para pesquisas e para o desenvolvimento dos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Na data deste Formulário de Referência, os planos de negócios da companhia levam em consideração as oportunidades referentes a questões ASG as quais se encontram alinhados com os pontos observados na matriz de materialidade mapeada e apresentada pela Companhia em seu Relatório Anual de Sustentabilidade. Para mais informações sobre a matriz de materialidade determinada pela Companhia, vide o item 1.9 do Formulário de Referência.

Despesas de Capital (CAPEX)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as despesas de capital (CAPEX) da Companhia totalizaram R\$221.097 mil, destacando-se a finalização das obras de construção do novo centro de distribuição da Companhia, localizado no município de São José-SC e os investimentos relacionados à alteração de ERP da Companhia.

Empréstimos contraídos em moeda estrangeira

Adicionalmente, estamos expostos ao risco cambial em razão dos contratos que celebramos com os nossos fornecedores estrangeiros e com alguns de nossos clientes, bem como em decorrência de empréstimos contraídos em moeda estrangeira, sendo que variações cambiais podem impactar nossos custos com aquisições de produtos importados e nossa despesa financeira associada a parte dos empréstimos que contraímos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto de nossos empréstimos em Peso Colombiano era equivalente a R\$14.790 mil (considerando o fechamento da cotação do COP de R\$0,001407 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto (passivo) de contratos com fornecedores celebrados em moeda estrangeira era equivalente a R\$1.106.995 mil. Na mesma data, o saldo em aberto (ativo) de contratos com cliente celebrados em dólar era de R\$53.894 mil.

Benefícios Fiscais

Conforme mencionado no item 4.1 (Fatores de Risco) deste Formulário de Referência, somos titulares de incentivos e benefícios fiscais federais, estaduais e municipais concedidos para a indústria de equipamentos de informática e desenvolvimento de tecnologia, além de incentivos regionais atrelados ao desenvolvimento de nossas atividades.

Na data deste Formulário de Referência, somos parte em acordos bilaterais com os Estados de Santa Catarina, Amazonas e Minas Gerais, que reduzem a carga tributária efetiva da Companhia. Os acordos decorrem de termos firmados com a Secretaria da Fazenda dos Estados, que nos garantem, dentre outros benefícios, diferimento parcial do ICMS incidente nas operações e créditos presumidos mensais de ICMS equivalentes a um determinado percentual do valor do ICMS incidente nas operações de saída de mercadorias. Esses percentuais e as operações sobre as quais eles incidem dependem do Estado no qual mantemos esses benefícios fiscais. A fruição dos incentivos está condicionada à observância de determinados requisitos como (i) realização de investimento mínimo anual em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), conforme descrito no item 2.10.a (i) deste Formulário de Referência; (ii) apresentação anual dos relatórios às autoridades competentes, em especial ao MCTIC e à SUFRAMA; (iii) cumprimento do PPB – Processo Produtivo Básico, aprovado pelos respectivos decretos e portarias interministeriais; (iv) geração direta de empregos; (v) manutenção de certos patamares de recolhimento de imposto, desembaraço aduaneiro por meio dos portos e aeroportos do Estado concedente do benefício.

Em 08 de agosto de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017, a qual teve como finalidade a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados sem a anuência prévia do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ. Dessa forma, os benefícios fiscais que são objeto da chamada “guerra fiscal” entre os Estados (dentre os quais aqueles que somos beneficiários), foram reconhecidos e seus efeitos

prorrogados pelos prazos cinco anos para as atividades comerciais, oito anos para as atividades vinculadas ao comércio internacional e 15 anos para as atividades industriais nos termos da norma acima citada, sendo todos esses prazos contados de 15 de dezembro de 2017, data de publicação do Convênio ICMS 190/17 do CONFAZ.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o efeito dos incentivos e benefícios fiscais reconhecidos no nosso resultado sobre o nosso lucro líquido foi de R\$ 507.613 mil ou 96,0%, líquido das despesas vinculadas ao gozo dos incentivos e benefícios, verificadas nos mencionados exercícios sociais. No mesmo exercício, as despesas com pesquisas e desenvolvimento vinculadas ao gozo dos incentivos e benefícios totalizaram R\$47.585 mil.

Exceto pelo disposto acima, não há outras informações relevantes a serem informadas.

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 março 2022, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Assim, tendo em vista que nossa Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

Não houve divulgação de projeções pela administração de nossa Companhia nos últimos três exercícios sociais e tampouco no exercício social corrente.

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultados (financeiro e operacional), fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e os de nossas controladas poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, caso em que nossos investidores poderão perder parte ou até mesmo a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem, potencialmente, influenciar a decisão de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de nossa emissão.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso”, “impacto adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, operações, situação financeira, resultados (financeiros e operacionais), fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e nos de nossas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Embora haja uma subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em determinada seção podem também se aplicar a outros itens.

a. Companhia

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão e controle de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.

As nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente suficientes, eficazes, ou ainda, nossos controles internos implementados podem ser insuficientes para a verificação de possíveis erros, fraudes e/ou violações. Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela nossa Companhia podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a nossa Companhia utiliza.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela nossa Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que nos baseamos ou que alimentam ou mantêm modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de elaborar nossas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes, erros ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações às leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração e terceiros agindo em nome da Companhia. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas,

corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Algumas das nossas BUs dependem de produtos inovadores e tecnologicamente avançados, em um mercado caracterizado pela rápida obsolescência dos produtos. Dessa forma, nosso crescimento e nossa lucratividade poderão ser afetados adversamente, caso não sejamos capazes de acompanhar as inovações do mercado.

Conforme descrito no item 1.4 deste Formulário de Referência, a nossa atividade comercial pode ser dividida nas BUs (*business units*): (i) Segurança (TIC), (ii) Tecnologia da Informação e Comunicação e (iii) Energia. Nossas BUs dependem da nossa capacidade de agilmente introduzir produtos com tecnologia e formatos adequados aos anseios de nossos consumidores. Para que sejamos bem-sucedidos nisso, dependemos de diversos fatores, tais como o desenvolvimento de novos produtos, um controle de qualidade eficaz, a rapidez no lançamento de produtos, o acesso a fornecedores estratégicos de tecnologia, uma correta estimativa da demanda, o treinamento de nosso pessoal de vendas e a aceitação, pelos consumidores, de novas tecnologias e *designs*.

O mercado brasileiro, em diversas áreas em que atuamos, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de segurança eletrônica, acesso à Internet residencial e corporativa, *so ftwares* e infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos. Poderemos não ter acesso a novas tecnologias, ou ser bem-sucedidos na incorporação dessa nova tecnologia a nossos produtos, o que poderá impactar a nossa capacidade de inovação, afetando os nossos negócios e resultado.

Ademais, os padrões tecnológicos de consumo, bem como os demais padrões adotados no setor em que atuamos, estão sujeitos à rápida mudança e evolução e não podemos assegurar que os padrões que adotamos para desenvolver novos produtos serão ou permanecerão eficientes e/ou competitivos no mercado de nossa atuação.

A introdução de novos produtos, tecnologias e *designs* gera questões relativas à velocidade de aceitação pelos consumidores e, conseqüentemente, à demanda estimada. Adicionalmente, a indústria de tecnologia vivencia um processo de convergência digital, caracterizado pela integração de mídias e introdução de novos dispositivos, o que tem reduzido a demanda por produtos tradicionais. Caso sejamos incapazes de adequar nosso portfólio de produtos em consonância com esse processo, bem como estimar corretamente a demanda por novos produtos e dispositivos ou sua adequação ao desejo e necessidades dos consumidores, poderemos enfrentar a redução de nosso faturamento e problemas de gerenciamento de estoque, levando ao aumento do risco de falta ou obsolescência de produtos, ou eventual excesso de estoque. Tais situações podem resultar na formação de estoques de produtos com baixa rotatividade, obsoletos ou com valor de mercado reduzido, o que pode afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados.

Também dependemos da constante introdução de novos produtos e melhoria dos produtos que produzimos. Podemos não ser capazes de introduzir assiduamente novos produtos e competir de forma agressiva com os outros participantes deste mercado que têm posições consolidadas. Assim, poderemos não obter o retorno financeiro esperado em nosso faturamento, bem como, podemos ter problemas de gerenciamento de estoque, levando ao aumento do risco de falta ou obsolescência de produtos, ou eventual excesso de estoque, o que pode afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados.

Adicionalmente, podemos estar sujeitos às disfunções das nossas relações com distribuidores e revendedores, o que pode afetar a capilaridade de distribuição de nossos produtos, e por consequência, afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados.

Podemos não conseguir identificar falhas no processo produtivo e de compras, o que poderá prejudicar a qualidade de nossos produtos e, conseqüentemente, acarretar o aumento das despesas com assistência técnica. Adicionalmente, falhas ou brechas de nossos sistemas de tecnologia da informação podem interromper nossas operações e impactar negativamente nossos negócios.

Falhas na gestão da qualidade nos processos de compra de insumos, produção, montagem e/ou nos componentes utilizados podem aumentar o índice de falhas dentro do prazo de garantia, elevando as despesas com assistência técnica. A presença de defeitos, erros ou atrasos — e a eventual impossibilidade de corrigi-los — pode gerar impactos negativos, como: (i) cancelamento de pedidos ou contratos; (ii) aumento de despesas com garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) perda de aceitação dos produtos no mercado; (v) desvio de recursos de P&D; (vi) possíveis ações indenizatórias; e (vii) danos reputacionais.

Além disso, tais falhas podem resultar no desabastecimento de peças para atendimento de garantias, gerando atrasos no suporte ao cliente, elevação de custos e aumento de reclamações junto a órgãos como o PROCON, o que também pode afetar negativamente nossa imagem, resultados e condição financeira.

Adicionalmente, a tecnologia da informação é parte essencial do nosso negócio. Dependemos de sistemas para gerenciar dados operacionais, otimizar a eficiência das unidades fabris, apoiar o processo de fabricação e controlar estoques. Também utilizamos TI no processamento de informações financeiras e de resultados, tanto para reportes internos quanto para cumprimento de obrigações fiscais e regulatórias.

Além disso, a tecnologia da informação é fundamental para nossas ações de marketing digital e para a comunicação eletrônica entre centrais operacionais, lojas, colaboradores, clientes e fornecedores. Vale destacar ainda que parte do nosso portfólio inclui produtos e softwares comercializados que dependem de sistemas de TI para seu pleno funcionamento

Nossos sistemas de tecnologia da informação podem ser vulneráveis a interrupções, inclusive no processo de atualização ou substituição de *softwares*, base de dados, entre outros componentes, desastres naturais, ataques terroristas, falhas em telecomunicações, vírus de computador, ataques cibernéticos, *hackers*, acessos não autorizados dentre outras questões de segurança.

A nossa ineficiência em impedir falhas de segurança, incluindo falhas que impeçam nossos sistemas de funcionarem como desejado (inclusive ocasionando problemas de desempenho de sistemas), mesmo por um período limitado de tempo, poderá causar erros de transação, ineficiências de processos, perdas de vendas, vazamento de informações de clientes, afetar a funcionalidade, disponibilidade, integridade e operacionalidade dos nossos sistemas e resultar em despesas significativas para nós e/ou perda de participação de mercado para outros provedores de comunicações afetando, inclusive, a nossa reputação. Os custos associados a um grande ataque cibernético poderiam onerar nossos clientes e parceiros de negócios, aumentar os nossos gastos com medidas de segurança cibernética e afetar a nossa receita em razão de eventuais interrupções de negócios e litígios. Adicionalmente, a nossa falha em antever uma interrupção sistêmica e/ou um ataque cibernético poderá nos sujeitar a ações judiciais por reparação de danos e a perdas financeiras em razão da reposição de produtos inutilizados, provocando, dessa forma, um impacto negativo em nossos negócios e em nossa reputação.

Podemos não ser capazes de proteger os nossos direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou de garantir que nossos parceiros ou fornecedores não utilizarão propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros sem autorização. Podemos também ser acusados e/ou condenados por eventual infringência aos direitos de propriedade intelectual de terceiros.

O nosso sucesso depende significativamente da nossa capacidade de proteger e preservar os nossos direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas, nomes de domínio, segredos comerciais e know-how, de modo que quaisquer problemas relacionados a tais ativos podem afetar a Companhia negativamente.

Eventos como o indeferimento definitivo de pedidos de registro de propriedade intelectual pelo Instituto

Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”) ou o uso indevido ou não autorizado de tal propriedade ou, ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa de registros podem nos impactar adversamente. Ainda, podemos não conseguir renovar o registro de alguma propriedade intelectual em tempo hábil ou algum de nossos concorrentes podem contestar ou invalidar quaisquer registros existentes ou futuros solicitados ou licenciadas por nós. Nesse sentido, cabe ressaltar, que o monitoramento de uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e não há como garantir que terceiros não tenham registrado ou adquirido direitos sobre marcas idênticas ou similares para produtos ou serviços que atendam ao mesmo mercado de atuação da nossa Companhia. Ademais, não podemos assegurar que seus parceiros e fornecedores sempre utilizem propriedade intelectual, industrial ou autoral de suas respectivas propriedades ou de terceiros devidamente autorizadas.

Adicionalmente, alegações de utilização de propriedade intelectual de terceiros seja por nós ou pelos nossos parceiros ou fornecedores, podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da nossa administração e de nossas equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas.

Caso não sejamos capazes de proteger nossa propriedade intelectual ou venhamos a ser acusados ou punidos por eventual infringência aos direitos de propriedade intelectual de terceiros, nossos negócios e resultados podem ser substancial e negativamente impactados.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), poderá provocar um efeito adverso em nossos negócios, inclusive paralisando parcialmente as nossas operações.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo Zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Caso um novo surto seja declarado, estaremos sujeitos a modificar algumas práticas de negócios (por exemplo, a adoção de protocolos sanitários, inclusive aplicável para nossos revendedores e distribuidores) e podemos ser obrigados a tomar outras ações adicionais, conforme venha a ser exigido pelas autoridades governamentais ou que determinarmos ser do melhor interesse de nossos colaboradores, clientes e parceiros de negócios. Podemos também ter impactos adversos em nossos negócios como resultado de seu impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que ocorreu ou pode ocorrer no futuro.

Adicionalmente, não conseguimos assegurar que novos surtos e pandemias regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não conseguimos assegurar que seremos capazes de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos nossos negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela recente pandemia da COVID-19. O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento da população ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de outras doenças também podem impossibilitar que nossos colaboradores se dirijam às nossas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios.

Estamos sujeitos a riscos relacionados ao uso não autorizado ou indevido de nossa propriedade intelectual e/ou industrial.

Estamos sujeitos à apropriação e ao uso inadequado de nossas soluções por terceiros. Usos indevidos de marca e/ou *softwares* por terceiros violando os direitos de propriedade da Companhia podem implicar em custos significativos e acarretar no uso de recursos não previstos para essa finalidade. Há produtos falsificados, contrabandeados, "pirateados" e produtos que de outra forma infringem direitos de propriedade intelectual nos mercados em que atuamos e em outros mercados. A dificuldade no combate da falsificação de várias fontes dos produtos que vendemos e a infração, por terceiro, de direitos de propriedade intelectual pode não apenas ter um efeito adverso relevante para nós, como atingir a integridade das marcas que vendemos pela sua associação com produtos de menor qualidade. O monitoramento de utilização indevida das marcas comercializadas por nós pode não ser suficiente para mitigar o impacto que elas podem ter em nossas atividades. A perda de valor das nossas marcas, assim como a utilização indevida, por terceiros, das marcas comercializadas por nós, poderá impactar negativamente, o nosso resultado.

Somos altamente dependentes das nossas unidades fabris, que atuam como nossos centros de distribuição, e qualquer interrupção ou falha na operação de nossos centros poderá nos causar um efeito adverso.

Atualmente, temos quatro unidades fabris que funcionam também como centros de distribuição ("CDs") localizados nas regiões Sul, Sudeste, Norte além de uma unidade exclusiva de centro de distribuição no nordeste do país. As operações são altamente dependentes da operação normal de nossos CDs, tendo em vista que todos os produtos que vendemos são distribuídos por meio desses CDs. Se a operação normal de um desses CDs for interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle, como incêndios, desastres naturais, falta de energia, falha nos sistemas, entre outros, nossos negócios serão adversamente impactados.

Estamos sujeitos ao risco de processos baseados em alegações de quebra dos direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros.

Estamos sujeitos a processos, procedimentos, investigações e notificações baseados em alegações de quebra dos direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de registro de novas patentes e direitos autorais de sociedades de tecnologia. Nesse sentido, determinadas melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento, incremento de novas soluções e desenvolvimento de novos produtos com padrões já desenvolvidos e registrados por outras empresas do setor de tecnologia da informação podem nos sujeitar a processos judiciais e arbitrais por violação de marcas, programas de computador, patentes e direitos autorais, uma vez que podemos desenvolver e/ou utilizar certa tecnologia sem o conhecimento de que mencionada tecnologia já patenteada ou possui outro registro de direito atual. Essas ações poderão impactar negativamente a nossa reputação e os nossos resultados.

Acidentes nas nossas unidades fabris ou centros de distribuição podem causar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais e imagem.

Acidentes e outros eventos imprevisíveis e fora do nosso controle, causados por erro humano, mecânico, tecnológico, climático ou por quaisquer outros fatores, podem ocorrer a qualquer tempo nas nossas unidades fabris e/ou centros de distribuição. Caso qualquer acidente ou outro evento imprevisível e fora do nosso controle ocorra, poderá resultar em perdas de estoque, danos a nossos ativos ou até mesmo vitimar clientes, funcionários ou quaisquer terceiros. Os nossos negócios, resultados operacionais e reputação podem sofrer efeito negativo em decorrência de tais acidentes ou eventos imprevisíveis e fora de nosso controle, ou ainda em decorrência da forma como nós lidaremos com tais acidentes e/ou eventos.

Podemos não ser capazes de implementar nossa estratégia de crescimento orgânico. A falha em implementar a nossa estratégia de crescimento orgânico poderá nos afetar negativamente.

Ao longo da nossa história tentamos implementar estratégias baseadas na expansão geográfica de nossas operações e na introdução constante de novos produtos e segmentos operacionais, construindo novas áreas da Companhia em suporte a outras áreas já existentes. Pretendemos continuar a expandir nossas atividades nas BUs de Segurança, Tecnologia da Informação e Comunicação e Energia, tanto nos mercados atualmente explorados como aproveitando eventuais novas oportunidades que ofereçam sinergias com os nossos negócios atuais.

Não conseguimos assegurar que os resultados obtidos no passado com essa estratégia se repetirão no futuro. Além disso, a implantação desta estratégia de crescimento exigiu, no passado, e deverá continuar a exigir, no futuro, substanciais investimentos em sistemas de controles internos e na expansão e adaptação dos nossos recursos administrativos, técnicos, operacionais e financeiros.

A implantação das nossas estratégias empresariais e a consecução de nossas metas de resultados depende de condições, tanto internas como de mercado, que podem não estar presentes e que, em parte, independem de nossa atuação. Adicionalmente, não conseguimos assegurar que as oportunidades de expansão orgânica existentes no passado continuarão a existir no futuro. Desta forma, podemos não ser bem-sucedidos no desenvolvimento de novos projetos e empreendimentos atraentes, não ser capazes de investir em sistemas de controles internos ou de gerir a expansão dos recursos no ritmo necessário para a manutenção do crescimento, o que poderá afetar adversamente nossos resultados.

Podemos não ser capazes de aproveitar as potenciais sinergias entre as atividades atualmente exercidas por nós e outras atividades que venhamos a desenvolver no futuro. Ainda, caso não sejamos capazes de gerenciar de forma adequada a nossa expansão por meio da introdução de novos produtos e segmentos operacionais, a qualidade de todos os produtos que fabricamos e dos nossos serviços poderá ser afetada, o que poderá impactar adversamente os nossos negócios, operações e resultados.

Podemos não ser capazes de realizar aquisições no momento ou em termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais aquisições podem não trazer os resultados que esperamos e/ou podemos não ser capazes de integrá-las com sucesso aos nossos negócios, assim como podemos precisar de recursos adicionais no futuro.

O sucesso das aquisições que realizamos depende, principalmente, da nossa capacidade de identificar sociedades ou ativos atraentes para aquisição, negociar preços adequados, integrar e manter a qualidade da operação das sociedades ou ativos adquiridos, bem como obter sinergia, melhorar a produtividade dos ativos adquiridos e de reduzir custos.

A negociação de potenciais aquisições ou investimentos, bem como a integração de empresas, serviços adquiridos ou desenvolvidos em conjunto, poderá resultar em desvio substancial e demandar um esforço considerável de nossos recursos administrativos ou não ser bem-sucedida considerando os termos inicialmente delimitados ou esperados por nós.

Podemos não ser capazes de identificar novas oportunidades que sejam atrativas em razão de condições e preços não aceitáveis ou menos favoráveis, da atuação de nossos principais concorrentes (inclusive em decorrência de consolidação no setor) e de restrições regulatórias, entre outros fatores. Ainda, alguns de nossos concorrentes podem possuir mais recursos financeiros ou, de outras formas, estar em posição mais vantajosa para adquirir sociedades ou outros ativos estratégicos.

Adicionalmente, a geração de caixa oriunda de atividades operacionais pode não ser suficiente para suportar nossos planos de expansão, sendo necessário incorrer em dívidas ou emitir ações adicionais para financiar nosso crescimento. Caso não sejamos capazes de obter financiamentos, ou de obtê-los em condições aceitáveis, existe risco de que os nossos planos de negócios e de crescimento tenham que ser revisados,

afetando adversamente nossos resultados operacionais e nossas condições financeiras, bem como o valor de mercado das ações de nossa emissão.

Podemos não ser capazes de integrar, de forma satisfatória, as operações decorrentes das aquisições de outros negócios que venham a ocorrer no futuro, podendo em especial ter dificuldade com a integração de:

- Outros colaboradores que não estejam familiarizados com nossas operações;
- Novos prestadores de serviços;
- Sistemas distintos de informações, processamento de reclamações e armazenamento de registros; e
- Políticas contábeis, inclusive as que exigem alto grau de discernimento ou complexos processos de avaliação, contabilização de ágio na combinação de negócio, ativos intangíveis e remuneração com base em ações.

Caso as melhorias operacionais e financeiras, bem como as sinergias esperadas na data da aquisição não se concretizem, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Eventuais aquisições poderão também exigir aumento na alavancagem financeira ou que acessemos os mercados financeiro e de capitais, inclusive mediante a emissão de novas ações, o que poderá acarretar na diluição da participação societária de nossos acionistas em nosso capital social. Adicionalmente, tais aquisições poderão gerar ágio, cuja amortização poderá reduzir nosso lucro e, conseqüentemente, reduzir os dividendos a serem distribuídos aos nossos acionistas.

Também estaremos expostos às obrigações e contingências das empresas ou ativos que venhamos a adquirir, em razão de atos de responsabilidade da administração anterior. O processo de auditoria legal que conduzirmos para avaliar a situação jurídico-patrimonial de potenciais empresas a serem adquiridas pode ser insuficiente para identificar eventuais contingências e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que venhamos a receber dos vendedores podem ser inexecutáveis, infrutíferas ou insuficientes para reparar danos oriundos. Dessa forma, caso existam contingências significativas oriundas de tais eventuais aquisições, além de contingências não identificadas em tais processos, estas poderão prejudicar adversamente nossas atividades e resultados.

Além disso, esforços de integração operacional e dos colaboradores das sociedades adquiridas poderão desviar a atenção de nossos profissionais-chave. Por todas as questões acima mencionadas, podemos não ser capazes de implementar com êxito a nossa estratégia de aquisições, o que, conseqüentemente, poderá prejudicar a obtenção de eventuais sinergias, dos benefícios gerados por essas aquisições ou da redução de custos esperados, gerando, assim, um impacto negativo nos resultados e no valor de mercado das ações de nossa emissão.

No âmbito da nossa BU de Energia, comercializamos sistemas de conversão de energia solar em energia elétrica para os nossos consumidores. O sucesso da comercialização desses sistemas depende de vários fatores que fogem ao nosso controle (incluindo fatores naturais, relacionados à capacidade solar do país, e fatores governamentais, a exemplo de instituição de novas obrigações a serem observadas pelos consumidores de energia solar por agências reguladoras brasileiras, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL).

Conforme descrito no item 1.4 deste Formulário de Referência a nossa atividade comercial pode ser dividida nas seguintes BUs: (i) Segurança; (ii) Tecnologia da Informação e Comunicação; e (iii) Energia.

No âmbito da nossa BU de Energia, comercializamos sistemas de conversão de energia solar em energia elétrica para os nossos consumidores. O sucesso da comercialização desses sistemas depende de vários fatores que fogem ao nosso controle (incluindo fatores naturais, relacionados à capacidade solar do país, e fatores governamentais, a exemplo de instituição de novas obrigações a serem observadas pelos consumidores de

energia solar por agências reguladoras brasileiras, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL). Um ou diversos desses fatores podem evoluir de forma desfavorável para nosso crescimento no futuro e, consequentemente, afetar nossa capacidade de geração de receitas e resultados operacionais.

Ademais, caso quaisquer fatores impactem o custo da energia solar obtida pelos consumidores através dos sistemas que comercializamos, nossos consumidores finais serão impactados economicamente, o que poderá prejudicar a comercialização futura de nossos sistemas de energia solar, afetando os nossos negócios e resultados.

Nossas futuras aquisições poderão sofrer restrições ou poderão não ser aprovadas pelo CADE.

Determinadas operações de aquisição pretendidas por nós poderão estar sujeitas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Nestes casos, caso este entenda que uma potencial aquisição nossa poderá afetar negativamente as condições de concorrência nos mercados em que atuamos, o CADE poderá rejeitar operações que viermos a realizar ou, ainda, aprová-las com restrições contrárias aos nossos interesses. Qualquer dessas decisões poderá afetar adversamente os resultados das nossas operações e o valor de mercado das ações de nossa emissão.

Nossa exposição ao mercado brasileiro de segurança eletrônica, equipamentos de redes, comunicação e controle de acesso pode limitar nosso crescimento no futuro.

A nossa atual participação no mercado brasileiro de Tecnologia da Informação e Comunicação e Segurança, pode dificultar o crescimento das nossas vendas por meio da elevação de participação de mercado e faz com que o aumento de nossas vendas, no mercado brasileiro, dependa principalmente:

- do crescimento da economia nacional;
- da entrada em novos segmentos de negócios adjacentes (os quais podemos não ser capazes de visualizar ou absorver);
- do desenvolvimento de novos produtos, o que depende em boa medida do sucesso do nosso programa de pesquisa e desenvolvimento, sendo certo que não podemos assegurar que seremos bem-sucedidos no desenvolvimento de novos produtos no futuro.

Um ou diversos desses fatores podem evoluir de forma desfavorável para nosso crescimento no futuro e, consequentemente, afetar nossa capacidade de geração de receitas e resultados operacionais.

As perdas não cobertas pelos seguros contratados por nós podem resultar em custos prejuízos e na dificuldade para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre os nossos negócios.

O limite da nossa cobertura de seguros contra danos patrimoniais, responsabilidade civil, seguros de vida, dentre outros poderá não ser adequado para nos proteger de reclamações futuras. Dessa forma, caso eventuais ações judiciais referentes à responsabilização por danos causados a colaboradores e/ou clientes resultem em sentenças desfavoráveis a nós, poderemos incorrer em danos à nossa reputação e em indenizações financeiras que podem não ser cobertas integralmente pelos nossos seguros, podendo acarretar efeitos adversos sobre nós.

Além disso, certos riscos não são garantidos pelas apólices de seguro das seguradoras que contratamos (tais como riscos decorrentes de guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, interrupção de certas atividades, desastre naturais, inclusive em razão de pandemias como o do COVID-19, e falhas humanas). Adicionalmente, desastres naturais, condições meteorológicas adversas, efeitos climáticos e outros eventos podem causar danos de todo tipo, incluindo, danos ao meio ambiente e interrupção de nossas atividades, dentre outros. Não podemos assegurar que as apólices de seguro mantidas por nós serão adequadas e/ou

suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos.

Ainda, a cobertura de nossas apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio e cumprimento das obrigações assumidas nas apólices. Nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, em que o dano não está sujeito à cobertura pela seguradora. Além disso, não podemos assegurar que conseguiremos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Todas as situações descritas acima poderão ter um efeito adverso para nós.

A construção de plantas industriais e a expansão de nossas fábricas existentes apresentam riscos que podem impactar negativamente os nossos resultados.

A construção, expansão ou otimização das nossas atuais fábricas ou a construção de novas plantas industriais estão sujeitas aos riscos de não obtenção de autorizações ambientais, alvarás e/ou licenças necessários para nossa operação, falta de fornecedores aptos a fornecer equipamentos ou matéria-prima, elevação de custos ou redução de receitas, falta de mão-de-obra capacitada, falta de fonte de financiamento em condições satisfatórias ou de qualquer forma, indisponibilidade de imóveis apropriados nas proximidades da área desejada, entre outros.

Além disso, a expansão, otimização e construção de plantas industriais podem não ser concluídas no prazo planejado ou ser concluídas em desacordo com os respectivos projetos. Descumprimentos contratuais por parte de fornecedores de equipamentos ou serviços podem causar prejuízos financeiros, prejuízos ao projeto e descumprimento de obrigações assumidas perante terceiros, e as obrigações de indenização ou garantias prestadas por tais fornecedores podem ser insuficientes para compensar os prejuízos a que poderíamos estar sujeitos. Quaisquer falhas ou descumprimentos na implementação dos projetos de crescimento e/ou expansão das plantas existentes poderão causar impacto negativo em nossa situação financeira e em nossos negócios.

Nós podemos ser afetados adversamente se alguma de nossas unidades fabris sofrer danos materiais ou for fechada. Adicionalmente, a nossa matriz e a nossa principal unidade fabril estão localizadas em São José/SC e, caso essa unidade ou a nossa matriz seja afetada de qualquer forma em razão de diversos fatores (incluindo fatores que fogem ao nosso controle), as nossas operações poderão ser afetadas negativamente.

Operamos através da fabricação e comercialização de nossos produtos por meio de nossa matriz e da nossa principal unidade fabril que estão localizadas na cidade de São José/SC, e de outras três fábricas localizadas em Manaus/AM, Santa Rita do Sapucaí/MG e Tubarão/SC. Se a nossa matriz ou qualquer destas fábricas sofrer qualquer dano substancial, incluindo danos causados por efeitos climáticos, fogo ou enchente, ou se nossa atividade de fabricação for reduzida ou interrompida por causa de greves ou interrupções duradouras de fornecimento de energia elétrica ou escassez de diesel, poderemos incorrer em aumento significativo de custos e de tempo maior para fabricação e comercialização de nossos produtos. Tais eventos podem ocasionar em desabastecimento de nossas fábricas resultando em efeito adverso em nossa atividade, implicando em perda de vendas e impacto negativo nos resultados.

A abertura de novas unidades fabris pode demandar recursos adicionais, bem como ocasionar uma queda no desempenho das unidades fabris existentes.

Nossa estratégia de crescimento envolve a abertura e a operação de novas unidades fabris, o que pode demandar recursos adicionais. Essa estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, que podem ficar sobrecarregados e consequentemente resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, o que, por sua vez, pode levar a uma deterioração no desempenho de nossas unidades fabris individualmente e de nosso negócio como um todo. Ainda, quando a

inauguração de novas unidades fabris ocorrer em mercados onde já possuímos unidades fabris, poderemos sofrer uma redução nas vendas líquidas das unidades fabris pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas, o que pode nos afetar negativamente.

Nossos resultados poderão ser afetados adversamente pela não obtenção ou renovação, em prazo adequado, das licenças imobiliárias necessárias.

A ocupação de imóveis operacionais e/ou sedes administrativas por nós está sujeita à obtenção de licenças junto aos órgãos municipais (alvará de licença para uso e funcionamento) e aos departamentos de corpos de bombeiros responsáveis, na forma prevista na legislação aplicável, as quais devem ser tempestivamente obtidas e renovadas por nós e/ou pelos locadores dos contratos em que figuramos como locatários.

Não podemos assegurar que a obtenção dessas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto de abertura de novas lojas e centros de distribuição.

A falta de uma dessas licenças, indeferimento da sua obtenção ou não renovação tempestiva pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas ou, conforme o caso, até a suspensão ou o encerramento das atividades realizadas no respectivo imóvel. A imposição dessas penalidades, em especial, o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados e negócios.

Ainda, a interrupção na operação de uma fábrica por falta de licenças pode prejudicar a capacidade de produzir e distribuir mercadorias para as lojas e revendedores, o que pode resultar na queda nas vendas e afetar adversamente nossos resultados. Para mais informações sobre nossas licenças imobiliárias, vide item 1.6.a deste Formulário de Referência.

Determinadas partes do nosso negócio são conduzidas principalmente por meio de revendedores autorizados.

Parte substancial de nossos produtos são vendidos principalmente por meio da venda direta de revendedores autorizados, que não são sociedades controladas por nós, tampouco integram nosso quadro de funcionários. Algumas vendas podem deixar de atuar conosco e qualquer perda ou distração dos revendedores pode ter efeito adverso sob os nossos negócios. Estamos sujeitos ao risco de créditos de liquidação duvidosa associado ao fornecimento de crédito a Revendas, o que é agravado se as condições financeiras das Revendas se deteriorarem. Além disso, as condições macroeconômicas, ou a redução de compras de revendedores por meio de venda direta podem reduzir nossas vendas, impactar nossa capacidade de executar nossa estratégia comercial global ou causar um efeito adverso relevante no nosso negócio, perspectivas, situação financeira, liquidez, resultados de operações ou fluxos de caixa.

Se perdermos participação de mercado por meio de nossos revendedores (ou seja, se nossos revendedores passarem a trabalhar diretamente com nossos concorrentes ou se outros revendedores conseguirem desenvolver mais negócios do que os revendedores que trabalhamos), nosso negócio, perspectivas, situação financeira, liquidez, resultados operacionais e fluxos de caixa podem ser afetados de forma adversa. Ainda, se qualquer governo ou órgão regulatório do Brasil banir ou restringir rigorosamente nossos métodos de negócio ou modelo operacional/comercial de venda direta, nosso negócio, perspectivas, situação financeira, liquidez, resultados operacionais e fluxos de caixa podem ser afetados de forma adversa.

Nossa atividade requer volumes relevantes de recursos financeiros, e, portanto, continuaremos contraindo financiamentos. Se não formos capazes de obter fundos adequados para satisfazer as nossas necessidades de capital, poderemos ter que realizar aumento(s) de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações.

O regular desenvolvimento de nossas atividades requer a injeção de montantes relevantes de recursos

financeiros. Atualmente, procuramos obter os recursos para os nossos investimentos através: (i) da geração do caixa de nossas atividades; (ii) junto a instituições financeiras e de fomento, nacionais e estrangeiras; e (iii) por meio de captações no mercado de capitais.

A nossa capacidade de continuar a obter esses financiamentos depende de diversos fatores, entre eles o nosso nível de endividamento e as condições vigentes no mercado. A eventual impossibilidade de captação dos recursos necessários em condições razoáveis poderá nos gerar efeitos adversos e comprometer a nossa capacidade de realizar investimentos. Adicionalmente, podemos vir a necessitar de um volume de recursos financeiros superior ao atualmente estimado. Não há garantia de que seremos bem-sucedidos nas negociações com instituições financeiras para a obtenção de novos financiamentos.

Nós podemos contrair empréstimos para financiar investimentos ou para outras finalidades, sujeitos às restrições aplicáveis de nossas dívidas atuais. Caso venhamos a contrair novos empréstimos, os riscos associados ao nosso endividamento poderão afetar adversamente a nossa situação financeira e os nossos resultados.

Se não formos capazes de obter fundos adequados para satisfazer as nossas necessidades de capital, poderemos ter que realizar aumento(s) de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

Se a Companhia não conseguir atrair novos talentos e/ou manter funcionários qualificados para dar apoio às operações, poderá sofrer um efeito adverso relevante sobre os negócios, situação financeira, bem como valores das ações.

O sucesso dos nossos negócios depende, em grande parte, da capacidade de atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado que atue em equipes comerciais, técnicas e administrativas, entre outras. Ademais, uma eventual conjuntura econômica de crescimento poderá influenciar a capacidade de retenção de colaboradores, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos, elevando a taxa de rotatividade de pessoal (*turnover*). Adicionalmente, há forte e contínua concorrência no setor em que atua quanto à contratação de profissionais nas áreas operacional e técnica. A Companhia poderá não conseguir atrair, treinar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender aos clientes, o que poderá afetar materialmente os negócios, situação financeira, bem como o valor de nossas ações.

Decisões desfavoráveis em processos, novos ou em andamento, judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.

Nós somos e poderemos ser no futuro partes em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, eleitoral, ambiental, dentre outras. Não podemos assegurar que os resultados destes processos nos serão favoráveis ou, ainda, que mantemos e/ou manteremos provisionamento, total e suficientes para todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. O nosso envolvimento em processos que causem dano à nossa imagem, ou decisões contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados podem nos causar um efeito adverso.

Caso as ações para as quais não temos provisão sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, podemos ter um efeito adverso sobre nossos negócios. Além das provisões contábeis, de honorários advocatícios e depósitos judiciais contabilizados, relacionados a esses processos, podemos ser compelidos a realizar novos depósitos judiciais para garantia de tais processos judiciais, o que poderá afetar adversamente nossa liquidez e condição financeira.

Da mesma forma, nossos administradores e/ou nossos acionistas controladores podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos e judiciais, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na nossa Companhia e/ou afetando a nossa reputação e/ou situação financeira.

Para mais informações sobre os processos relevantes de que somos partes vide Seção 4 deste Formulário de Referência, em especial itens 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7.

Se não cumprirmos satisfatoriamente as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, poderemos ficar sujeitos a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, e poderemos ser impactados de forma negativa.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei Anticorrupção”) introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Há risco de que nossos empregados, representantes, fornecedores ou agentes intermediários pratiquem atos que violem a Lei Anticorrupção ou outras leis relativas à prevenção e combate a corrupção e fraudes. Conforme a Lei Anticorrupção, as empresas que forem consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ser sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, além de reparação integral dos danos e publicação de decisão condenatória em meios de comunicação de grande circulação. Não podemos assegurar a eficácia da nossa área de *compliance* com relação à prevenção de atos que violem a Lei Anticorrupção. Tampouco podemos assegurar que a existência desta área de *compliance* será levada em consideração pelas autoridades brasileiras na aplicação das sanções citadas acima, nos termos da Lei Anticorrupção.

Nesse sentido, violações à Lei Anticorrupção ou a outras leis e regulamentos anticorrupção nacionais ou internacionais podem levar a penalidades nas esferas administrativa, civil e penal, tais como de (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da nossa Companhia; (v) proibição ou suspensão das atividades da nossa Companhia; (vi) dissolução compulsória da nossa Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii) responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à reputação da nossa Companhia ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante nos negócios da nossa Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Também podemos vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por nossos acionistas controladores, controladas ou coligadas, o que poderia afetar adversamente a nossa reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais. Além disso, a nossa reputação pode ser negativamente impactada por violações às leis anticorrupção aplicáveis a nós e/ou a nossos acionistas controladores.

Por conseguinte, se nos envolvermos em quaisquer investigações nos termos da Lei Anticorrupção, poderemos sofrer sanções ainda mais graves, incluindo a suspensão ou interdição parcial de nossas atividades, nossa dissolução, além de danos à nossa reputação, o que nos afetará de modo adverso. Adicionalmente, os atos praticados por nossos colaboradores, representantes ou agentes intermediários fogem ao nosso controle, e, caso violem a Lei Anticorrupção ou legislação relacionada, podem culminar com a aplicação de sanções a nós, inclusive as sanções mencionadas acima.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderemos ser afetados adversamente por eventual descumprimento à nova legislação, bem como aplicação de multas

e outros tipos de sanções.

Em 2018 foi sancionada a Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de Proteção de Dados - a "LGPD"), conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil.

Criando um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia, a LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, altera determinadas disposições do Marco Civil da Internet e, prevê, dentre outras providências, o direito dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança informação, vazamento de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições.

Nós coletamos, utilizamos, processamos, armazenamos e gerenciamos dados pessoais de nossos usuários, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal dos nossos negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos.

Também devemos providenciar um ambiente seguro para nossos usuários. O investimento para a manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será constantemente necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus usuários e parceiros comerciais.

O titular dos dados pessoais tem todos os seguintes direitos, que devem ser garantidos por nós: (i) obter a confirmação da existência do tratamento dos dados pessoais; (ii) acessar seus dados pessoais; (iii) retificar dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; (iv) realizar a portabilidade dos dados pessoais para outro fornecedor de um outro serviço ou produto (conforme regulamentação adicional da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD")); (v) solicitar deleção de dados pessoais tratados com base no consentimento (i.e., o direito de revogar seu consentimento previamente dado); (vi) obter informações sobre os órgãos públicos e privados com os quais o responsável pelo tratamento tenha compartilhado os seus dados; e (vii) a possibilidade de negar o consentimento para processar os seus dados pessoais e ser informado sobre as consequências de tal negação.

A LGPD também estabelece que as seguintes informações devem ser fornecidas aos titulares de dados, inclusive por meio avisos de privacidade: (i) finalidade(s) específica(s) do tratamento; (ii) meios e duração do tratamento; (iii) identificação do responsável pelo tratamento de dados; (iv) informações de contato do responsável pelo tratamento de dados; (v) informações a respeito do compartilhamento de dados pessoais com terceiros e a finalidade; (vi) descrição da responsabilidade e da responsabilidade dos agentes de tratamentos envolvidos.

Como explorado, nós poderemos ser judicialmente demandados ao pagamento de indenizações aos usuários prejudicados por violações dos seus direitos como titulares de dados, tais como seus direitos a transparência, no sentido de obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais.

Nota-se que, em caso de insuficiência na prestação de informações sobre o tratamento conforme as exigências da LGPD, nós também poderemos sofrer sanções administrativas por órgãos e entidades de proteção de dados pessoais, defesa do consumidor e defesa do interesse público.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme alterada e regulamentada pelo Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 (em conjunto, “Código de Defesa do Consumidor”) e Marco Civil da internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, poderemos estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, obrigação de divulgação de incidente, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 por infração. Além disso, nós podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Adicionalmente, nós precisamos nos atentar a eventuais práticas irregulares dos nossos fornecedores, pois no caso de violação de segurança ou divergência de finalidade no tratamento de dados, podemos ser solidariamente responsáveis pelos atos de nossos fornecedores.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, inclusive relacionados a incidentes de segurança cibernética e outros eventos de falhas nos sistemas de tecnologia da informação poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão das atividades, implicando custos que podem ter um efeito adverso e impactar negativamente a nossa reputação e os nossos resultados.

O aumento de salários e/ou o atraso nas negociações sindicais poderão reduzir a nossa lucratividade.

Os salários e benefícios dos colaboradores são os custos e despesas mais significativos, sendo estabelecidos em negociação coletiva com os sindicatos de trabalhadores aos quais os empregados são filiados. De acordo com as leis trabalhistas, somos obrigados a negociar anualmente com os sindicatos os níveis salariais, benefícios, jornadas, entre outros. Se não for capaz de negociar de forma satisfatória com os sindicatos, poderemos ser obrigados a aumentar os níveis dos salários em valores superiores aos índices inflacionários pelos quais as receitas são corrigidas, ou conceder outros benefícios que podem resultar em um aumento dos custos ou despesas, ou gerar insatisfações dos empregados, que podem resultar em greves e/ou paralisações. É possível que não consigamos repassar os aumentos salariais aos preços dos serviços, o que pode vir a reduzir as margens, ou, ainda que consiga efetuar tal repasse, poderá resultar em preços não competitivos.

Paralisação da nossa força de trabalho ou greve pode afetar as nossas operações.

Os nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou que afetem qualquer um dos nossos fornecedores ou contratados, podem ter um efeito adverso sobre nossas operações e nossos negócios.

Podemos não ser capazes de cumprir com os índices financeiros ou outras obrigações previstas nos nossos

contratos de dívida.

Alguns dos contratos financeiros celebrados por nós impõem o cumprimento de determinados índices financeiros, cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (“*covenants*”), além de outras obrigações. Dessa forma, caso quaisquer índices financeiros ou outras obrigações sejam descumpridos e, conseqüentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser consideradas vencidas antecipadamente pelos nossos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis nos referidos contratos, e, como consequência, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados adversamente.

Não há garantia de que a Companhia conseguirá renegociar as suas dívidas no futuro caso índices financeiros ou outras obrigações previstas nos contratos financeiros celebrados pela Companhia sejam descumpridos. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com os *covenants* financeiros e/ou outras obrigações e não consiga renegociar suas dívidas, o saldo em aberto de seus contratos financeiros poderá vir a ser considerado antecipadamente vencido. Além disso, alguns dos nossos contratos financeiros contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*). Caso qualquer desses eventos ocorra, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados de maneira adversa. Para mais informações sobre os contratos financeiros de que somos partes, bem como sobre as obrigações a que estamos sujeitos decorrentes da celebração desses contratos, vide item 2.1.f deste Formulário de Referência.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses de nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos acionistas minoritários. Adicionalmente, no futuro, os nossos acionistas controladores poderão alienar as ações de nossa emissão e de nossa titularidade, de forma a passar a deter menos do que 50% do nosso capital votante.

Os nossos acionistas controladores podem, dentre outras prerrogativas atinentes a acionistas controladores: (i) eleger e destituir a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração; (ii) dar voto decisivo em qualquer assunto relativo à alteração do controle da Companhia, ainda que não vise ao melhor interesse dos demais acionistas; (iii) dar voto decisivo em relação a uma fusão ou parceria estratégica com outra empresa que poderia gerar proveitos consideráveis para as sociedades envolvidas em tais operações; (iv) determinar o resultado de quase todas as matérias que exigem a aprovação dos acionistas, incluindo, entre outras, transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, venda de ativos, parcerias e o pagamento e prazo de dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas; e (v) determinar a destinação da parcela do lucro líquido da nossa Companhia não prevista em lei e/ou no nosso estatuto social.

Considerando os poderes descritos acima, os nossos acionistas controladores poderão, eventualmente, adotar medidas que conflitem com os interesses dos demais acionistas e nossos próprios interesses, ou que não resultem em melhoria dos nossos resultados, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Adicionalmente, no futuro, os nossos acionistas controladores poderão alienar as ações de nossa emissão e de nossa titularidade, de forma a passar a deter menos do que 50% do nosso capital votante. A ausência de um acionista ou grupo controlador vinculado por acordo de voto, titular de mais de 50% do nosso capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, incluindo a obtenção de determinadas aprovações societárias por ausência de quórum. Além disso, nós e nossos acionistas poderemos não gozar da mesma

proteção conferida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) contra abusos praticados por acionistas controladores e, como consequência, podemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos eventualmente causados por nós e decorrentes de decisões aprovadas pela Assembleia Geral. A ausência de um acionista ou grupo de acionistas controlador poderá nos deixar suscetível a uma alteração na forma de condução de nossas atividades, o que poderá nos afetar adversamente.

Nossos acionistas poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Nossos acionistas têm o direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado e ajustado nos termos do nosso estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações. No caso de resultado líquido negativo, o acionista não tem direito ao recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio.

Além disso, mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o nosso Conselho de Administração informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a nossa situação econômica, poderá não haver qualquer tipo de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas.

Ainda, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos por nós poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos nossos resultados.

c. suas controladas e coligadas

Não aplicável, visto que os riscos relevantes a que as nossas controladas estão expostas já estão englobados nos riscos descritos neste item 4.1.

d. seus administradores

Os interesses de nossos administradores podem ser conflitantes com os interesses da Companhia.

Os nossos administradores são responsáveis pela gestão cotidiana da Companhia e representação da Companhia perante os acionistas e o mercado em geral, possuindo, dentre outras prerrogativas atinentes a função: **(a)** no âmbito do Conselho de Administração: (i) eleger e destituir a maioria dos membros da Diretoria e dos Comitês de assessoramento (e.g. Comitê de Auditoria); (ii) indicar e destituir os auditores independentes da Companhia; (iii) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sob capital próprio; (iv) aprovar a emissão de debêntures, conversíveis ou não; e (v) opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral; e **(b)** no âmbito da Diretoria: (i) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no País ou no exterior; (ii) nomear procuradores; (iii) aprovar investimentos da Companhia em valor inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) num período de 12 (doze) meses; e (iv) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias. Ademais, cabe destacar que a administração da Companhia é majoritariamente composta por membros eleitos e/ou indicados pelo nosso bloco de controle. Para informações acerca de riscos atrelados ao papel dos acionistas controladores, vide item "b" acima.

Considerando os poderes descritos acima, os nossos administradores, no âmbito do Conselho de Administração e da Diretoria poderão, eventualmente, adotar medidas que conflitem com os nossos próprios interesses, ou que não resultem em melhoria dos nossos resultados, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

A perda de membros da nossa administração, o enfraquecimento da nossa cultura organizacional e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado poderá afetar negativamente nossos negócios e atividades, situação financeira e resultados.

Nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados pela nossa administração, da cultura organizacional por nós difundida e da nossa capacidade de contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais que estejam alinhados à nossa cultura organizacional. Caso venhamos a perder algum desses profissionais qualificados, podemos não ser capazes de atrair, contratar, gerir e manter pessoal capacitado para acompanhar nosso ritmo de crescimento.

A concorrência por pessoal qualificado na nossa indústria é forte, tendo em vista que há um número limitado de profissionais com formação adequada e/ou experiência comprovada nessa área. Além disso, a contratação, capacitação e integração de um novo membro da alta administração, seja uma contratação interna ou externa, podem ser demoradas, onerosas e não ter êxito.

Além disso, na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais alinhados à nossa cultura corporativa. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Tal falha poderá resultar em uma queda do nosso desempenho operacional, bem como em um enfraquecimento da nossa marca. Dessa forma, a perda de qualquer dos membros da nossa administração e/ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode afetar adversamente os nossos resultados.

e. seus fornecedores

Dependemos do recebimento de matérias-primas e produtos adquiridos dos nossos fornecedores em um prazo certo e dentro de determinados padrões de qualidade. Adicionalmente, parte das atividades exercidas por nós requerem a existência de um relacionamento sólido entre nós e os nossos fornecedores, dado que a realização dessas atividades é significativamente integrada aos serviços realizados pelos nossos fornecedores. Caso tenhamos que trocar de fornecedores parte das nossas operações poderá ser afetada, impactando adversamente os nossos negócios, resultados e situação financeira.

Dependemos do recebimento de matérias-primas e produtos adquiridos dos nossos fornecedores em um prazo certo e dentro de determinados padrões de qualidade que são impostos por nossos clientes. Eventuais atrasos na entrega dos produtos adquiridos podem ocasionar desabastecimento de nosso estoque o que, consequentemente, pode afetar as nossas vendas, os nossos resultados e a nossa situação financeira.

Caso os produtos adquiridos dos nossos fornecedores não estejam dentro de determinados padrões de qualidade que são impostos por nossos clientes, poderemos ter que reduzir o volume de compras e poderemos ter nossas vendas, resultados e nossa situação financeira impactados negativamente. Adicionalmente, não podemos assegurar que continuaremos a comercializar determinados produtos de forma exclusiva, pois nossos fornecedores poderão fornecê-los aos nossos concorrentes no futuro, o que poderá impactar negativamente as nossas vendas, resultados e a nossa situação financeira.

Além disso, as atividades de produção local e comercialização de produtos desenvolvidos juntamente a

fornecedores estrangeiros exercidas por nós requerem a existência de um relacionamento sólido entre nós e os nossos fornecedores, dado que a realização dessas atividades é significativamente integrada aos serviços realizados pelos nossos fornecedores. Como exemplos, temos *software* de IOT¹ hospedado em nuvem de fornecedores e moldes de injeção de nossa propriedade nas fábricas de fornecedores.

Adicionalmente, temos pouca interferência na escolha ou mudança dos *chipsets*² fabricados por terceiros e utilizados em nossos produtos. Dessa forma, caso, por qualquer motivo, tenhamos que trocar de fornecedores, parte das nossas operações poderá ser afetada e, eventualmente, suspensa, impactando adversamente os nossos negócios, resultados e situação financeira, devido ao tempo necessário para o desenvolvimento de um novo produto junto a um novo fornecedor.

Por fim, algumas categorias de produtos que comercializamos são adquiridas de fornecedores estrangeiros, especialmente localizados na Ásia. Em razão disso, caso algum desses fornecedores não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e frequência por nós solicitadas (por quaisquer motivos, incluindo eventuais dificuldades financeiras, aumento da demanda mundial, divergências geopolíticas ou impactos climáticos), e não possuímos estoques suficientes desses produtos, poderemos não ser capazes de manter o nível de vendas na categoria afetada, o que pode impactar adversamente as nossas atividades e os nossos resultados. Adicionalmente, a ocorrência de qualquer evento de natureza política, econômica, social, mercadológica, sanitária, climática extrema ou outra que interfira em nosso relacionamento comercial com tais fornecedores poderá afetar adversamente as nossas operações, resultados e situação financeira.

A entrega de produtos aos nossos clientes depende dos nossos sistemas de transporte e de infraestrutura. Adicionalmente, atualmente enfrentamos e devemos continuar a enfrentar problemas relacionados à estrutura logística de transporte no Brasil.

O sucesso de nossa operação depende, dentre outros fatores, da nossa capacidade de gerenciar a logística envolvida na comercialização de nossos produtos, o que inclui a nossa capacidade de contratar e lidar com transportadoras terceirizadas. Dessa forma, várias etapas da nossa operação (incluindo a compra de matéria-prima, a importação de produtos, a venda de produtos) depende do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, o que inclui portos, aeroportos, rodovias e demais meios de transporte utilizados por nossos prestadores de serviços, fornecedores e clientes.

Adicionalmente, a infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta atualmente vários problemas, dentre os quais incluem-se a saturação e a falta de investimentos na expansão e modernização da infraestrutura portuária e aeroportuária, o elevado custo da mão-de-obra especializada, a elevada carga tributária incidente sobre essas operações, e o precário estado de conservação viária e da frota de transportes. Além disso, destacam-se como obstáculos as greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes.

Desse modo, qualquer evento adverso (greve, incêndio, problemas logísticos, enchente, roubos, dentre outros), qualquer interrupção ou redução significativa nos serviços prestados pelos Correios em infraestruturas de transporte, no funcionamento das infraestruturas de transporte ou, ainda qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações e/ou para os fornecedores ou clientes, por qualquer razão, pode atrasar ou impedir a distribuição de nossos produtos, prejudicando a demanda ou os preços de produtos e impedindo ou atrasando sua entrega ou, ainda, impondo custos adicionais aos produtos, o que pode reduzir as nossas vendas e afetar adversa e negativamente os nossos negócios, resultados e condição financeira.

¹ IOT, em inglês, significa *Internet of Things* (Internet das Coisas, numa tradução literal para o português). É um conceito que se refere à interconexão digital de objetos cotidianos com a Internet, conexão dos objetos mais do que das pessoas. Significa, em outras palavras, soluções que se comunicam/conectam entre si, objetos e softwares. Ex: geladeiras inteligentes, sistemas de compras automáticas, televisão e iluminação controlados por voz, *Izy Speak*, *Smart* lâmpadas.

² Chipsets são chips de memória; dados utilizados nos eletrônicos comercializados por nós.

Nesse mesmo sentido, surtos de doenças que afetem o comportamento da população ou que demandem políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social (e.g. COVID-19) podem ter um impacto adverso nos nossos negócios caso resultem em medidas restritivas, que incluam restrições às viagens e interrupções na cadeia de suprimentos, afetando, também, negativamente a logística envolvida na comercialização de nossos produtos.

Em 31 de dezembro de 2018 celebramos um acordo de cooperação ("Acordo de Cooperação") com a Zhejiang Dahua Technology Co., Ltd. ("Fornecedora Dahua"), sociedade controladora da Dahua Europe B.V., acionista titular de ações representativas de 7,56% do nosso capital social ("Dahua"), por meio do qual a Fornecedora Dahua se tornou fornecedora estratégica da nossa Companhia. Nos termos do Acordo de Cooperação, nós nos comprometemos a adquirir exclusivamente da Fornecedora Dahua produtos de circuito fechado de televisão composto por câmeras de segurança eletrônica e gravadores digitais de vídeo, sujeito à observância, pela Fornecedora Dahua, de determinadas condições comerciais, conforme estabelecidas no Acordo de Cooperação. A existência de eventuais condições comerciais menos vantajosas para nós no futuro poderá provocar um impacto adverso em nossos negócios, resultados e situação financeira.

Em 31 de dezembro de 2018, celebramos o Acordo de Cooperação com a Fornecedora Dahua, por meio do qual nós nos comprometemos a, por um período de 10 anos a contar da data de celebração do Acordo de Cooperação, adquirir exclusivamente da Fornecedora Dahua produtos de circuito fechado de televisão composto por câmeras de segurança eletrônica e gravadores digitais de vídeo, desde que observadas, pela Fornecedora Dahua, a concessão de determinadas condições comerciais, conforme estabelecidas no Acordo de Cooperação e descritas no item 11.3 deste Formulário de Referência.

Dessa forma, no âmbito do Acordo de Cooperação, não conseguimos assegurar que os produtos oferecidos pela Fornecedora Dahua serão ofertados pelas condições mais favoráveis existentes no mercado. Tampouco conseguimos assegurar que seremos capazes de identificar outros fornecedores que distribuam os produtos que precisamos em condições mais favoráveis do que aquelas oferecidas pela Fornecedora Dahua. Caso essa situação seja configurada, perderemos poder de competitividade em relação aos nossos concorrentes, o que poderá afetar as nossas vendas, negócios, resultados e condição financeira.

Adicionalmente, não conseguimos assegurar que as condições comerciais acordadas no âmbito do Acordo de Cooperação serão mantidas no futuro. A existência de eventuais condições comerciais menos vantajosas para nós no futuro poderá provocar um impacto adverso em nossos negócios, resultados e situação financeira. Ainda, caso, em razão da existência de condições mais favoráveis oferecida por terceiros que não a Fornecedora Dahua, nos termos permitido no Acordo de Cooperação, optemos por vir a contratar outro fornecedor, não conseguimos assegurar que a troca de fornecedores será saudável e não provocará disrupção em nossas atividades.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os pagamentos realizados por nós à Dahua Fornecedora representaram 31,1% do total de nossos gastos com fornecedores no mencionado exercício social. Dessa forma, qualquer acontecimento relevante que afete a capacidade da Dahua Fornecedora em honrar com as obrigações assumidas conosco poderá prejudicar o regular exercício de nossas atividades, afetando a nossa capacidade de comercializar produtos e prestar serviços e, por consequência, as nossas operações. Ainda, caso a Dahua Fornecedora entre em falência, ou seja, substituída de qualquer forma, seremos obrigados a contratar com outro fornecedor e poderemos ter dificuldades em encontrar ou, ainda, não conseguir encontrar condições comerciais similares às que atualmente contratamos com a Dahua Fornecedora.

Podemos ser afetados caso nossos fornecedores venham a se utilizar de práticas irregulares.

Podemos ser negativamente afetados caso nossos fornecedores apresentem problemas relacionados a

questões trabalhistas ou à sustentabilidade, emprego de mão de obra infantil ou análoga à escrava, e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas ou outras irregularidades para terem um custo mais baixo de nossos produtos, bem como caso nossos fornecedores pratiquem atos, em benefício ou interesse nossos, em violação à legislação anticorrupção aplicável (incluindo, mas não se limitando, à Lei 12.846/2013 e o Decreto 8.420/2015). O resultado de tais ações poderá ensejar processos administrativos e judiciais e provocar prejuízos à nossa imagem, reputação e à qualidade dos nossos produtos, e, como consequência, perda de atratividade junto aos nossos clientes, afetando adversamente os nossos negócios.

Nós podemos figurar como responsáveis solidárias ou subsidiárias das dívidas trabalhistas e previdenciárias de terceirizados.

A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode nos ser atribuída, na condição de tomadores de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a nossa situação financeira, bem como impactar negativamente nossa imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

Por fim, caso uma ou mais das empresas prestadoras de serviços terceirizados descontinue suas atividades ou interrompa a prestação de serviços, as nossas operações poderão ser prejudicadas, o que poderá acarretar um efeito adverso em nossos resultados e condição financeira.

Estamos sujeitos a riscos relacionados à administração de nosso estoque.

Estamos sujeitos a diversos riscos relacionados à rede de reposição e à otimização de estoques, por exemplo, a capacidade de produção dos nossos fornecedores, mudanças rápidas de ciclos, demanda e preços de produtos, capacidade dos fornecedores estrangeiros em nos enviar produtos, desembaraço aduaneiro das mercadorias adquiridas, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos do consumidor e outros fatores.

A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento em que compramos os produtos de nossos fornecedores e o momento da venda para os clientes e consumidores finais, o que pode diminuir a nossa capacidade de vender os produtos mantidos em estoque. Além disso, não é possível assegurar que selecionaremos corretamente os novos produtos a serem fabricados e/ou importados, ou que a nossa estimativa inicial da demanda por tal produto será mantida ou correta. A aquisição de certos produtos pode exigir prazo de entrega longo, bem como realização de pré-pagamento significativo, além da possibilidade de não poder retornar ou trocar tais produtos para os nossos fornecedores. Qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente os nossos resultados.

f. seus clientes

Estamos sujeitos a reclamações de consumidores nas esferas judiciais e administrativas em razão de defeitos de produtos, o que poderia nos ensejar condenações por indenização e afetar negativamente nossa imagem e ter um efeito adverso em nossas operações. Adicionalmente, alguns dos produtos que comercializamos (por exemplo, câmeras de segurança) podem ser utilizados de forma inadequada por nossos parceiros, expondo a intimidade e violando o direito de privacidade de nossos clientes, o que também poderá nos ensejar demandas judiciais.

As atividades de pesquisa, desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos realizadas por nós no

âmbito de nossas operações podem estar expostas a certos riscos, podendo inclusive acarretar lesões sérias e a morte de colaboradores e clientes, em caso de falha no produto e/ou erro de projeto. Reclamações de responsabilidade civil podem ser apresentadas contra nós, no tocante a qualquer dos produtos eletrônicos ou de outra natureza que vendemos e serviços que prestamos, e poderemos ficar obrigados a suspender ou interromper nossas atividades e a venda de determinados produtos ou a prestação de determinados serviços ou, ainda, a recolher produtos por nós comercializados. Além de despesas naturalmente acarretadas no contexto de condenação a indenização por danos morais ou materiais, acordos ou custos de defesa, existe ainda a possibilidade de danos a nossa imagem em decorrência desses fatos.

O limite da cobertura dos seguros que mantemos poderá não ser adequado para nos proteger de reclamações futuras. Dessa forma, caso eventuais ações judiciais referentes à responsabilização por danos causados a colaboradores e/ou clientes resultem em sentenças desfavoráveis a nós, poderemos incorrer em danos à nossa reputação e em indenizações financeiras que podem não ser cobertas integralmente pelos nossos seguros, podendo acarretar efeitos adversos sobre nós.

Adicionalmente, alguns dos produtos que comercializamos (por exemplo, câmeras de segurança) podem ser utilizados de forma inadequada e não autorizada por nossos parceiros, expondo a intimidade e violando o direito de privacidade de nossos clientes, o que também poderá nos ensejar demandas judiciais por indenização por danos morais e afetar negativamente a nossa reputação.

g. setores da economia nos quais a Companhia atue

Parte relevante das matérias-primas e/ou componentes utilizados por nós são importados ou têm seus preços direta ou indiretamente atrelados ao dólar. Uma oscilação brusca e inesperada em seus preços poderá provocar um efeito adverso em nossos resultados e situação financeira.

As principais matérias-primas importadas por nós são resinas plásticas, placas de circuito impresso, semicondutores, transformadores, passivos eletrônicos e itens eletromecânicos, os quais respondem pela maior parte dos custos de nossas matérias-primas. Além disso, uma outra parte desse item é proveniente da aquisição de matéria-prima nacional, indiretamente atrelada ao dólar, tais como embalagens e peças metálicas. Em razão de essas matérias-primas serem importadas ou terem seus preços indiretamente atrelados ao dólar, seus valores e/ou de seus componentes flutuam de acordo com a oscilação mundial da oferta e da procura, bem como de acordo com a cotação do dólar. Em 31 de dezembro de 2024, cerca de 80% de nosso custo do produto vendido é vinculado ao dólar. Historicamente, os preços dessas matérias-primas no mercado internacional sofreram flutuações devido a uma série de fatores, tais como restrições logísticas, tensões geopolíticas, eventos climáticos extremos e variações nas políticas comerciais globais, sobre os quais nós não temos e não teremos controle.

Ademais, restrições ao número de fabricantes impostas pelo governo brasileiro para certos insumos e as localizações geográficas dos fabricantes internacionais desses insumos, apresentam certos riscos, incluindo: (i) dificuldades em gerenciar inventário devido a uma incapacidade de prever com precisão a disponibilidade doméstica de certos insumos, ou atrasos na entrega de tais insumos; e (ii) a imposição de direitos aduaneiros ou outros direitos sobre insumos-chave que são importados.

Caso ocorra uma variação significativa nos preços das matérias-primas para a produção dos nossos equipamentos eletrônicos, os fabricantes necessitarão repassar nos preços finais dos produtos o aumento deste custo para nossos clientes, sendo que tal repasse poderá não ser possível por um determinado período, o que poderá vir a diminuir temporariamente a margem de lucro desta indústria e nos afetar adversamente. Adicionalmente, um aumento significativo nos preços das matérias-primas pode encarecer o preço final destes produtos oferecidos pela indústria a ponto de reduzir parte da demanda proveniente de consumidores

das classes de renda mais baixas, reduzindo o tamanho do mercado como um todo e, por conseguinte, causar um efeito adverso nas nossas vendas.

As matérias-primas e/ou componentes utilizados por nós estão sujeitos a flutuações de preço.

As matérias-primas e/ou componentes utilizados por nós estão sujeitos a flutuações de preço decorrentes da situação conjuntural do mercado, que poderão causar eventualmente situações adversas em nossas atividades, com impacto em nossos custos de aquisição de materiais e serviços. Os preços das matérias-primas e dos componentes utilizados por nós são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando às condições econômicas internacionais e nacionais, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial. Adicionalmente, podem ocorrer aumentos de preço das matérias-primas e/ou componentes utilizados por nós, em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos respectivos contratos, inclusive em decorrência de eventos climáticos extremos que afetem cadeias produtivas e logísticas globais. Nesse caso, poderemos não ser capazes de repassar aos nossos clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos dos produtos, o que poderá vir a diminuir a nossa margem de lucro e causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a possíveis atrasos motivados por greves nas alfândegas, portos e Receita Federal.

Como uma boa parte das matérias-primas e/ou componentes utilizados por nós são importados, sendo transportados via aérea ou marítima, estamos sujeitos ao regular funcionamento da Receita Federal do Brasil e demais autoridades aduaneiras para que os produtos importados sejam liberados e cheguem até nós. Dessa forma, possíveis greves de funcionários da Receita Federal, alfândegas, aeroportos e portos podem afetar a entrega desses materiais por nossos fornecedores, e, por consequência, nossa capacidade produtiva, o que poderá ter um efeito adverso nas nossas operações, resultados e situação financeira. Adicionalmente, possíveis falhas logísticas no transporte das nossas matérias-primas e/ou dos nossos componentes poderão causar efeito adverso em nossa capacidade produtiva.

As nossas atividades estão concentradas em um setor que abrange uma gama de atividades e, por essa razão, possui um número considerável de sociedades atuantes, desde pequenas empresas a grandes multinacionais. Um aumento da concorrência nos mercados em que operamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais poderá prejudicar nossa participação de mercado e exercer pressão para redução dos nossos preços, ocasionando a redução da nossa margem de lucro.

As nossas atividades estão concentradas no desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos e soluções eletrônicas e tecnológicas no Brasil, um setor que abrange uma gama de atividades e, por essa razão, possui um número considerável de sociedades atuantes. Concorremos com empresas de soluções tecnológicas nacionais e internacionais, bem como fabricantes de produtos e soluções tecnológicas.

Conforme descrito no item 1.4 deste Formulário de Referência a nossa atividade comercial pode ser dividida nas seguintes BUs (*business units*): (i) Segurança, (ii) Tecnologia da Informação e Comunicação e (iii) Energia. Dessa forma, a alta abrangência da nossa atividade empresarial nos expõe a ambientes de competição em diferentes frentes de atuação, o que pode dificultar a nossa estratégia de expansão e manutenção de mercado (*Money Share*).

Os nossos concorrentes são dos mais variados portes, desde médias empresas a grandes multinacionais com tradição de mercado, amplo portfólio e alta capilaridade. Caso qualquer de nossos concorrentes lance no mercado algum produto ou serviço disruptivo, nossas vendas poderão ser adversamente afetadas, impactando os nossos negócios, os nossos resultados e a nossa situação financeira. Ainda, a nossa participação de mercado poderá ser reduzida caso não consigamos nos manter competitivos, principalmente no que se refere à

manutenção dos preços de nossos produtos ou serviços compatíveis com os orçamentos de nossos clientes. Um aumento no nível de competição no setor em que atuamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais pode limitar nossa capacidade de crescimento e pressionar para baixo os preços de nossos produtos e serviços, reduzindo nossas receitas e afetando adversamente nosso negócio, margem de lucro, resultados e fluxo de caixa.

Adicionalmente, grandes e sólidas sociedades estrangeiras que desenvolvem atividades empresariais similares às nossas ainda não atuam no Brasil e os mercados em que atuamos apresentam reduzidas barreiras de entradas. Caso essas sociedades passem a atuar no mercado local, a nossa concorrência poderá aumentar, o que poderá impactar as nossas vendas, as nossas operações e os nossos resultados.

Ainda, caso qualquer fornecedor passe a vender os produtos que comercializamos diretamente a nossos clientes, poderemos ser adversamente afetados, visto que o encurtamento da cadeia *fornecedor-vendedor-cliente* poderá resultar em uma redução do custo do produto e, por consequência, os produtos que comercializamos poderão passar a ser vendidos por preços significativamente menores do que os que conseguimos praticar.

Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos devido às reduzidas barreiras de entrada ou caso não consigamos responder adequadamente às estratégias de nossos concorrentes atuais ou daqueles que vierem a se tornar nossos concorrentes no futuro, poderemos ter a nossa participação em um ou mais mercados reduzida, o que consequentemente reduzirá nossas receitas e criará uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

h. regulação dos setores em que a Companhia atue

A suspensão, a modificação, o cancelamento ou a não renovação de nossos incentivos fiscais federais e estaduais podem afetar adversamente nossos resultados.

Com a promulgação da Reforma Tributária no final de 2023, o cenário futuro permanece incerto para os nossos negócios, especialmente no que diz respeito à manutenção de incentivos e benefícios fiscais que não se aplicam à Zona Franca de Manaus. A implementação da nova sistemática tributária, prevista para ocorrer de forma gradual até 2033, poderá alterar significativamente a estrutura de custos e a carga tributária incidente sobre nossas operações. Também não é possível assegurar que, ao término do prazo de vigência dos incentivos atualmente usufruídos, novos benefícios ou mecanismos compensatórios de natureza equivalente serão instituídos. Caso os incentivos fiscais sejam modificados, reduzidos ou extintos, sem a devida substituição por instrumentos de grandeza similar, os nossos resultados, situação financeira e competitividade poderão ser negativamente impactados

Somos titulares de incentivos e benefícios fiscais federais, estaduais e municipais concedidos para a indústria de equipamentos de informática e desenvolvimento de tecnologia, além de incentivos regionais atrelados ao desenvolvimento de nossas atividades. O cancelamento ou a não renovação de tais incentivos e benefícios podem afetar adversamente os nossos resultados.

Nós somos titulares de incentivos tributários para a produção de bens de informática, tanto na esfera estadual quanto federal. Entre os incentivos federais, merece destaque a isenção do IPI e a aplicação do coeficiente de redução (CRA) do Imposto de Importação ambos previstos no Decreto Lei nº 288/1967 e na Lei nº 8.387/1991, que tratam da produção de bens de informática com Processo Produtivo Básico (PPB) na Zona Franca de Manaus (ZFM).

Até 31 de março de 2020, nós também gozávamos de redução da alíquota do IPI nas operações de venda de

bens de informática com Processo Produtivo Básico (PPB), nos termos da Lei nº 8.248/1991, tal incentivo estava vigente até 31 de março de 2020, quando entrarão em vigor as alterações legislativas promovidas pela Lei nº 13.969/2019. Em 26 de dezembro de 2019, foi editada a Lei nº 13.969/2019, que, por intermédio da alteração da legislação de regência da matéria, qual seja a Lei nº 8.248/1991, revogou a redução da alíquota do IPI para os bens de informática produzidos com PPB e instituiu um sistema de créditos financeiros, convertidos em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática.

Em observância ao disposto na redação original da Lei nº 8.248/1991, o critério financeiro previsto na Lei nº 13.969/2019, terá vigência até 31 de dezembro de 2029, desde que atendidas as condições para sua fruição.

Dessa forma, a Lei nº 13.969/2019 revogou a redução da alíquota do IPI dos bens de informática e conferiu à indústria de tecnologia que realiza investimento em PD&I créditos tributários de natureza distinta, e de grandeza ligeiramente inferior àquela constante da redação original do artigo 4º da Lei nº 8.248/1991, instituindo tratamento tributário diferenciado para as indústrias localizadas nas regiões contempladas nas SUDAM e SUDENE.

Cumprir notar que os incentivos fiscais concedidos às indústrias estabelecidas na Zona Franca de Manaus – quais sejam, a isenção do IPI e a aplicação do CRA para o cálculo do Imposto de Importação, não foram questionados no âmbito da OMC e, por força do disposto nos artigos 40 e 92-A do ADCT, deverão ser mantidos até 2073. Nós somos beneficiários do crédito estímulo de ICMS no Estado do Amazonas, que implica redução a zero do ICMS devido na operação de saída de produtos produzidos com PPB na Zona Franca de Manaus.

Por força do disposto na legislação de regência e nos respectivos atos concessivos, nós estamos sujeitos à (i) realização de investimento mínimo anual em atividades de pesquisa, desenvolvimento e Inovação (PD&I), conforme descrito no item 2.10.a (i) deste Formulário de Referência; (ii) apresentação anual dos relatórios às autoridades competentes, em especial ao MCTIC e à SUFRAMA; e (iii) ao cumprimento do PPB – Processo Produtivo Básico, aprovado pelos respectivos decretos e portarias interministeriais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 o efeito dos incentivos e benefícios fiscais reconhecidos no nosso resultado sobre o nosso lucro líquido foi de R\$507.613 mil ou 96,0%, líquido das despesas vinculadas ao gozo dos incentivos e benefícios, verificadas nos mencionados exercícios sociais. No mesmo exercício, as despesas com pesquisas e desenvolvimento vinculadas ao gozo dos incentivos e benefícios totalizaram R\$47.585 mil.

Não é possível assegurar que, após o término de seu prazo de vigência ou ainda por meio de ato do Poder Legislativo ou Executivo, os incentivos fiscais de que atualmente somos titulares não serão revogados, em especial àqueles não vinculados à produção da Zona Franca de Manaus ou, ainda, que será possível obter novos incentivos ou benefícios fiscais em condições favoráveis, o que poderá afetar adversamente as nossas operações. O atendimento a todas as regras relativas ao PPB é complexo, pois existem alterações frequentes e nem sempre os critérios impostos pelas autoridades são suficientemente claros. Para mais informações sobre os nossos benefícios fiscais e impacto das despesas vinculadas ao gozo dos mencionados benefícios no último exercício social, vide item 2.11 deste Formulário de Referência.

Podemos sofrer multas e restrições relacionadas à legislação consumerista brasileira.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e protetiva aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente. Diante desse contexto, cortes judiciais podem adotar posturas favoráveis aos pleitos formulados por consumidores de produtos e serviços oferecidos no mercado. Caso verificadas tais medidas protetivas aos consumidores, as quais não podem ser assumidas como regra absoluta, colocarão o prestador de serviço ou fornecedor de produtos em

desvantagem em processos judiciais envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que os nossos produtos estavam deteriorados, adulterados, ou não continham informações adequadas, dentre outras.

Caso venhamos a ser responsabilizados ou condenados por defeitos, erros ou falhas de nossos produtos (incluindo acidentes) em uma ação judicial, tal decisão poderá ter um efeito material adverso em nosso negócio, nossa reputação, nossa marca, nosso resultado operacional e financeiro e em nosso fluxo de caixa, além de vir a impactar negativamente nossa lucratividade.

Adicionalmente, a apresentação de defesa em uma ação judicial cujo objeto é nossa responsabilidade por defeitos em produtos pode demandar um custo adicional elevado, bem como requerer substancial atenção e tempo de nosso pessoal administrativo e técnico. Ainda, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação a defeitos, erros ou falhas em nossos produtos (incluindo acidentes) e à sua qualidade poderia afetar adversamente a nossa reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como nossa imagem corporativa e de nossas marcas, o que poderia causar um efeito adverso relevante em nossos negócios e situação financeira.

Ainda, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a nossa imagem e a imagem de nossas marcas, afetando, conseqüentemente, nossas vendas e nossa reputação, o que pode impactar adversamente os nossos resultados e a nossa situação financeira. Para mais informações sobre os processos relevantes de que somos partes vide Seção 4 deste Formulário de Referência, em especial itens 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7.

i. países estrangeiros onde a Companhia atue

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, mais de 97% da nossa receita foi proveniente de relações comerciais realizadas no Brasil, não sendo relevante o percentual de atuação em países estrangeiros, o qual represente riscos significativos.

j. questões sociais

Alterações na legislação de incentivo à cultura podem impactar negativamente o nosso resultado operacional.

Apoiamos projetos ligados à responsabilidade social envolvendo ações direcionadas a crianças, menores carentes e o meio ambiente (e.g. apoio à Associação Pró-Brejaru) por meio da utilização de verbas autorizadas no âmbito da Lei nº 8.313/1991 - Lei de Incentivo à Cultura, e da Lei nº 17.942/2020 do Estado de Santa Catarina - Lei de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte de Santa Catarina. Em caso de modificações nas referidas leis que alterem as regras e/ou a metodologia para utilização das verbas autorizadas, podemos ter que realizar dispêndios de capital não previstos em nosso plano de negócios para manutenção dos nossos programas sociais, o que poderá impactar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

k. questões ambientais

O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente o nosso negócio.

Estamos sujeitos a uma ampla legislação e regulamentação federal, estadual e municipal referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação e regulamentação estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões de qualidade de emissão e gerenciamento ambiental, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas.

As nossas atividades industriais estão sujeitas a licenciamento ambiental, por meio do qual são impostas condicionantes técnicas na licença ambiental para o desenvolvimento das atividades. Eventual descumprimento de referidas condicionantes nos sujeita a multas ou até mesmo à revogação e/ou suspensão da licença, implicando na total paralisação das atividades por tempo indeterminado, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossa reputação, nossos negócios e nossa situação financeira.

Além disso, somos responsáveis pela destinação final de resíduos sólidos gerados pelas nossas atividades industriais, assim como dos nossos produtos pós-consumo que estão sujeitos a logística reversa, tais como baterias. A destinação final dos resíduos de fábrica e pós-consumo é realizada por meio de empresas especializadas. Caso tais empresas não realizem a destinação final de acordo com as normas ambientais, podemos ser responsabilizados nas esferas administrativas e penais, observados os termos da legislação aplicável, e civil em casos de danos ambientais, podendo implicar em efeito adverso e dano reputacional.

A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar dano ambiental, sendo que o dever de reparar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. Violação ou falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis, pode nos submeter a sanções administrativas e penais, além da obrigação de remediar os danos causados ao meio ambiente e/ou indenizar terceiros.

Por fim, não podemos assegurar que a legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rigorosas. Caso se tornem mais rigorosas, poderemos ter que aumentar significativamente os nossos gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem nos afetar substancial e adversamente.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Novas exigências normativas em decorrência do comprometimento do Brasil em mitigar alterações climáticas podem impactar negativamente nosso resultado operacional.

Estamos sujeitos a impactos em nosso resultado operacional em decorrência da instituição de novas normativas e exigências regulatórias adicionais para mitigação de alterações climáticas (e.g. redução da emissão de gases poluentes). Mediante a assinatura do Acordo de Paris em 2015, o Brasil se comprometeu a aumentar a parcela de biocombustível sustentável e a utilizar novas fontes de energia sustentáveis, assim como a redução do desmatamento e recuperação de florestas. Em virtude de tal medida, a Companhia pode ser afetada mediante a edição de novas leis e regulamentações relacionadas às alterações climáticas, implicando na necessidade de investimentos para cumprimento das novas determinações, impactando negativamente o nosso resultado operacional.

As mudanças climáticas têm o potencial de impactar adversamente as nossas atividades comerciais, saúde financeira e o desempenho operacional e a liquidez de nossa companhia.

Podemos ser impactados pelas mudanças climáticas, dada a crescente imprevisibilidade, frequência e intensidade dos desastres naturais. Embora seja desafiador prever com precisão o impacto das mudanças climáticas globais, é crucial reconhecer como esses fatores podem influenciar nossas operações, saúde financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Além disso, os efeitos das mudanças climáticas podem se materializar em eventos climáticos extremos, como secas, chuvas intensas, enchentes, ventos fortes e tempestades, que têm o potencial de causar danos substanciais às nossas instalações físicas, bem como no fluxo de materiais *inbound* e *outbound*. Esses efeitos podem resultar em custos adicionais para restaurar ou adaptar nossas operações, necessidade adicional de capital de giro ou para investimentos, além de aumentar os custos logísticos. Essas mudanças climáticas podem também impactar nossa capacidade produtiva, afetando a qualidade do serviço prestado aos nossos clientes e, consequentemente, nossos resultados financeiros.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Riscos relacionados a questões macroeconômicas

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos. Adicionalmente, disputas comerciais internacionais (a exemplo da atualmente vivenciada entre os Estados Unidos e a China) poderão influenciar o fluxo de suprimentos (em especial de aparatos tecnológicos), o que poderá impactar negativamente as nossas operações.

Conforme mencionado no item 2.2 deste Formulário de Referência, os nossos resultados operacionais sofrem impactos diretos decorrentes de uma oscilação do PIB e do poder de compra dos consumidores. Dessa forma, crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise, crise climática, poderão afetar o poder aquisitivo da população, que poderá resultar em uma diminuição do número de venda dos nossos produtos e nos afetar adversamente.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, por exemplo, provocou o aumento do dólar frente ao real, a restrição de crédito no mercado interno, o aumento das taxas de desemprego, o aumento da inadimplência e, consequentemente, a redução do consumo no Brasil. No mesmo sentido, a crise político-econômica vivenciada pelo país entre 2015-2016, teve um impacto relevante nas taxas de desemprego, diminuindo o poder aquisitivo da população e, consequentemente o consumo no país.

Adicionalmente, disputas comerciais internacionais (a exemplo da atualmente vivenciada entre os Estados Unidos e a China); disputas armadas (e.g. conflito armado entre Rússia e Ucrânia); ou o surgimento de atritos diplomáticos entre o Brasil e outros países (em especial a China, país de origem de alguns dos nossos fornecedores) poderão impactar a cadeia de suprimentos global, causando dificuldade no acesso a aparatos tecnológicos, escassez de componentes eletrônicos, tais como *chipsets* (componente essencial para diversos dos produtos que comercializamos), o que poderá impactar negativamente as nossas operações.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, nos afetar adversamente.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações recorrentes em relação ao dólar norte-americano e outras moedas. O governo brasileiro utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo, com intervenções pelo Banco Central na compra e venda de moeda estrangeira. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. Periodicamente, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar, bem como outras moedas. Não podemos assegurar que o real não sofrerá depreciação ou apreciação em relação ao dólar novamente. Desde 31 de dezembro de 2020, o valor do real em relação ao dólar depreciou ainda mais e, como resultado, a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 6,19 por dólar. Essa volatilidade cambial pode continuar a ocorrer em função de fatores como mudanças na política monetária norte-americana, incertezas fiscais e políticas internas, riscos geopolíticos e a entrada ou saída de capitais estrangeiros do país, o que poderá afetar adversamente os nossos custos operacionais, resultados financeiros e planejamento estratégico.

Um quadro de instabilidade cambial poderá causar um efeito adverso nos nossos resultados. Conforme mencionado no item 2.2 deste Formulário de Referência, a taxa de câmbio afeta os nossos custos, principalmente, em razão da necessidade de importação de componentes eletrônicos, em sua maioria produzidos no exterior e comercializados em dólar. Aproximadamente 80% do nosso custo total é impactado pela moeda estrangeira. Com isso, a variação da taxa de câmbio pode impactar nossos resultados, principalmente na medida em que não conseguirmos repassar eventuais aumentos de custos aos nossos consumidores por meio de aumento de preços.

Adicionalmente, as desvalorizações do real em relação ao dólar e a outras principais moedas estrangeiras podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, nos afetando, consequentemente.

Já a valorização do real pode causar deterioração nas contas atuais do Brasil e em seu balanço de pagamentos, bem como um enfraquecimento do crescimento do produto interno bruto gerado pelas exportações. Conforme mencionado no item 2.2 deste Formulário de Referência, os nossos resultados operacionais sofrem impactos direto decorrentes de uma oscilação do PIB e do poder de compra dos consumidores. Dessa forma, uma redução do PIB poderá afetar negativamente os nossos resultados.

Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Surtos de doenças transmissíveis em escala global têm acarretado medidas diversas cujos efeitos podem levar a maior volatilidade no mercado de capitais global e à potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira.

Surtos de doenças transmissíveis em escala global, como a recente pandemia do vírus COVID-19, conhecido como novo coronavírus, levou autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que incluíram, restrições à circulação de bens e pessoas nacional ou internacionalmente, quarentena de pessoas que transitaram por áreas de maior risco, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas, e essas medidas permaneceram em vigor por um período significativo de tempo. Essas políticas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores.

Tais medidas impactaram as operações das empresas e o consumo das famílias, e por consequência, o crescimento real do produto interno bruto do Brasil (PIB) e do poder de compra dos nossos consumidores. Conforme mencionado no item 2.2 deste Formulário de Referência, os nossos resultados operacionais sofrem impactos diretos decorrentes de uma oscilação do PIB e do poder de compra dos consumidores. Dessa forma, uma redução do PIB nos próximos anos poderá afetar negativamente os nossos resultados.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos (inclusive de nossas ações).

Eventos climáticos extremos e suas consequências podem acarretar volatilidade no mercado de capitais global e afetar negativamente o crescimento da economia brasileira.

Eventos climáticos extremos em escala global, como secas prolongadas, enchentes, ondas de calor, ciclones e incêndios florestais, têm levado autoridades públicas e agentes privados em diversos países a adotar medidas emergenciais e estruturais para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Tais medidas incluem restrições à utilização de recursos naturais, racionamento de energia, interrupção de cadeias logísticas, limitação de atividades agrícolas e industriais, bem como a reavaliação de políticas públicas e regulatórias relacionadas à sustentabilidade ambiental.

Esses eventos e medidas afetam diretamente o comportamento da população e o funcionamento das empresas, podendo provocar interrupções ou paralisações na produção e distribuição de bens e serviços, além de elevar custos operacionais em diversos setores da economia.

Tais impactos influenciam negativamente o consumo das famílias e a produtividade das empresas, afetando, por consequência, o crescimento real do produto interno bruto do Brasil (PIB) e o poder de compra dos nossos consumidores. Conforme mencionado no item 2.2 deste Formulário de Referência, os nossos resultados operacionais sofrem impactos diretos decorrentes de oscilações no PIB e no poder de compra dos consumidores. Dessa forma, uma desaceleração econômica provocada por eventos climáticos extremos poderá afetar negativamente os nossos resultados.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira, decorrente de choques climáticos ou de políticas ambientais mais restritivas, pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos (inclusive de nossas ações).

A instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e os resultados de nossas operações, podendo afetar também o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram e continuam a afetar a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações *Lava Jato*, *Zelotes*, *Greenfield*, *Eficiência*, dentre outras, e ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas foram presos, condenados ou estão sendo

processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina.

O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas pode afetar adversamente nossa condição financeira e nossos resultados, bem como a cotação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Além disso, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderia resultar em impasse, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica, bem como afetar diretamente o crescimento do país. Conforme mencionado no item 2.2 deste Formulário de Referência, os nossos resultados operacionais sofrem impactos diretos decorrentes de uma oscilação do PIB e do poder de compra dos consumidores. Dessa forma, uma redução do PIB nos próximos anos poderá afetar negativamente os nossos resultados. Adicionalmente, a instabilidade política e econômica pode aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Ainda conforme mencionado no item 2.2 deste Formulário de Referência, a taxa de câmbio afeta os nossos custos, principalmente, em razão da necessidade de importação de componentes eletrônicos, em sua maioria produzidos no exterior e comercializados em dólar. Em 31 de dezembro de 2024 cerca de 80% de nosso custo do produto vendido é vinculado ao dólar. Com isso, a variação da taxa de câmbio pode impactar nossos resultados, principalmente na medida em que não conseguirmos repassar eventuais aumentos de custos aos nossos consumidores por meio de aumento de preços. A instabilidade econômica e as incertezas com relação à política monetária a ser adotada pelo governo federal intensificam o risco de depreciação do real frente ao dólar.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a economia brasileira inclusive sobre os nossos negócios.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o atual governo implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira; em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou e poderá continuar a afetar adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa na economia brasileira. A conjuntura política e econômica brasileira pode causar um efeito adverso nas nossas atividades.

Historicamente, a economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em nossas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevê-las. Os nossos negócios, situação econômico-financeira e resultados poderão vir a ser adversamente afetados pelos

seguintes fatores:

- taxas de juros (as nossas aplicações financeiras são indexadas ao CDI, sendo que uma diminuição do CDI provocará a redução de nossas receitas financeiras);
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior (que pode impactar as nossas relações comerciais com fornecedores estrangeiros);
- política monetária;
- flutuações cambiais (a taxa de câmbio afeta os nossos custos, principalmente, em razão da necessidade de importação de componentes eletrônicos, em sua maioria produzidos no exterior e comercializados em dólar);
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação (risco no aumento de despesas com salários, contratos de aluguel e matérias de consumo, conforme descrito no item 2.2 deste Formulário de Referência);
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária (principalmente aquelas atinentes aos benefícios fiscais a que temos direito);
- controle sobre importação e exportação (o que pode impactar a compra de produtos importados, sendo que, em 31 de dezembro de 2024, cerca de 80% de nosso custo do produto vendido é vinculado ao dólar);
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais (o que pode dificultar a importação de produtos);
- saúde pública, inclusive em razão de epidemias e pandemias;
- Eventos climáticos extremos (como secas severas, enchentes, ondas de calor e outros fenômenos naturais) que podem impactar cadeias de produção, transporte e fornecimento de energia, além de gerar instabilidade nos preços e na disponibilidade de matérias-primas e componentes)
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro, em especial o desempenho do setor de bens de consumo durável. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode ter um efeito adverso sobre nós e sobre nossas ações.

Esforços governamentais podem impactar as taxas de juros e a inflação, influenciando assim o crescimento da economia brasileira e as nossas atividades.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A política de controle da inflação, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com elevadas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, a taxa de juros oficial no Brasil no final de 2024 foi de 12,25% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM. Aumentos sucessivos na inflação, podem aumentar os

nossos custos e despesas e, conseqüentemente, afetar adversamente o nosso desempenho financeiro.

Futuras medidas do governo brasileiro, incluindo redução das taxas de juros, a intervenção no mercado de câmbio e no mercado de títulos e valores mobiliários para ajustar ou fixar o valor do Real, poderão desencadear o aumento de inflação. Se o Brasil experimentar nível de inflação elevada no futuro, poderemos não ser capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a nossa estrutura de custos, o que poderá afetar a nossa condição financeira. Adicionalmente, caso venhamos a decidir aumentar o preço de nossos produtos em função do aumento da inflação, não podemos garantir que as nossas vendas não sofrerão um impacto negativo. A diminuição de nossas vendas em razão do aumento dos preços poderá impactar negativamente os nossos negócios e resultados.

Ainda, na hipótese de aumento de inflação, o Banco Central poderá optar por elevar significativamente as taxas de juros oficiais. A elevação das taxas de juros poderá impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos, como também o custo de nosso endividamento atual, vindo a causar o aumento de nossas despesas financeiras.

Uma política anti-inflacionária adotada pelo Banco Central poderá resultar em redução do nível de atividade econômica e poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando consequências negativas para os nossos negócios.

A concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito, afetando a nossa capacidade de financiamento e a capacidade de financiamento de nossos clientes.

De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira publicado pelo Banco Central do Brasil³ em 2025, os quatro maiores bancos brasileiros (*i.e.* Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú) concentravam 58% das operações de crédito e dos depósitos totais do sistema financeiro nacional e 54,7% dos ativos totais do sistema financeiro, segundo o indicador RC4 (que mede a concentração dos quatro maiores bancos), o que fez com que o Brasil figurasse no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados do mundo.

Esse percentual representa uma leve redução em comparação ao ano anterior, quando a concentração era de 55,7%. Essa tendência reflete um movimento gradual de desconcentração no sistema bancário brasileiro, possivelmente influenciado pelo crescimento de instituições financeiras de menor porte e *fintechs* no mercado nacional.

Essa tendência pode afetar a concorrência, com possíveis aumentos sobre o *spread* bancário e outros preços, tornando mais alto o nosso custo de captação e o custo de captação de nossos clientes, resultando em uma redução da nossa margem e restringindo a disponibilidade de crédito de nossos clientes. Adicionalmente, um eventual problema de relacionamento com um dos bancos pode afetar a nossa capacidade de financiamento. Esses fatores podem ter um efeito adverso a nós.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, notadamente o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

³ Relatório disponível em <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202504/RELESTAB202504-refPub.pdf>

Adicionalmente, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Rússia e a Ucrânia, por exemplo, trouxe como risco uma alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causaram e ainda podem causar pressão inflacionária e podem dificultar a retomada econômica brasileira.

Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, as animosidades tendem a seguir não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem nos afetar negativamente. Por fim, essas tensões continuam a gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, notadamente os conflitos geopolíticos em curso, como o agravamento das tensões no Oriente Médio e a continuidade do conflito entre Rússia e Ucrânia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

Adicionalmente, fatores relacionados à geopolítica internacional seguem gerando impactos sobre os mercados globais. O conflito persistente no Leste Europeu, aliado ao aumento da instabilidade no Oriente Médio desde 2023 — com destaque para o confronto entre Israel e grupos armados na Faixa de Gaza, bem como riscos de escalada regional — têm pressionado os preços de energia, elevado os custos logísticos internacionais e contribuído para a escassez ou atraso no fornecimento de componentes estratégicos, como semicondutores e circuitos integrados, os quais são essenciais para a nossa cadeia produtiva e desenvolvimento de novos produtos tecnológicos.

Tais fatores têm ainda intensificado a valorização do dólar frente ao real, ampliando nossos custos operacionais e impactando diretamente a importação de peças, matérias-primas e equipamentos, majoritariamente cotados em moeda estrangeira. O prolongamento ou agravamento desses conflitos pode ocasionar novas rupturas nas cadeias globais de suprimentos, afetando a nossa capacidade de produção, os prazos de entrega e a manutenção dos níveis de estoque adequados.

Por fim, a intensificação dessas tensões geopolíticas ou o surgimento de novas crises internacionais pode continuar a afetar negativamente o ambiente macroeconômico global, com efeitos diretos e indiretos sobre a nossa operação, desempenho financeiro e valor de mercado.

Os 5 (cinco) principais fatores de risco da Companhia, conforme descritos no item 4.1 acima, apresentados abaixo em ordem decrescente (*i.e.* do maior ao menor) são:

1. Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão e controle de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.
2. Algumas das nossas BUs dependem de produtos inovadores e tecnologicamente avançados, em um mercado caracterizado pela rápida obsolescência dos produtos. Dessa forma, nosso crescimento e nossa lucratividade poderão ser afetados adversamente, caso não sejamos capazes de acompanhar as inovações do mercado.
3. Podemos não conseguir identificar falhas no processo produtivo e de compras, o que poderá prejudicar a qualidade de nossos produtos e, consequentemente, acarretar no aumento das despesas com assistência técnica. Adicionalmente, falhas ou brechas de nossos sistemas de tecnologia da informação podem interromper nossas operações e impactar negativamente nossos negócios.
4. Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos. Adicionalmente, disputas comerciais internacionais (a exemplo da atualmente vivenciada entre os Estados Unidos e a China) poderão influenciar o fluxo de suprimentos (em especial de aparatos tecnológicos), o que poderá impactar negativamente as nossas operações.
5. Dependemos do recebimento de matérias-primas e produtos adquiridos dos nossos fornecedores em um prazo certo e dentro de determinados padrões de qualidade. Adicionalmente, parte das atividades exercidas por nós requerem a existência de um relacionamento sólido entre nós e os nossos fornecedores, dado que a realização dessas atividades é significativamente integrada aos serviços realizados pelos nossos fornecedores. Caso tenhamos que trocar de fornecedores parte das nossas operações poderá ser afetada, impactando adversamente os nossos negócios, resultados e situação financeira.

Maiores informações e detalhamento dos principais fatores de risco apontados neste item 4.2 podem ser encontrados no item 4.1 acima.

Além dos riscos indicados na seção 4.1 deste Formulário de Referência, estamos expostos a riscos de mercado decorrentes das nossas atividades e de nossos negócios, conforme abaixo descritos. Esses riscos envolvem, principalmente, alterações na taxa de juros e flutuações na taxa de câmbio, que podem afetar adversamente o valor dos passivos financeiros ou o fluxo de caixa futuro, bem como os resultados da Companhia.

Riscos de taxa de juros

Estamos expostos ao risco de mudanças nas taxas de juros, sendo que tal modificação pode impactar a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos e as receitas financeiras, oriundas de nossas aplicações financeiras. O risco existe, fundamentalmente, em razão da possibilidade de flutuação do CDI e a nossa administração o considera relevante.

Em 31 de dezembro de 2024, o volume de nossos financiamentos e empréstimos indexados a taxas de juros (CDI, TJLP, TLP+TR) era de R\$923.516 (em R\$ mil). Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos nossos financiamentos e empréstimos, foram definidos 2 cenários, estimados conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. A partir destes cenários foram calculadas variações positivas (que aumentam o impacto negativo no resultado da Companhia) de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2024, o volume de nossas aplicações financeiras indexadas ao CDI era de R\$825.562 (em R\$ mil). Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, foram definidos 2 cenários, estimados conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. A partir destes cenários foram calculadas variações positivas (que aumentam o impacto líquido negativo no resultado da Companhia) de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira e a despesa financeira brutas, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações e sobre os financiamentos e empréstimos e o fluxo de vencimento de cada contrato programado para o período de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2024.

Consolidado Operação	Base de cálculo	Cenário Provável	Cenário I Deterioração de +25%	Cenário II Deterioração de +50%
<i>(Em R\$ mil)</i>				
Financiamentos e Empréstimos	923.516	106.762	133.453	160.143
Aplicações Financeiras	825.562	110.938	138.673	166.407
Impacto Líquido no Resultado	(97.954)	4.176	5.220	6.264

Risco cambial

Estamos expostos ao risco cambial decorrente da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto (passivo) de contratos com fornecedores celebrados em dólar era equivalente a R\$1.106.995 (considerando o fechamento da cotação do dólar de R\$6,19 em 31 de dezembro de 2024). Na mesma data, o saldo em aberto (ativo) de contratos com cliente celebrados em dólar era de R\$53.894 (considerando o fechamento da cotação do dólar de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024).

Apresentamos abaixo quadro com a análise de sensibilidade nos cenários propostos considerando o impacto negativo no resultado, antes dos impostos, gerado pela exposição ao risco cambial, em aberto em 31 de dezembro de 2024. A cotação do dólar utilizada na projeção foi de R\$6,19 (cenário provável). A partir destes cenários foram calculadas variações positivas (que aumentam o impacto líquido negativo no resultado da Companhia) de 25% e 50%. Os cenários foram estimados conforme o disposto na Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.

Consolidado Operação	Base de cálculo	Cenário Provável	Cenário I Deterioração de +25%	Cenário II Deterioração de +50%
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Fornecedores	(1.106.995)	34.377	(233.777)	(501.931)
Clientes	53.894	(1.674)	11.381	24.437
Impacto Líquido no Resultado	(1.053.101)	32.704	(222.396)	(477.495)

Para os fins deste item 4.4, consideramos como processos judiciais e/ou administrativos individualmente relevantes: (i) processos que possam ensejar uma perda para a nossa Companhia em valor individual igual ou superior a R\$ 4.000.000,00; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente na imagem de nossa Companhia (“Processos Relevantes”).

Em 31 de dezembro de 2024, nós e nossas controladas figurávamos como parte em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de nossas operações envolvendo questões trabalhistas, tributárias, cíveis e de consumidor, dos quais R\$ 36.779.162,11 foram classificados pelos nossos assessores legais com probabilidade de perda remota, R\$ 55.892.789,67 como perda possível e R\$ 15.170.668,33 como perda provável, sendo que tais valores representam o “valor líquido” (valor envolvido deduzidos os pagamentos), de acordo com a discriminação por matérias informada na tabela abaixo.

	Provável	Possível	Remota	Total	Nº de Processos
Ações cíveis	R\$ 41.542,28	R\$ 946.841,23	R\$ 1.309.363,35	R\$ 2.297.746,86	43
Consumidor	R\$ 810.619,75	R\$ 3.751.095,87	R\$ 7.958,53	R\$ 4.569.674,15	302
Administrativo	R\$ 866.811,91	R\$ 55.959,91	R\$ 0,00	R\$ 922.771,82	38
Tributário	R\$ 10.539.273,08	R\$ 41.570.678,15	R\$ 33.014.526,79	R\$ 85.124.478,02	43
Trabalhista	R\$ 2.912.421,31	R\$ 9.568.214,51	R\$ 2.447.313,44	R\$ 14.927.949,26	77
Total Geral	R\$ 15.170.668,33	R\$ 55.892.789,67	R\$ 36.779.162,11	R\$ 106.427.618,08	478

Dentre os casos de natureza cível e de consumidor, eventuais condenações ao pagamento de verbas sucumbenciais (que variam entre 10% e 20% do valor atualizado de cada processo judicial) representam potencial contingência em casos em que a nossa Companhia figura no polo ativo. Na tabela acima, não são contabilizados os valores de sucumbência envolvidos em processos judiciais em que nós e nossas controladas figuramos no polo ativo.

Adicionalmente, o valor total relacionado aos processos com perda classificada como provável está provisionado pela nossa Companhia em suas Demonstrações Financeiras da seguinte forma: R\$ 2.912.421,31 em relação às ações trabalhistas, R\$ 10.539.273,08 em relação às ações tributárias, e R\$ 1.718.973,94 em relação às ações cíveis e de consumidor.

Em 31 de março de 2025, nós e nossas controladas figurávamos como parte em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de nossas operações envolvendo questões trabalhistas, tributárias, cíveis e de consumidor, dos quais R\$ 36.779.162,11 foram classificados pelos nossos assessores legais com probabilidade de perda remota, R\$ 68.774.006,84 como perda possível e R\$ 16.380.197,43 como perda provável, sendo que tais valores representam o “valor líquido” (valor envolvido deduzidos os pagamentos), de acordo com a discriminação por matérias informada na tabela abaixo.

	Provável	Possível	Remota	Total	Nº de Processos
Ações cíveis	R\$ 260.628,58	R\$ 1.313.169,00	R\$ 495.511,73	R\$ 2.069.309,31	31
Consumidor	R\$ 1.006.761,90	R\$ 4.545.893,53	R\$ 39.436,40	R\$ 5.592.091,83	179
Administrativo	R\$ 605.194,71	R\$ 56.754,79	R\$ 0,00	R\$ 661.949,50	42
Tributário	R\$ 11.326.727,01	R\$ 52.987.501,22	R\$ 32.526.111,08	R\$ 96.840.339,31	46
Trabalhista	R\$ 3.180.885,23	R\$ 9.870.688,30	R\$ 1.195.315,66	R\$ 14.246.889,19	87
Total Geral	R\$ 16.380.197,43	R\$ 68.774.006,84	R\$ 36.779.162,11	R\$ 106.427.618,08	478

Dentre os casos de natureza cível e de consumidor, eventuais condenações ao pagamento de verbas sucumbenciais (que variam entre 10% e 20% do valor atualizado de cada processo judicial) representam

potencial contingência em casos em que a nossa Companhia figura no polo ativo. Na tabela acima, não são contabilizados os valores de sucumbência envolvidos em processos judiciais em que nós e nossas controladas figuramos no polo ativo.

Adicionalmente, o valor total relacionado aos processos com perda classificada como provável está provisionado pela nossa Companhia em suas Demonstrações Financeiras da seguinte forma: R\$ 3.246.315,95 em relação às ações trabalhistas, R\$ 11.199.524,04 em relação às ações tributárias, e R\$ 1.872.585,19 em relação às ações cíveis e de consumidor.

Para riscos relacionados à nossa incapacidade de constituir provisão suficiente para os passivos decorrentes dos processos em que estamos envolvidos, vide "*Decisões desfavoráveis em processos, novos ou em andamento, judiciais, administrativos ou arbitrais, podem nos afetar adversamente*" constante do item 4.1.a deste Formulário de Referência.

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, não éramos parte passiva em qualquer Processo Relevante de natureza trabalhista. Para informações sobre os processos de natureza trabalhista dos quais nossa Companhia era parte em tal data e que possam ser considerados relevantes em conjunto, vide item 4.7 abaixo.

Em 31 de março de 2025, não éramos parte passiva em qualquer Processo Relevante de natureza trabalhista. Para informações sobre os processos de natureza trabalhista dos quais nossa Companhia era parte em tal data e que possam ser considerados relevantes em conjunto, vide item 4.7 abaixo.

(ii) Tributários

Em 31 de dezembro de 2024, éramos parte em 08 Processos Relevantes de natureza tributária, conforme descritos abaixo.

Processo nº 11516.721498/2014-68 (Administrativo)	
Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal de Ribeirão Preto/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	28/05/2014
Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.783.724,50
Principais fatos	Trata-se de auto de infração referente à não inclusão de créditos presumidos de ICMS na base de PIS/ COFINS. No âmbito do auto de infração, exige-se o pagamento da Contribuição ao PIS e à COFINS, acrescidos de multa de ofício e juros de mora, referente ao ano-calendário 2011, pela suposta infração da não inclusão na base de cálculo das contribuições de valores recebidos a título de benefícios fiscais de créditos presumidos do ICMS, conferidos pelo Estado de Santa Catarina; diferença de alíquota em operações de venda efetuadas na Zona Franca de Manaus; e apropriação indevida de créditos das contribuições.

	Pedido/cobrança: créditos tributários referentes à diferença de valores decorrente da inclusão dos créditos presumidos de ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, além do valor de multa de ofício e juros de mora. Principais atos: Impugnação ao Auto de Infração, reconhecendo os débitos relativos à diferença de alíquota em operações de venda efetuadas na Zona Franca de Manaus, os quais seriam oportunamente quitados, peticionado em 22/07/2014. Em 21/08/2014, protocolamos petição requerendo a juntada do requerimento do Pedido de Parcelamento dos débitos relativos à diferença de alíquota em operações de venda efetuadas na Zona Franca de Manaus, planilha de composição dos débitos incluídos no parcelamento, bem como comprovantes de pagamento da 1ª parcela. Em 03/09/2020, protocolamos petição requerendo que seja agilizado o julgamento da impugnação, conforme artigo 24 da Lei 11.457/2007, que prevê que seja proferida decisão administrativa em até 360 dias do protocolo de petições.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Aguardando decisão administrativa.
Estágio do processo	Aguardando julgamento de impugnação e da documentação comprobatória desde 21/08/2014.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo é considerado relevante diante do valor dos créditos tributários referentes à diferença de valores decorrente da inclusão dos créditos presumidos de ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS envolvidos.
Análise do impacto em caso de perda	Eventual decisão contrária em última instância resultaria em desembolso e consequente perda financeira para a nossa Companhia.

Processo nº 5005741-17.2020.4.04.7200 (Judicial)	
Juízo	3ª Vara Federal de Florianópolis
Instância	Primeira
Data de instauração	26/03/2020
Partes no processo	Autor: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira Réu: União – Fazenda Nacional
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 17.645.190,52
Principais fatos	Trata-se de ação anulatória de débito fiscal c/c pedido de tutela provisória de urgência, relativo ao Auto de Infração (Processo nº 11516.720207/2011-71). Em 04/2011, a nossa Companhia foi autuada pelo procedimento administrativo nº 111516.720207/2011-71, em razão de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da inclusão de créditos presumidos de ICMS em sua base de cálculo nos anos calendários de 2006, 2007 e 2008. A nossa Companhia impugnou o auto de infração,

	sendo sua impugnação julgada parcialmente procedente. A nossa Companhia recorreu ao CARF e foi dado parcial provimento ao recurso, mantendo-se sucumbente a tributação relativa ao ano-calendário de 2006. Desta forma, o procedimento administrativo seguiu para cobrança do débito. Tendo em vista que se esgotaram os recursos administrativos, foi buscado amparo judicial para que seja suspensa a exigibilidade do crédito tributário e anulado o débito com a sua consequente extinção. <u>Pedido/cobrança:</u> suspensão da exigibilidade do crédito tributário em cobrança e consequente anulação do débito seguida de sua extinção. <u>Principais atos:</u> em 31/03/2020 foi deferida a tutela de urgência para suspender a exigibilidade dos débitos tributários de que trata o processo administrativo nº 11516.720207/2011-71. Em 24/06/2020 foi protocolado contestação da União. Em 03/05/2021 foi julgada procedente a ação, determinando a anulação do débito fiscal. Em 02/09/2021 a União apresentou Recurso de Apelação.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Em 24/05/2021 foi proferida sentença pelo juízo de 1º grau julgando procedente a ação, determinando a anulação do débito fiscal do Processo Administrativo nº 11516.720207/2011-71.
Estágio do processo	Autos para o TRF4 para apreciação do Recurso de Apelação interposto pela Fazenda Nacional.
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante diante do valor envolvido no Processo Administrativo 11516.720207/2011-71, objeto de discussão desta ação judicial.
Análise do impacto em caso de perda	Como a exigibilidade do débito se encontra suspensa, os valores envolvidos não se encontram indicados como passivos nas nossas demonstrações financeiras de 30/09/2020. Dessa forma, eventual decisão contrária em última instância resultaria em desembolso e consequente perda financeira para a nossa Companhia.

Processo nº 6.567542-0 (Administrativo)	
Juízo	4ª Câmara da Secretaria da Fazenda/PR
Instância	Primeira
Data de instauração	21/12/2010
Partes no processo	Autor: Estado do Paraná Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.688.440,40
Principais fatos	A presente medida fiscal versa sobre a utilização indevida de créditos de ICMS em operações de transferências entre a nossa Companhia e a sua antiga filial localizada no Estado do Paraná, cujo estado concede benefício fiscal ao seu contribuinte. <u>Pedido/cobrança:</u> utilização indevida de créditos de ICMS em

	operações de transferências de mercadorias. Principais atos: 15/08/2011: decisão julgando procedente a medida fiscal, ou seja, favorável ao Estado do Paraná, obrigando a nossa Companhia ao recolhimento do crédito tributário, devidamente atualizado. 06/09/2011: Recurso Ordinário apresentado pela nossa Companhia, arguindo preliminar de nulidade do auto de infração, em virtude de o dispositivo legal infringido tratar-se, na realidade, de regra relativa à penalidade. 22/10/2012 : Acórdão nº 766/2012 deu provimento ao Recurso Ordinário, informando que não foi caracterizada infração pela nossa Companhia ao se beneficiar do crédito do imposto, diante da ausência de autorização do CONFAZ. 30/11/2012: Recurso de Reconsideração interposto pelo Estado do Paraná. 14/02/2014: Acórdão dando provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo Estado do Paraná. 16/08/2024: Reconhecida a remissão dos créditos tributários.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	15/08/2011: decisão julgando procedente a medida fiscal, ou seja, favorável ao Estado do Paraná, obrigando a nossa Companhia ao recolhimento do crédito tributário, devidamente atualizado. 22/10/2012 : Acórdão nº 766/2012, deu provimento ao Recurso Ordinário, informando que não foi caracterizada infração pela nossa Companhia ao se beneficiar do crédito do imposto, diante da ausência de autorização do CONFAZ. 16/08/2024: decisão reconhecendo a remissão dos créditos pelo Estado do Paraná.
Estágio do processo	Arquivado. Sendo discutido judicialmente. Após o encerramento da discussão na esfera administrativa, ajuizamos o processo nº 0000045-09.2015.8.16.0179 proposto em 15/01/2015, com objetivo de oferecer garantia a futura execução fiscal. Esta foi julgada extinta sem resolução do mérito reconhecendo a ausência de interesse de agir. Impetramos o Mandado de Segurança nº 0006276-29.2014.8.16.0004, visando afastar a cobrança do Auto de Infração nº 6.567542-0. Este processo atualmente se encontra sobrestado, até o julgamento do RE 826.075 (tema 490 de repercussão geral). Posteriormente, a cobrança do débito foi veiculada em duas Execuções Fiscais: 0001270-08.2015.8.16.0036 – Execução Fiscal proposta em

	15/05/2015 pelo Estado do Paraná, cobrando o valor de R\$7.307.560,00. 18/04/2017 – Juntamos petição de exceção de pré-executividade. Rejeitada em 12/07/2017. 19/07/2017 – Embargos de declaração opostos por nós. Processo suspenso entre 15/09/2017 até 13/04/2019 por Recurso Extraordinário com Repercussão Geral. 0000202-05.2018.8.16.0202 - Execução Fiscal proposta em 22/03/2018 pelo Estado do Paraná, cobrando o valor atualizado de R\$1.450.299,51. 12/12/2018 – Processo suspenso 01/09/2020 – Peticionamos informando que o julgamento do tema de repercussão geral de maneira favorável ao Estado não interfere no caso, uma vez que o benefício fiscal concedido pelo Estado de SC foi convalidado posteriormente, com base na LC 160/2017. Assim, requer a manutenção da suspensão da Execução Fiscal até o término do julgamento do Mandado de Segurança. 25/08/2021 – Processos suspensos 29/11/2022 – Protocolamos nos autos da Execução Fiscal nº 0001270-08.2015.8.16.0036 - protocolo do pedido administrativo de reconhecimento de remissão. 23/01/2023 – Processos 0001270-08.2015.8.16.0036 e 0000202-05.2018.8.16.0202 suspensos por mais 180 dias. 16/08/2024: após o reconhecimento da remissão, processo aguarda arquivamento.
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante por conta dos valores envolvidos, decorrente da utilização indevida de créditos de ICMS em operações de transferências entre a nossa Companhia e a sua antiga filial localizada no Estado do Paraná, cujo estado concede benefício fiscal ao seu contribuinte.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Processo nº 15165.721994/2012-38 (Administrativo)	
Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal de Ribeirão Preto/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	19/06/2012
Partes no processo	Autor: União Federal

	Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.076.634,94
Principais fatos	Auto de infração com objetivo de verificar a regularidade da utilização do benefício da suspensão do IPI nas importações realizadas entre 01/2009 e 08/2011, assim como verificar a correta classificação fiscal em operações de importação no período de 01/2008 a 08/2011. <u>Pedido/cobrança:</u> cobrança do IPI relativo a mercadorias que não estão amparadas pelo benefício e que foram contempladas e cálculo dos valores referentes a classificação corretas das mercadorias. <u>Principais atos:</u> 12/07/2012 – Impugnação apresentada por nós, demonstrando a regularidade do ato e a correta classificação das mercadorias. 19/09/2018 – Acórdão 08-44.421 – 2ª Turma da DRJ/FOR. Julgou parcialmente procedente a Impugnação para exonerar a nossa Companhia das exigências de IPI referente às operações identificadas neste processo, e decidiu manter as demais exigências. 18/10/2018 – Intimação do Ministério da Fazenda intimando a nossa Companhia ao pagamento dos débitos restantes do procedimento administrativo. 29/10/2018: Recurso Voluntário interposto por nós requerendo a anulação do Acórdão lavrado pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento, e requerendo que diante da insubsistência e improcedência da ação fiscal, que seja cancelado o auto de infração lavrado, além de requerimento de prova pericial. 30/10/2018 – Remessa dos autos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF para apreciação do recurso.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	19/09/2018 – Acórdão 08-44.421 – 2ª Turma da DRJ/FOR. Julgou parcialmente procedente a Impugnação para exonerar a nossa Companhia das exigências de IPI referente às operações identificadas neste processo, e decidiu manter as demais exigências.
Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso pela CARF.
Chance de perda	Provável
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante diante do valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Processo nº 10983.722269/2020-30 (Administrativo)

Juízo	Administrativo Florianópolis
Instância	Primeira

Data de instauração	11/02/2020
Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.276.281,54
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração Aduaneiro por discussão na classificação da NCM - Display LCD. Em 24/05/2019 foi emitido Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal de Diligência (TDPF-D) nº 09.2.75.00-2019-00144-7, para fins de coleta de informações e de documentos para subsídio de pesquisa fiscal aduaneira, que posteriormente foi convertido em Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal de Fiscalização (TDPF-F). A presente fiscalização teve por objetivo analisar as importações de mercadorias realizadas e que foram classificadas pelo código nº NCM 9013.80.10, no período de março de 2015 a fevereiro de 2019, mas deveriam ser classificadas através do código NCM nº 8531.20.00, que possui classificação tributária distinta. <u>Pedido/cobrança:</u> reclassificação fiscal, diferença de tributos com os acréscimos legais cabíveis, multa sobre esta diferença e multa por classificação indevida no valor originário de R\$ 5.325.323,35. <u>Principais atos:</u> 24/04/2019: Emitido Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal de Diligência (TDPF-D) nº 09.2.75.00-2019-00144-7, para fins de coleta de informações e de documentos para subsídio de pesquisa fiscal aduaneira. 26/02/2020: Impugnação ao Auto de Infração e laudo técnico apresentada por nós.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Aguardando julgamento.
Estágio do processo	Aguardando julgamento de impugnação e análise do laudo técnico.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante por conta do valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Processo nº 10340.721235/2023-36 (Administrativo)	
Juízo	Administrativo Florianópolis
Instância	Primeira
Data de instauração	20/11/2023
Partes no processo	Autor: União Federal

	Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.508.264,86
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração que estornou créditos de IPI na venda de produtos importados para a Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental. Em 12/06/2023 foi emitido Termo de Início de Procedimento Fiscal (TIPF) nº 0920300.2023.00080, para fins de coleta de fiscalização das operações da companhia no período de 01/01/2019 a 31/12/2021 relativamente à apuração e recolhimento do IPI. <u>Pedido/cobrança:</u> estorno de créditos e diferença de tributos com os acréscimos legais cabíveis no valor originário de R\$ 12.779.078,44. <u>Principais atos:</u> 21/11/2023: Lavrado Auto de Infração constituindo o tributo e acréscimos. 19/12/2023: Impugnação ao Auto de Infração apresentada por nós.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Aguardando julgamento.
Estágio do processo	Aguardando julgamento de impugnação.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante por conta do valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Processo nº 10983-720.164/2015-89 (Administrativo)	
Juízo	Administrativo Florianópolis
Instância	Primeira
Data de instauração	04/02/2015
Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.616.557,81
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração Aduaneiro por discussão na classificação da NCM - Display LCD. Em 29/10/2014 foi emitido Termo de Início de Ação Fiscal (TIAF) nº 0925200-2014-00050-2, com o objetivo de analisar as importações de mercadorias realizadas e que foram classificadas pelo código nº NCM 9013.80.10, no período de maio de 2010 a maio de 2014, mas deveriam

	ser classificadas através do código NCM nº 8531.20.00, que possui classificação tributária distinta. <u>Pedido/cobrança:</u> reclassificação fiscal, diferença de tributos com os acréscimos legais cabíveis, multa sobre esta diferença e multa por classificação indevida no valor originário de R\$ 2.587.024,79. <u>Principais atos:</u> 06/02/2015: Lavrado Auto de Infração constituindo o tributo e acréscimos. 04/03/2015: Impugnação ao Auto de Infração apresentada por nós. 30/09/2021: Proferida decisão em primeira instância pela 16ª Turma da DRJ08 indicando como correta a classificação fiscal na NCM 8531.20.00. 11/10/2021: Recurso Voluntário apresentado por nós.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Os dispositivos de cristal líquido - LCD, com as características técnicas reveladas neste processo, encontram correta classificação fiscal na NCM 8531.20.00.
Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso pelo CARF.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante por conta do valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Processo nº 10314.720254/2022-81 (Administrativo)	
Juízo	Administrativo Florianópolis
Instância	Primeira
Data de instauração	30/11/2022
Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.182.586,04
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração Aduaneiro por discussão na classificação da NCM – Detectores de Fumaça Eletrônico. Em 02/09/2021 foi emitido Termo de Início de Ação Fiscal (TIAF) nº 0819500-2021-01005-1, com o objetivo de analisar as importações de mercadorias realizadas e que foram classificadas pelo código nº NCM 9027.50.90, no período de abril de 2019 a maio de 2021, mas deveriam ser classificadas através do código NCM nº 8531.10.10, que possui classificação tributária distinta.

	<u>Pedido/cobrança:</u> reclassificação fiscal, diferença de tributos com os acréscimos legais cabíveis, multa sobre esta diferença e multa por classificação indevida no valor originário de R\$ 4.282.772,68. <u>Principais atos:</u> 30/11/2022: Lavrado Auto de Infração constituindo o tributo e acréscimos. 27/12/2022: Impugnação ao Auto de Infração apresentada por nós.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Aguardando julgamento.
Estágio do processo	Aguardando julgamento de impugnação.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante por conta do valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Em 31 de março de 2025, éramos parte em 08 Processos Relevantes de natureza tributária, conforme descritos abaixo.

Processo nº 11516.721498/2014-68 (Administrativo)	
Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal de Ribeirão Preto/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	28/05/2014
Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.907.343,00
Principais fatos	Trata-se de auto de infração referente à não inclusão de créditos presumidos de ICMS na base de PIS/ COFINS. No âmbito do auto de infração, exige-se o pagamento da Contribuição ao PIS e à COFINS, acrescidos de multa de ofício e juros de mora, referente ao ano-calendário 2011, pela suposta infração da não inclusão na base de cálculo das contribuições de valores recebidos a título de benefícios fiscais de créditos presumidos do ICMS, conferidos pelo Estado de Santa Catarina; diferença de alíquota em operações de venda efetuadas na Zona Franca de Manaus; e apropriação indevida de créditos das contribuições. <u>Pedido/cobrança:</u> créditos tributários referentes à diferença de valores decorrente da inclusão dos créditos presumidos de ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, além do valor de multa de ofício e juros de

	mora. Principais atos: Impugnação ao Auto de Infração, reconhecendo os débitos relativos à diferença de alíquota em operações de venda efetuadas na Zona Franca de Manaus, os quais seriam oportunamente quitados, peticionado em 22/07/2014. Em 21/08/2014, protocolamos petição requerendo a juntada do requerimento do Pedido de Parcelamento dos débitos relativos à diferença de alíquota em operações de venda efetuadas na Zona Franca de Manaus, planilha de composição dos débitos incluídos no parcelamento, bem como comprovantes de pagamento da 1ª parcela. Em 03/09/2020, protocolamos petição requerendo que seja agilizado o julgamento da impugnação, conforme artigo 24 da Lei 11.457/2007, que prevê que seja proferida decisão administrativa em até 360 dias do protocolo de petições.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Aguardando decisão administrativa.
Estágio do processo	Aguardando julgamento de impugnação e da documentação comprobatória desde 21/08/2014.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo é considerado relevante diante do valor dos créditos tributários referentes à diferença de valores decorrente da inclusão dos créditos presumidos de ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS envolvidos.
Análise do impacto em caso de perda	Eventual decisão contrária em última instância resultaria em desembolso e consequente perda financeira para a nossa Companhia.

Processo nº 5005741-17.2020.4.04.7200 (Judicial)	
Juízo	3ª Vara Federal de Florianópolis
Instância	Primeira
Data de instauração	26/03/2020
Partes no processo	Autor: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira Réu: União – Fazenda Nacional
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 18.013.034,05
Principais fatos	Trata-se de ação anulatória de débito fiscal c/c pedido de tutela provisória de urgência, relativo ao Auto de Infração (Processo nº 11516.720207/2011-71). Em 04/2011, a nossa Companhia foi autuada pelo procedimento administrativo nº 11516.720207/2011-71, em razão de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da inclusão de créditos presumidos de ICMS em sua base de cálculo nos anos calendários de 2006, 2007 e 2008. A nossa Companhia impugnou o auto de infração, sendo sua impugnação julgada parcialmente procedente. A nossa Companhia recorreu ao CARF e foi dado parcial provimento ao recurso, mantendo-se sucumbente a tributação relativa ao ano-calendário de 2006. Desta forma, o procedimento administrativo seguiu para cobrança

	do débito. Tendo em vista que se esgotaram os recursos administrativos, foi buscado amparo judicial para que seja suspensa a exigibilidade do crédito tributário e anulado o débito com a sua consequente extinção. Pedido/cobrança: suspensão da exigibilidade do crédito tributário em cobrança e consequente anulação do débito seguida de sua extinção. Principais atos: em 31/03/2020 foi deferida a tutela de urgência para suspender a exigibilidade dos débitos tributários de que trata o processo administrativo nº 11516.720207/2011-71. Em 24/06/2020 foi protocolado contestação da União. Em 03/05/2021 foi julgada procedente a ação, determinando a anulação do débito fiscal. Em 02/09/2021 a União apresentou Recurso de Apelação.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Em 24/05/2021 foi proferida sentença pelo juízo de 1º grau julgando procedente a ação, determinando a anulação do débito fiscal do Processo Administrativo nº 11516.720207/2011-71.
Estágio do processo	Autos para o TRF4 para apreciação do Recurso de Apelação interposto pela Fazenda Nacional.
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante diante do valor envolvido no Processo Administrativo 11516.720207/2011-71, objeto de discussão desta ação judicial.
Análise do impacto em caso de perda	Como a exigibilidade do débito se encontra suspensa, os valores envolvidos não se encontram indicados como passivos nas nossas demonstrações financeiras de 30/09/2020. Dessa forma, eventual decisão contrária em última instância resultaria em desembolso e consequente perda financeira para a nossa Companhia.

Processo nº 6.567542-0 (Administrativo)	
Juízo	4ª Câmara da Secretaria da Fazenda/PR
Instância	Primeira
Data de instauração	21/12/2010
Partes no processo	Autor: Estado do Paraná Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.775.144,17
Principais fatos	A presente medida fiscal versa sobre a utilização indevida de créditos de ICMS em operações de transferências entre a nossa Companhia e a sua antiga filial localizada no Estado do Paraná, cujo estado concede benefício fiscal ao seu contribuinte. Pedido/cobrança: utilização indevida de créditos de ICMS em operações de transferências de mercadorias. Principais atos: 15/08/2011: decisão julgando procedente a medida fiscal, ou seja, favorável ao Estado do Paraná, obrigando a nossa

	Companhia ao recolhimento do crédito tributário, devidamente atualizado. 06/09/2011: Recurso Ordinário apresentado pela nossa Companhia, arguindo preliminar de nulidade do auto de infração, em virtude de o dispositivo legal infringido tratar-se, na realidade, de regra relativa à penalidade. 22/10/2012 : Acórdão nº 766/2012 deu provimento ao Recurso Ordinário, informando que não foi caracterizada infração pela nossa Companhia ao se beneficiar do crédito do imposto, diante da ausência de autorização do CONFAZ. 30/11/2012: Recurso de Reconsideração interposto pelo Estado do Paraná. 14/02/2014: Acórdão dando provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo Estado do Paraná. 16/08/2024: Reconhecida a remissão dos créditos tributários.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	15/08/2011: decisão julgando procedente a medida fiscal, ou seja, favorável ao Estado do Paraná, obrigando a nossa Companhia ao recolhimento do crédito tributário, devidamente atualizado. 22/10/2012 : Acórdão nº 766/2012, deu provimento ao Recurso Ordinário, informando que não foi caracterizada infração pela nossa Companhia ao se beneficiar do crédito do imposto, diante da ausência de autorização do CONFAZ. 16/08/2024: decisão reconhecendo a remissão dos créditos pelo Estado do Paraná.
Estágio do processo	Arquivado. Sendo discutido judicialmente. Após o encerramento da discussão na esfera administrativa, ajuizamos o processo nº 0000045-09.2015.8.16.0179 proposto em 15/01/2015, com objetivo de oferecer garantia a futura execução fiscal. Esta foi julgada extinta sem resolução do mérito reconhecendo a ausência de interesse de agir. Impetramos o Mandado de Segurança nº 0006276-29.2014.8.16.0004, visando afastar a cobrança do Auto de Infração nº 6.567542-0. Este processo atualmente se encontra sobrestado, até o julgamento do RE 826.075 (tema 490 de repercussão geral). Posteriormente, a cobrança do débito foi veiculada em duas Execuções Fiscais: • 0001270-08.2015.8.16.0036 – Execução Fiscal proposta em 15/05/2015 pelo Estado do Paraná, cobrando o valor de R\$7.307.560,00.

	18/04/2017 – Juntamos petição de exceção de pré-executividade. Rejeitada em 12/07/2017. 19/07/2017 – Embargos de declaração opostos por nós. Processo suspenso entre 15/09/2017 até 13/04/2019 por Recurso Extraordinário com Repercussão Geral. 0000202-05.2018.8.16.0202 - Execução Fiscal proposta em 22/03/2018 pelo Estado do Paraná, cobrando o valor atualizado de R\$1.450.299,51. 12/12/2018 – Processo suspenso 01/09/2020 – Peticionamos informando que o julgamento do tema de repercussão geral de maneira favorável ao Estado não interfere no caso, uma vez que o benefício fiscal concedido pelo Estado de SC foi convalidado posteriormente, com base na LC 160/2017. Assim, requer a manutenção da suspensão da Execução Fiscal até o término do julgamento do Mandado de Segurança. 25/08/2021 – Processos suspensos 29/11/2022 – Protocolamos nos autos da Execução Fiscal nº 0001270-08.2015.8.16.0036 - protocolo do pedido administrativo de reconhecimento de remissão. 23/01/2023 – Processos 0001270-08.2015.8.16.0036 e 0000202-05.2018.8.16.0202 suspensos por mais 180 dias. 16/08/2024: após o reconhecimento da remissão, processo aguarda arquivamento.
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante por conta dos valores envolvidos, decorrente da utilização indevida de créditos de ICMS em operações de transferências entre a nossa Companhia e a sua antiga filial localizada no Estado do Paraná, cujo estado concede benefício fiscal ao seu contribuinte.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Processo nº 15165.721994/2012-38 (Administrativo)	
Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal de Ribeirão Preto/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	19/06/2012
Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou	R\$ 10.208.200,06

direitos envolvidos	
Principais fatos	Auto de infração com objetivo de verificar a regularidade da utilização do benefício da suspensão do IPI nas importações realizadas entre 01/2009 e 08/2011, assim como verificar a correta classificação fiscal em operações de importação no período de 01/2008 a 08/2011. <u>Pedido/cobrança:</u> cobrança do IPI relativo a mercadorias que não estão amparadas pelo benefício e que foram contempladas e cálculo dos valores referentes a classificação corretas das mercadorias. <u>Principais atos:</u> 12/07/2012 – Impugnação apresentada por nós, demonstrando a regularidade do ato e a correta classificação das mercadorias. 19/09/2018 – Acórdão 08-44.421 – 2ª Turma da DRJ/FOR. Julgou parcialmente procedente a Impugnação para exonerar a nossa Companhia das exigências de IPI referente às operações identificadas neste processo, e decidiu manter as demais exigências. 18/10/2018 – Intimação do Ministério da Fazenda intimando a nossa Companhia ao pagamento dos débitos restantes do procedimento administrativo. 29/10/2018: Recurso Voluntário interposto por nós requerendo a anulação do Acórdão lavrado pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento, e requerendo que diante da insubsistência e improcedência da ação fiscal, que seja cancelado o auto de infração lavrado, além de requerimento de prova pericial. 30/10/2018 – Remessa dos autos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF para apreciação do recurso.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	19/09/2018 – Acórdão 08-44.421 – 2ª Turma da DRJ/FOR. Julgou parcialmente procedente a Impugnação para exonerar a nossa Companhia das exigências de IPI referente às operações identificadas neste processo, e decidiu manter as demais exigências.
Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso pela CARF.
Chance de perda	Provável
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante diante do valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Processo nº 10983.722269/2020-30 (Administrativo)	
Juízo	Administrativo Florianópolis
Instância	Primeira
Data de instauração	11/02/2020
Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica

	Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.357.769,70
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração Aduaneiro por discussão na classificação da NCM - Display LCD. Em 24/05/2019 foi emitido Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal de Diligência (TDPF-D) nº 09.2.75.00-2019-00144-7, para fins de coleta de informações e de documentos para subsídio de pesquisa fiscal aduaneira, que posteriormente foi convertido em Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal de Fiscalização (TDPF-F). A presente fiscalização teve por objetivo analisar as importações de mercadorias realizadas e que foram classificadas pelo código nº NCM 9013.80.10, no período de março de 2015 a fevereiro de 2019, mas deveriam ser classificadas através do código NCM nº 8531.20.00, que possui classificação tributária distinta. <u>Pedido/cobrança:</u> reclassificação fiscal, diferença de tributos com os acréscimos legais cabíveis, multa sobre esta diferença e multa por classificação indevida no valor originário de R\$ 5.325.323,35. <u>Principais atos:</u> 24/04/2019: Emitido Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal de Diligência (TDPF-D) nº 09.2.75.00-2019-00144-7, para fins de coleta de informações e de documentos para subsídio de pesquisa fiscal aduaneira. 26/02/2020: Impugnação ao Auto de Infração e laudo técnico apresentada por nós.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Aguardando julgamento.
Estágio do processo	Aguardando julgamento de impugnação e análise do laudo técnico.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante por conta do valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Processo nº 10340.721235/2023-36 (Administrativo)	
Juízo	Administrativo Florianópolis
Instância	Primeira
Data de instauração	20/11/2023
Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou	R\$ 13.692.230,37

direitos envolvidos	
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração que estornou créditos de IPI na venda de produtos importados para a Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental. Em 12/06/2023 foi emitido Termo de Início de Procedimento Fiscal (TIPF) nº 0920300.2023.00080, para fins de coleta de fiscalização das operações da companhia no período de 01/01/2019 a 31/12/2021 relativamente à apuração e recolhimento do IPI. <u>Pedido/cobrança:</u> estorno de créditos e diferença de tributos com os acréscimos legais cabíveis no valor originário de R\$ 12.779.078,44. <u>Principais atos:</u> 21/11/2023: Lavrado Auto de Infração constituindo o tributo e acréscimos. 19/12/2023: Impugnação ao Auto de Infração apresentada por nós.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Aguardando julgamento.
Estágio do processo	Aguardando julgamento de impugnação.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante por conta do valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Processo nº 10983-720.164/2015-89 (Administrativo)	
Juízo	Administrativo Florianópolis
Instância	Primeira
Data de instauração	04/02/2015
Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.684.476,50
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração Aduaneiro por discussão na classificação da NCM - Display LCD. Em 29/10/2014 foi emitido Termo de Início de Ação Fiscal (TIAF) nº 0925200-2014-00050-2, com o objetivo de analisar as importações de mercadorias realizadas e que foram classificadas pelo código nº NCM 9013.80.10, no período de maio de 2010 a maio de 2014, mas deveriam ser classificadas através do código NCM nº 8531.20.00, que possui classificação tributária distinta.

	<u>Pedido/cobrança:</u> reclassificação fiscal, diferença de tributos com os acréscimos legais cabíveis, multa sobre esta diferença e multa por classificação indevida no valor originário de R\$ 2.587.024,79. <u>Principais atos:</u> 06/02/2015: Lavrado Auto de Infração constituindo o tributo e acréscimos. 04/03/2015: Impugnação ao Auto de Infração apresentada por nós. 30/09/2021: Proferida decisão em primeira instância pela 16ª Turma da DRJ08 indicando como correta a classificação fiscal na NCM 8531.20.00. 11/10/2021: Recurso Voluntário apresentado por nós.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Os dispositivos de cristal líquido - LCD, com as características técnicas reveladas neste processo, encontram correta classificação fiscal na NCM 8531.20.00.
Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso pelo CARF.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante por conta do valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

Processo nº 10314.720254/2022-81 (Administrativo)	
Juízo	Administrativo Florianópolis
Instância	Primeira
Data de instauração	30/11/2022
Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.297.731,42
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração Aduaneiro por discussão na classificação da NCM – Detectores de Fumaça Eletrônico. Em 02/09/2021 foi emitido Termo de Início de Ação Fiscal (TIAF) nº 0819500-2021-01005-1, com o objetivo de analisar as importações de mercadorias realizadas e que foram classificadas pelo código nº NCM 9027.50.90, no período de abril de 2019 a maio de 2021, mas deveriam ser classificadas através do código NCM nº 8531.10.10, que possui classificação tributária distinta. <u>Pedido/cobrança:</u> reclassificação fiscal, diferença de tributos com os acréscimos legais cabíveis, multa sobre esta diferença e multa por

	classificação indevida no valor originário de R\$ 4.282.772,68. <u>Principais atos:</u> 30/11/2022: Lavrado Auto de Infração constituindo o tributo e acréscimos. 27/12/2022: Impugnação ao Auto de Infração apresentada por nós. 27/03/2025: Proferida decisão em primeira instância pela 12ª Turma da DRJ08 indicando como correta a classificação fiscal na NCM 8531.10.10. 23/04/2025: Recurso Voluntário apresentado por nós.
Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Aparelhos elétricos que possuem sinalização visual e/ou acústica para proteção contra incêndio, não providos de indicador graduado ou sistema registrador, classificam-se no código NCM/SH 8531.10.10.
Estágio do processo	Aguardando julgamento de Recurso Voluntário.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante por conta do valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em última instância resultaria em perda financeira.

(iii) Cíveis, Ambientais, Consumeristas e Outras Naturezas

Em 31 de dezembro de 2024, não éramos parte passiva em qualquer Processo Relevante de natureza cível, ambiental, consumerista ou de outras naturezas.

Em 31 de março de 2025, não éramos parte passiva em qualquer Processo Relevante de natureza cível, ambiental, consumerista ou de outras naturezas.

Em 31 de dezembro de 2024, registramos provisões nos valores de R\$ 10.076.634,94, para os processos descritos no item 4.4 acima e cujo risco de perda foi avaliado como provável.

Em 31 de março de 2025, registramos provisões nos valores de R\$ 10.208.200,06, para os processos descritos no item 4.4 acima e cujo risco de perda foi avaliado como provável.

(i) Processos Tributários

O montante total provisionado de processos prováveis para os processos tributários descritos no item 4.4 acima, excluindo os honorários advocatícios, era de R\$ 10.076.634,94 em 31 de dezembro de 2024.

Processos tributários	
Processo nº	Provisão provável
15165.721994/2012-38	R\$ 10.076.634,94
Total	R\$ 10.076.634,94

O montante total provisionado de processos prováveis para os processos tributários descritos no item 4.4 acima, excluindo os honorários advocatícios, era de R\$ 10.208.200,06 em 31 de março de 2025.

Processos tributários	
Processo nº	Provisão provável
15165.721994/2012-38	R\$ 10.208.200,06
Total	R\$ 10.208.200,06

(ii) Processos Trabalhistas, Cíveis, Ambientais, Consumeristas ou outras naturezas

Não aplicável, tendo em vista a inexistência de Processos Relevantes de natureza trabalhista, cível, ambiental, consumerista ou de outras naturezas e cujo risco de perda foi avaliado como provável em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de março de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de março de 2025, nós ou nossas controladas não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, nossa Companhia era parte nos seguintes processos judiciais e administrativos repetitivos ou conexos de natureza trabalhista, relevantes em conjunto:

Processos trabalhistas	
Número de Processos	77 processos
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.927.949,26
Valor provisionado	R\$ 2.912.421,31
Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência	Os nossos processos trabalhistas em andamento são oriundos do curso normal de nossos negócios e versam, em geral, sobre reclamações trabalhistas de atuais e ex-colaboradores, com pedidos relacionados à jornada de trabalho como, por exemplo: (i) intervalos intrajornada e horas extras, relativos à (a) descaracterização de jornada compensatória, (b) pedidos de horas extras e intervalo, em decorrência da ausência de controle de jornada em razão de trabalho externo, e (c) descaracterização da função de liderança; (ii) adicional noturno, domingos e feriados; (iii) diferenças salariais, por acúmulo/desvio de função e diferenças fundamentadas em piso salarial; (iv) participação nos lucros e/ou resultados; (v) verbas rescisórias; e (vi) danos morais.

Em 31 de março de 2025, nossa Companhia era parte nos seguintes processos judiciais e administrativos repetitivos ou conexos de natureza trabalhista, relevantes em conjunto:

Processos trabalhistas	
Número de Processos	87 processos
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.246.889,19
Valor provisionado	R\$ 3.180.885,23
Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência	Os nossos processos trabalhistas em andamento são oriundos do curso normal de nossos negócios e versam, em geral, sobre reclamações trabalhistas de atuais e ex-colaboradores, com pedidos relacionados à jornada de trabalho como, por exemplo: (i) intervalos intrajornada e horas extras, relativos à (a) descaracterização de jornada compensatória, (b) pedidos de horas extras e intervalo, em decorrência da ausência de controle de jornada em razão de trabalho externo, e (c) descaracterização da função de liderança; (ii) adicional noturno, domingos e feriados; (iii) diferenças salariais, por acúmulo/desvio de função e diferenças fundamentadas em piso salarial; (iv) participação nos lucros e/ou resultados; (v) verbas rescisórias; e (vi) danos morais.

(ii) Tributários, Cíveis, Ambientais, Consumeristas ou de outras naturezas

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de março de 2025, nossa Companhia não era parte em processos judiciais e administrativos repetitivos ou conexos de natureza tributária, cível, ambiental, consumerista ou de outras naturezas que fossem relevantes em conjunto.

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

Em reunião realizada em 25 de novembro de 2020 (“RCA 25.11.2020”) os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da nossa política de gestão de riscos, a qual foi aditada pelo referido órgão em 8 de janeiro de 2021 e em 17 de maio de 2023 (“Política de Riscos”) que é aplicável à nossa Companhia e às nossas controladas e estabelece os princípios e diretrizes a serem observados no gerenciamento de riscos, de modo a identificar, avaliar, prever, monitorar e mitigar os riscos aos quais estamos sujeitos.

A nossa Política de Riscos foi elaborada de acordo com as nossas diretrizes organizacionais e tem como fundamento recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas, quais sejam: (i) o Gerenciamento de Riscos Corporativos – *Enterprise Risk Management – Aligning Risk with Strategy and Performance* – COSO 2016; (ii) o Gerenciamento de Riscos Corporativos - *Risk Assessment in Practice* - COSO 2012, e (iii) o ISO 31000, *Risk Management - Principles and Guidelines*, assim como o Regulamento do Novo Mercado e as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A nossa Política de Riscos apresenta diretrizes e orientações para as atividades de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos que possam afetar o nosso plano estratégico, na busca por reduzir os níveis de exposição a perdas pela nossa Companhia e o cumprimento dos nossos objetivos de curto, médio e longo prazo.

A Gestão de Riscos é um processo desenhado para identificar e responder a eventos que possam afetar as operações e/ou objetivos da nossa Companhia.

Os objetivos do processo de gestão de riscos na nossa Companhia são: (a) melhorar a nossa capacidade de identificar, analisar e gerenciar os riscos de acordo com o nosso apetite a riscos, reduzindo assim a probabilidade da ocorrência de um evento que nos impeça de alcançar nossos objetivos estratégicos; (b) manter uma "linguagem" de Risco comum para promover uma abordagem robusta e consistente para gestão de riscos em toda a nossa Companhia; (c) permitir que a nossa Companhia aplique recursos para mitigar os riscos que podem afetar adversamente seus objetivos mais críticos e estratégicos; (d) integrar a análise de risco na definição da estratégia, planejamento de negócio, análise de investimentos e outros processos de criação de valor para a nossa Companhia; (e) possibilitar à nossa administração a tomada de decisões de negócio mais consistentes com uma gestão baseada no gerenciamento de riscos; (f) apoiar o processo de tomada de decisão da nossa administração; (g) identificar os riscos, mantendo a interface com as respectivas áreas da nossa Companhia; e (h) assegurar a mitigação e/ou prevenção dos riscos a que estamos expostos.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A nossa Política de Gestão de Riscos subdivide nossos riscos em 6 macro categorias: (i) riscos estratégicos; (ii) riscos de mercado; (iii) riscos operacionais; (iv) riscos de *compliance*; (v) riscos reputacionais; e (vi) riscos ambientais. Assim, buscamos obter proteção para os riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de

Referência que possam oferecer impactos negativos aos objetivos traçados por nossa administração, que se dividem em:

- Riscos estratégicos: riscos que podem comprometer ou impactar negativamente o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia. Esses riscos estão diretamente relacionados às decisões de alto nível que envolvem direcionamento do negócio, podendo afetar o posicionamento competitivo, a sustentabilidade e o crescimento da organização no longo prazo;
- Riscos de mercado: riscos que se referem a potenciais perdas decorrentes de mudanças inesperadas no cenário econômico, político ou nas tendências de mercado. Esses riscos podem impactar diretamente o comportamento do consumidor, as taxas de juros, a inflação, os investimentos financeiros, entre outros fatores macroeconômicos relevantes. Os riscos de mercado igualmente englobam os riscos de crédito, associados à falha de cliente ou contraparte de um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais;
- Riscos operacionais: riscos que envolvam a operação, sistemas de informação, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem, declínio do resultado da nossa Companhia, dentre outros;
- Riscos de compliance: riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e políticas internas de ética e conduta ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira e prejudicar a nossa imagem e/ou reputação;
- Riscos reputacionais: riscos cujo principal impacto seja prejudicar a nossa imagem e/ou reputação; e
- Riscos Ambientais: riscos que trazem impactos ambientais, voltados aos resíduos, consumo de água e energia, mudanças climáticas, poluição, além das emissões atmosféricas.

Adicionalmente, dentro dos riscos estratégicos e de mercado se encontram os riscos para os quais buscamos proteção, que são aqueles que decorrem de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado e que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2024, o principal risco de mercado ou financeiro considerado pela Administração da Companhia era o decorrente da variação cambial. Como grande parte de nossas aquisições de matéria-prima tem origem de fornecedores internacionais e as negociações são realizadas em dólar, estamos expostos à variação cambial. O risco é mitigado por nossa Política interna de Hedge e de Precificação, que busca proteger, através de derivativos cambiais, 70% da carteira de fornecedores referente a importações nacionalizadas. Além disso, a companhia reconhece sua capacidade de repasse de preços como forma de reduzir potenciais impactos de uma flutuação cambial relevante.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e sua classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, realizamos a etapa de avaliação e priorização. Essa fase tem como objetivo analisar a probabilidade de ocorrência de cada

risco e seu potencial impacto nos objetivos da organização, seja em projetos, atividades específicas ou na Companhia como um todo. A avaliação é feita considerando a gravidade das consequências e a probabilidade de materialização de cada risco.

O enfoque da nossa gestão de riscos é baseado no modelo do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e ISO 31000, padrões internacionalmente reconhecidos. O processo é composto por 04 (quatro) etapas:

- a) Identificação dos riscos: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- b) Avaliação: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas respostas aos riscos;
- c) Tratamento: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- d) Monitoramento: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo identificar novos riscos e causas.

Vale ressaltar que usamos os critérios de probabilidade e de impacto para análise dos riscos. Assim, para pontuar a probabilidade e impacto dos riscos identificados, deve-se utilizar as matrizes abaixo, levando em consideração também o histórico para pontuar a probabilidade.

PROBABILIDADE		CRITÉRIOS
INEVITÁVEL	5	Inevitável (acontece sempre ou tem grande chance de acontecer)
FREQUENTE	4	Frequente (acontece algumas vezes em um ano)
POSSÍVEL	3	Possível (tem grande chance de acontecer)
DIFÍCIL	2	Difícil (dificilmente ocorre em um ano)
REMOTO	1	Remota (eliminação dos riscos ou não há riscos)

IMPACTO		CRITÉRIOS
CRÍTICO	5	Afeta a <i>segurança do negócio</i> , pessoas e meio ambiente, reputação, envolve não conformidade com legislação ou pode acarretar um dano irreversível para a nossa Companhia
ELEVADO	4	<i>Compromete resultados estratégicos</i> , pode envolver não conformidade com legislação, reputação, saúde de pessoas, multas e a satisfação do cliente
MODERADO	3	Interrupção moderada nos serviços e processos, que podem <i>comprometer resultados</i> , saúde de pessoas, multas e a satisfação do cliente
PEQUENO	2	Interrupção pequena nos serviços e processos, que podem <i>comprometer a satisfação do cliente</i> , mas <i>pode facilmente ser corrigida</i>
DESPREZÍVEL	1	Desvio quase <i>imperceptível</i> nos serviços e processos que podem ser facilmente corrigidos.

Após a indicação da probabilidade e impacto, eles são multiplicados, gerando o grau do risco e a classificação da zona do risco, conforme tabela a seguir:

GRAU DE RISCO		RESULTADOS
ZONA VERMELHA	Alto Risco, elaborar plano de ação	15 a 25

ZONA LARANJA	Garantir que os controles atuais são eficazes e avaliar oportunidade de melhoras	8 a 12
ZONA AMARELA	Risco baixo, manter o controle	3 a 6
ZONA VERDE	Risco aceitável, reduzido, tolerado	1 a 2
Observação: Impacto 5 requer plano de ação quando os controles forem insuficientes		

Deve ser elaborado um plano de ação para mitigar ou eliminar o risco, quando:

- Riscos classificados na “ZONA VERMELHA”;
- Riscos classificados na “ZONA LARANJA, AMARELA OU VERDE”, porém, verificado que há oportunidade de melhoria;
- Quando o impacto do risco for classificado como crítico (5) e os controles forem inexistentes; e
- Oportunidades classificadas na "ZONA VERDE".

Oportunidades classificadas na "ZONA AMARELA, LARANJA OU VERMELHA" deverão ter o seu controle mantido.

Contamos também com uma área de auditoria interna que atua de forma a aferir qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos, controles internos e governança da nossa Companhia, definindo e avaliando continuamente a estrutura de gestão de riscos, modificando-a, quando preciso, para utilizar as melhores práticas de mercado, bem como fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

Por fim, no que tange especificamente o risco cambial patrimonial, contratamos operações de swap observando as mesmas datas, vencimentos e valores nacionais de nossas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moeda estrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI aplicada em um montante em Reais. Adicionalmente, contratamos operações de derivativos (NDF) observando as mesmas datas, vencimentos e valores nacionais de parte de nossas exposições passivas com fornecedores estrangeiros, contratadas em moeda estrangeira, de forma a mitigar o risco cambial.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

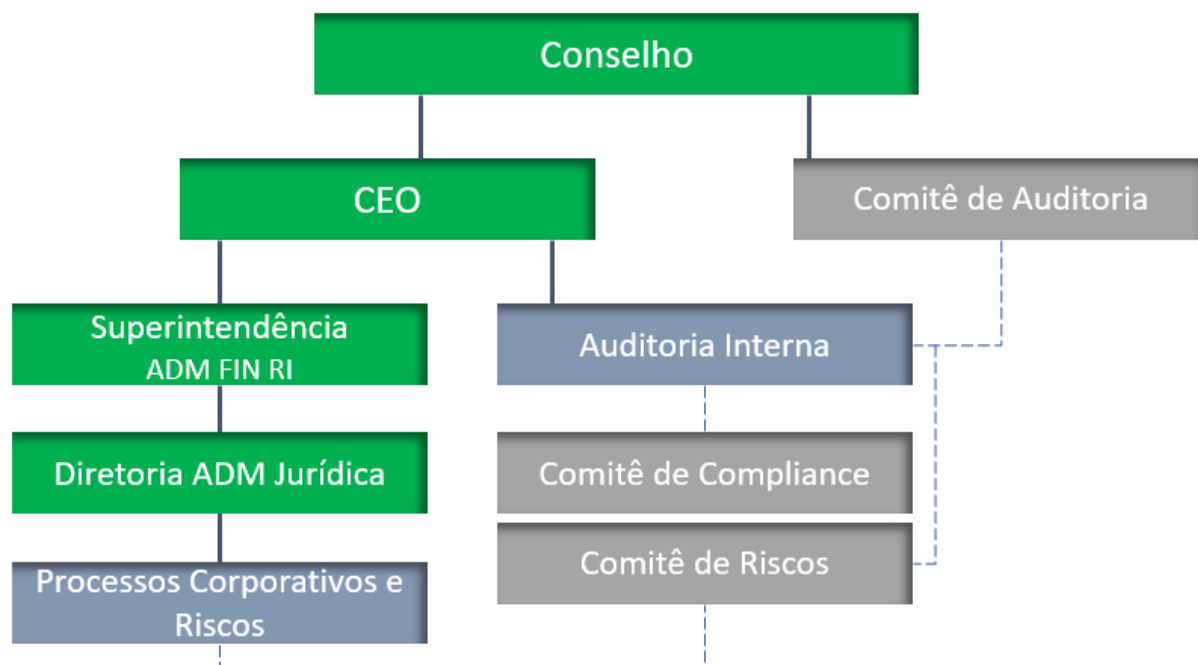
A nossa estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia foi reestruturada em 2023, com o objetivo de adequar-se às exigências aplicáveis às companhias abertas, incluindo, por exemplo, a incorporação de riscos sob a perspectiva ambiental. Embora a nova estrutura, recentemente aprovada, esteja em pleno funcionamento desde sua implementação, não é possível garantir proteção total contra todos os riscos aos quais estamos expostos. Dessa forma, eventuais ajustes adicionais poderão ser necessários no futuro.

Para mais informações sobre os riscos relacionados à recente implementação da nova estrutura organizacional, consulte o fator de risco "Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão e controle de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios", descrito no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com a participação do Conselho de Administração, da Diretoria de Relações com Investidores e do Comitê de Auditoria, além das seguintes instâncias não estatutárias:

- (i) Comitê de Riscos e Mudanças;
- (ii) Processos Corporativos e Riscos;
- (iii) Auditoria Interna; e
- (iv) Comitê de Compliance.

A seguir, apresentamos a estrutura organizacional do gerenciamento corporativo de riscos:



Os membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e Mudanças, da Área de Processos Corporativos e Riscos, da Área de Auditoria Interna e do Comitê de Compliance não poderão acumular funções nem manter relação de subordinação com os diretores responsáveis por áreas operacionais da Companhia. Para fins desta Política de Riscos, consideram-se atividades não operacionais, entre outras, aquelas desempenhadas pelas áreas Jurídica, de Controladoria, de Auditoria Interna e de Relações com Investidores

As competências dos órgãos de nossa estrutura organizacional estão definidas conforme abaixo:

Processos Corporativos e Riscos

Cabe aos responsáveis pela área de Processos Corporativos e Riscos:

- definir a estrutura de gestão de riscos da nossa Companhia, estabelecendo os procedimentos e padrões a serem utilizados na gestão de controles internos e gerenciamento de riscos;
- executar a estratégia de gestão de riscos;
- avaliar e monitorar as nossas exposições de risco, podendo requerer informações adicionais;
- analisar de forma contínua a nossa estrutura de gestão de riscos;
- manter base atualizada com os registros de perda que se materializarem na nossa Companhia;
- suportar a nossa alta administração e áreas de negócios na identificação de riscos;
- assessorar a nossa alta administração na proposição do apetite a risco e escalas de avaliação de probabilidade e impacto;
- assessorar os responsáveis pelo risco na avaliação de criticidade dos riscos e no direcionamento das respostas aos riscos (aceitar, mitigar, rejeitar, transferir e compartilhar); e

- i) consolidar as informações dos riscos, e reportar periodicamente à alta administração o cenário de exposição da nossa Companhia.

Auditoria Interna

Cabe à área de Auditoria Interna:

- a) aferir a qualidade e a efetividade no processo de gestão de riscos, controles internos e governança da nossa Companhia, definindo e avaliando continuamente a estrutura de gestão de riscos, modificando-a, quando preciso, para utilizar as melhores práticas de mercado;
- b) averiguar a implantação e manutenção dos planos de ação e controles internos associados aos Riscos, de acordo com metodologia estabelecida, a fim de verificar o cumprimento de normas, políticas e procedimentos;
- c) avaliar os apontamentos realizados pelos auditores externos e o grau de coordenação com as áreas envolvidas; e
- d) fornecer ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

A área de Auditoria Interna trabalha ao lado da área de Processos Corporativos e Riscos, sendo que seus membros realizam reuniões periódicas para discutir assuntos que possuem uma interseção de temas.

Comitê de Compliance

Cabe ao Comitê de *Compliance*:

- a) averiguar a implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos de *compliance*; e
- b) disseminar a cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da nossa Companhia.

O Comitê de *Compliance* é o órgão responsável pelo exercício das funções de *compliance* da nossa Companhia e é composto pelo Supervisor de Auditoria Interna, Gerente Jurídica e consultoria.

O Comitê de *Compliance* trabalha ao lado do Comitê de Riscos e Mudanças, sendo que seus membros realizam reuniões periódicas para discutir assuntos que possuem uma interseção de temas.

Ainda, embora o Comitê de *Compliance* seja indiretamente subordinado ao Conselho de Administração, ele não tem a criação atrelada a uma deliberação desse órgão, tampouco possui membros eleitos pelo Conselho de Administração, uma vez que é órgão interno da nossa Companhia. Compete às áreas de Auditoria Interna e Processos Corporativos e Riscos a supervisão das atividades do Comitê de *Compliance*.

Comitê de Riscos e Mudanças

O Comitê de Riscos e Mudanças é o órgão responsável por:

- a) avaliar os riscos mais relevantes para a nossa Companhia e, se necessário, definir ações de mitigação;
- b) aprovar a proposta do apetite ao risco da Companhia; e
- c) identificar novos riscos que possam afetar a continuidade do negócio.

O presente Comitê é composto pelo Supervisor de Auditoria Interna, pela Supervisora da área de Processos Corporativos e Riscos, pelo Gerente Executivo Administrativo Jurídico, pelos Diretores da nossa Companhia, pelos Gerentes subordinados à Presidência e pelo Diretor Presidente, os quais se reúnem semestralmente para

discutir o tema.

O Comitê de Riscos e Mudanças trabalha ao lado do Comitê de *Compliance*, sendo que seus membros realizam reuniões periódicas para discutir assuntos que possuem uma interseção de temas.

Ainda, o Comitê de Riscos e Mudanças é órgão que, embora seja indiretamente subordinado ao Conselho de Administração, não tem a criação atrelada a uma deliberação desse órgão, tampouco possui membros eleitos pelo Conselho de Administração, uma vez que é órgão interno da nossa Companhia. Compete à área de Auditoria Interna e Processos Corporativos e Riscos a supervisão das atividades do Comitê de Riscos e Mudanças.

Comitê de Auditoria

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- a) revisar e submeter à aprovação do Conselho de Administração a proposta do apetite a risco da nossa Companhia elaborada pela alta administração (Presidência, Diretoria Executiva e Diretorias);
- b) analisar a estrutura de gestão de riscos e os riscos da nossa Companhia, recomendando melhorias sempre que necessário;
- c) estar de acordo com as métricas de probabilidade e de impacto para cada risco; e
- d) elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração aprovar a proposta do apetite ao risco da nossa Companhia, a qual será revisada e submetida pelo Comitê de Auditoria, conforme descrito acima.

Diretoria de Relações com Investidores

A Diretoria de Relações com Investidores é o órgão responsável por verificar se as atividades realizadas pelas áreas de Auditoria Interna e Processos corporativos e Riscos estão dentro do curso normal dos negócios. Cabe à Diretoria de Relações com Investidores, ainda, informar o mercado sobre quaisquer alterações sobre as atividades de controles internos, auditoria interna, gestão de riscos e *compliance*, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis. Adicionalmente, cabe à Diretoria de Relações com Investidores o reporte imediato ao Conselho de Administração quando verificar qualquer anormalidade decorrente da realização das mencionadas atividades.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da política adotada.

A área de Controles Internos realiza a avaliação de riscos operacionais, táticos e estratégicos, reportando-os à Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

A Administração e o Comitê de Auditoria detêm a prerrogativa de solicitar a revisão da Política de Controles Internos e a realização de testes para avaliar processos específicos, em consonância com os riscos empresariais da Companhia.

A Companhia dispõe de uma Área de Auditoria Interna, com a finalidade de avaliar, de forma independente, a eficácia dos processos de gestão de riscos, controle interno e governança corporativa, fornecendo análises, pareceres, recomendações e informações à Administração, fundamentadas no risco do negócio da Companhia.

O nosso Conselho de Administração entende que a Área de Auditoria Interna da nossa Companhia possui estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e de nossa Política de Remuneração do Conselho de Administração, aprovada em reunião realizada em 25 de novembro de 2020.

Adicionalmente, o nosso Conselho de Administração considera que a nossa estrutura operacional promove a redução da probabilidade de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que a nossa Companhia desenvolve por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da área de Auditoria Interna, da Diretoria de Relações com Investidores, do Comitê de Riscos e Mudanças, da área de Processos Corporativos e Riscos e do Comitê de *Compliance*.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

É de responsabilidade da Administração da Companhia o estabelecimento e a manutenção de um sistema de controles internos apropriado, que esteja em conformidade com seus ambientes operacional e corporativo. Tal sistema visa à mitigação de riscos a patamares toleráveis e ao suporte à Administração na formulação de decisões estratégicas e de governança.

As áreas de negócio (1ª linha) são responsáveis pela execução dos controles internos, seguindo as diretrizes da Companhia e o framework COSO-ICIF. Para garantir a confiabilidade das informações financeiras, a administração conta com as áreas de Controles Internos e Auditoria Interna, além de auditoria externa independente, que avaliam e testam os controles internos de divulgação com base nos princípios contábeis geralmente aceitos. A área de Controles Internos é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, e foi criada em outubro de 2024.

Qualquer desvio identificado na eficiência e eficácia dos controles internos é tratado em planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas e monitoradas periodicamente.

O sistema de controles internos da Companhia proporciona segurança razoável quanto à fidedignidade das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas e apresentadas em observância às normas internacionais de contabilidade (IFRS) e às práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os controles internos de divulgação das informações financeiras possuem limitações inerentes, podendo não prevenir ou detectar certos erros. Além disso, as projeções de avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam tornar-se inadequados de acordo com mudanças de condições, ou por alterações no cumprimento de políticas ou procedimentos internos.

Acreditamos na eficiência de nossos procedimentos e controles internos, que são adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade de nossas demonstrações financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia mantém uma área de controles internos (2ª linha), que opera sob a supervisão de Processos Corporativos e Riscos, com a responsabilidade de reportar os principais eventos aos Diretores Executivos, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

A tabela a seguir detalha as estruturas organizacionais envolvidas na elaboração, reporte e supervisão dos controles internos da Companhia:

Estrutura organizacional	Atividade envolvida na manutenção do ambiente de controles internos
<i>Control Owner</i> (Proprietário do Controle):	Executar e/ou gerenciar os controles internos para a mitigação dos riscos nos processos de negócios. Elaborar planos de ação para mitigação de eventuais desvios na execução dos controles internos.
Processos Corporativos e Riscos	Departamento responsável por gerenciar o sistema de controles internos na Companhia, bem como assessorar na implantação, alteração dos controles internos.
Auditoria Interna	Responsável por fornecer avaliação, aconselhamento, e percepções objetivas, independentes e baseadas em análise de riscos, aumentando e protegendo o valor organizacional e de atestar a efetividade de seus processos (financeiros e não financeiros), normas e práticas de governança.
Diretoria Executiva	Acompanhar e definir diretrizes para a manutenção do ambiente de controles internos.
Comitê de Auditoria	Assessorar o Conselho de Administração em relação à eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controles internos da Companhia.
Conselho de Administração	Acompanhar e orientar a manutenção do ambiente de controles internos

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia estabelece fluxos operacionais detalhados em cada área, definindo atribuições, limites de competência e responsabilidades individuais. Os processos são submetidos a revisões por seus gestores.

O departamento de Processos Corporativos e Riscos desempenha um papel de assessoria às unidades organizacionais, além de comunicar os resultados dos testes de controle, aos Diretores Executivos, Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria exerce a supervisão da eficácia dos mecanismos de controle interno e das respostas aos riscos, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração.

Os resultados anuais dos testes são apresentados e submetidos à análise e aprovação dos Diretores Executivos, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

A Diretoria de Relações com Investidores é responsável por informar o mercado sobre alterações nas atividades de controles internos, auditoria interna, gestão de riscos e compliance, em conformidade com a regulamentação

aplicável. Quaisquer exceções observadas que possam impactar as demonstrações financeiras são reportadas tempestivamente para a adoção de ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Durante a análise das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os nossos auditores independentes destacaram as seguintes deficiências classificadas como significativas:

1) Falta de Revisão e Aprovação de Lançamentos Manuais na Contabilidade: A Companhia e a sua controlada, Renovigi Energia Solar, não possuem processos e controles formalizados para a revisão e aprovação de lançamentos manuais realizados no sistema contábil (e.g. não possuem alçadas de aprovações formais e não geram evidências de tal aprovação).

Risco: lançamentos contábeis sem adequada revisão e aprovação, podendo gerar distorções nas demonstrações financeiras.

Recomendação: os auditores recomendaram que a Companhia implemente políticas de controles internos definidas com alçadas de aprovação e controles de revisão dos lançamentos manuais formalizadas no próprio sistema contábil anteriormente ao registro contábil, adequadas e consistentes com a operação da Companhia. Ainda, recomendaram que a Companhia assegure que exista um controle sobre a listagem de todos os lançamentos manuais previamente a revisão.

2) Partes relacionadas, contas a pagar e estoques em trânsito: A Companhia não reconheceu em sua contabilidade títulos emitidos por fornecedores estrangeiros (incluindo partes relacionadas). Considerando que a mercadoria já estava em trânsito e, consequentemente, a responsabilidade e riscos atrelados já eram da Companhia, tais valores deveriam ter sido reconhecidos em suas obrigações a pagar com a contrapartida de estoques em trânsito. Em complemento, foi observado durante o exercício de 2024 a necessidade de um aprimoramento nos controles internos relacionados à identificação de transações com partes relacionadas, as quais durante as revisões intermediárias, a Companhia não capturou previamente transações com tais partes para divulgação nas informações financeiras intermediárias. Após a identificação da deficiência, a Companhia preparou análises complementares das quais a auditoria, através de procedimentos alternativos, conseguiu obter segurança razoável de que as informações divulgadas estavam livres de distorções materiais.

Risco: Incorreta valorização de fornecedores a pagar e estoques em trânsito; Divulgações incompletas vinculadas a transações com partes relacionadas nas demonstrações financeiras.

Recomendação: os auditores recomendaram que a Companhia (i) estabeleça uma política formal com processos bem definidos para identificar e capturar transações com partes relacionadas; (ii) estabeleça controles internos com um processo de revisão bem definido, que capturem, a partir das transferências dos riscos à Companhia, obrigações a pagar junto a fornecedores estrangeiros com o registro em contrapartida nos estoques em trânsito.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No que tange às deficiências apontadas no relatório circunstanciado, conforme detalhado acima, os Diretores possuem os seguintes comentários:

1) Falta de Revisão e Aprovação de Lançamentos Manuais na Contabilidade: A Administração destaca que a partir de 2025 a Companhia passou a utilizar o ERP (SAP), que apresenta as melhores práticas de governança para os processos contábeis. O ERP está parametrizado para gerar um fluxo de aprovações de lançamentos manuais a partir de dado valor, onde a contabilização só será efetivada a partir da aprovação do Supervisor Contábil, que ficará registrado e evidenciado em sistema. Durante o ano de 2025 a Companhia pretende implementar a utilização de maneira gradativa, à medida que o processo de estabilização do ERP aconteça, evitando gargalos no processo de fechamento contábil. Além disso, os pontos de revisão abaixo são realizados de maneira efetiva e tem como objetivo mitigar os riscos pontuados nesse tópico:

- (a) realizamos revisão das despesas mensalmente, com o objetivo de capturar variações atípicas entre os meses. Essa análise acontece tanto a nível de conta contábil, quanto por centro de custos. A atividade é finalizada antes do encerramento do fechamento mensal, ou seja, lançamentos incorretos são ajustados a tempo;
- (b) no 1º dia útil, compartilhamos uma prévia do resultado (até o lucro operacional), com os gestores das unidades para que eles analisem as informações e façam algum tipo de consideração, antes do término do fechamento;
- (c) no 5º dia útil (antes da emissão do Caderno de Resultados), a Diretoria Administrativo/Financeira revisa a informação, para que o Caderno seja emitido em definitivo;
- (d) durante o mês, a Controladoria estimula que os responsáveis pelos centros de custos revisem a realização das suas despesas através de programa específico de consulta entre o “realizado x orçado”.

2) Partes relacionadas, contas a pagar e estoques em trânsito: A Companhia está em processo de aprimoramento de política contábil de partes relacionadas, onde estão formalizados processos para identificar e capturar transações com tais. A política será apresentada para aprovação do Conselho de Administração dentro do primeiro semestre de 2025. Adicionalmente, a Companhia estruturou um formulário, em anexo a política, que será direcionado para os responsáveis de todas as partes relacionadas existentes, para a obtenção de informações de todas as entidades vinculadas a cada uma delas. Tal formulário será enviado periodicamente para captura de possíveis novas atualizações posteriores. Quanto as obrigações junto a fornecedores estrangeiros, a representatividade de títulos não reconhecidos dentro do período devido foi ocasionada pelo período de “*blackout*”, que aconteceu a partir do dia 20 de dezembro de 2024 dado a preparação para a troca de sistema. Embora dada uma instrução de não embarque a partir desta data, alguns fornecedores realizaram o embarque, gerando diferenças no encerramento de 2024. Por se tratar de uma especificidade momentânea, não se prevê novas situações similares. Os valores não reconhecidos em dezembro de 2024 foram registrados em 2025, no ERP SAP. Ainda sobre o tema, serão adotadas medidas como:

- (a) Fornecedores partes relacionadas estrangeiras: realização de circularizações internas periódicas sobre os saldos com partes relacionadas para acompanhamento e confronto dos registros, para assertividade dos saldos nas duas pontas;
- (b) Fornecedores estrangeiros: alinhamento e validação do processo como um todo, com envolvimento das áreas de compras, logística, importação, suprimentos, custos, financeiro e contabilidade, para garantia de que as informações estejam alinhadas e de acordo em cada parte do processo dentro do SAP. Serão realizadas conscientizações pelos gestores de cada área junto aos seus times, demonstrando a importância do processo. O SAP trabalhará com travas sobre alterações a partir do registro inicial da compra, necessitando de aprovações para liberação por alçadas superiores, e necessitando uma comunicação junto a tesouraria para, se necessário, realizar os devidos ajustes;

Adicionalmente, os auditores independentes indicaram em seu relatório circunstanciado outras 15 (quinze) deficiências de menor impacto, que, no entendimento dos auditores independentes, e também no da Administração da Companhia, não possuem caráter material ou significativo. Contudo, referidas deficiências também estão sendo tratadas pela Administração.

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Em reunião realizada em 25 de novembro de 2020 ("RCA 25.11.2020"), os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação das seguintes políticas de governança corporativa, código de conduta e regimentos internos de nossa Companhia: (i) política de gestão de riscos ("Política de Riscos"); (ii) política de transações com partes relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (iii) política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Remuneração"); (iv) política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"); (v) Código de Ética e Conduta ("Código de Ética e Conduta"); (vi) regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); (vii) regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria"); (viii) política de divulgação de atos ou fatos relevantes ("Política de Divulgação"); e (ix) política de negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"). Em 8 de janeiro de 2021, o nosso Conselho de Administração aditou as referidas Políticas de Governança Corporativa, exceto a Política de Remuneração.

Ainda no âmbito da RCA 25.11.2020, os conselheiros ratificaram a criação do nosso comitê de auditoria ("Comitê de Auditoria") ao qual é incumbida, dentre outras atribuições, a responsabilidade por supervisionar as nossas áreas de Auditoria Interna e Processos Corporativos e Riscos.

Adicionalmente, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de maio de 2023, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram o aditamento do Regimento Interno do Conselho de Administração, da Política de Gerenciamento de Riscos, da Política de Transação com Partes Relacionadas e a Política de Dividendos.

Em reunião realizada em 28 de julho de 2025 ("RCA 28.07.2025"), o Conselho de Administração da Companhia deliberou a formalização da constituição e o Regimento Interno do Comitê de Gestão de Pessoas não Estatutário da Companhia, além do aditamento da Política de Transação com Partes Relacionadas e do Código de Ética e Conduta.

Além das demais aprovações apresentadas anteriormente, em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2026, o Conselho deliberou a formalização da constituição e a aprovação do Regimento Interno do Comitê de Estratégia não estatutário da Companhia, regulamentando as atividades do referido comitê, que atuará como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme apresentado na respectiva ata de reunião do Conselho de Administração. Na mesma ocasião, foram eleitos os membros do Comitê de Estratégia.

As políticas de governança corporativa atualmente vigentes são listadas abaixo:

Política	Data de aprovação/aditamento
Política de Remuneração	25/11/2020
Política de Indicação	08/01/2021
Regimento Interno do Comitê de Auditoria	08/01/2021
Política de Negociação	08/01/2021
Política de Divulgação	08/01/2021
Política de Riscos	17/05/2023
Política de Dividendos	17/05/2023

Regimento interno do Conselho de Administração	21/05/2025
Política de Transações com Partes Relacionadas	28/07/2025
Regimento interno do Comitê de Pessoas	28/07/2025
Código de Ética e Conduta	28/07/2025
Regimento interno do Comitê de Estratégia	16/04/2026

A aprovação das Políticas de Governança Corporativa está em linha com os nossos objetivos de estabelecer procedimentos que visem reduzir a nossa exposição a riscos (estratégicos, de mercado, operacionais, de *compliance*, reputacionais, ambientais, etc), bem como aumentar o grau de confiabilidade dos procedimentos operacionais por nós adotados.

O inteiro teor das nossas Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no nosso *website* de relações com investidores (<https://ri.intelbras.com.br>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Conforme previsto na nossa Política de Riscos, o nosso modelo de gestão de riscos é composto por 4 etapas:

- (i) Identificação dos Riscos: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- (ii) Avaliação: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas aos riscos;
- (iii) Tratamento: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- (iv) Monitoramento: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo identificar novos riscos e causas.

Vale ressaltarmos que usamos os critérios de probabilidade e de impacto para análise dos riscos. Assim, para pontuar a probabilidade e impacto dos riscos identificados, deve-se utilizar as matrizes abaixo, levando em consideração também o histórico para pontuar a probabilidade.

PROBABILIDADE		CRITÉRIOS
INEVITÁVEL	5	Inevitável (acontece sempre ou tem grande chance de acontecer)
FREQUENTE	4	Frequente (acontece algumas vezes em um ano)
POSSÍVEL	3	Possível (tem grande chance de acontecer)
DIFÍCIL	2	Difícil (difícilmente ocorre em um ano)
REMOTO	1	Remota (eliminação dos riscos ou não há riscos)

IMPACTO		CRITÉRIOS
CRÍTICO	5	Afeta a <i>segurança do negócio</i> , pessoas e meio ambiente, reputação, envolve

		não conformidade com legislação ou pode acarretar um dano irreversível para a nossa Companhia
ELEVADO	4	<i>Compromete resultados estratégicos</i> , pode envolver não conformidade com legislação, reputação, saúde de pessoas, multas e a satisfação do cliente
MODERADO	3	Interrupção moderada nos serviços e processos, que podem <i>comprometer resultados</i> , saúde de pessoas, multas e a satisfação do cliente
PEQUENO	2	Interrupção pequena nos serviços e processos, que podem <i>comprometer a satisfação do cliente, mas pode facilmente ser corrigida</i>
DESPREZÍVEL	1	Desvio quase <i>imperceptível</i> nos serviços e processos que podem ser facilmente corrigidos

Após a indicação da probabilidade e impacto, eles são multiplicados, gerando o grau do risco e a classificação da zona do risco, conforme tabela a seguir:

GRAU DE RISCO		RESULTADOS
ZONA VERMELHA	Alto Risco, elaborar plano de ação	15 a 25
ZONA LARANJA	Garantir que os controles atuais são eficazes e avaliar oportunidade de melhoras	8 a 12
ZONA AMARELA	Risco baixo, manter o controle	3 a 6
ZONA VERDE	Risco aceitável, reduzido, tolerado	1 a 2
Observação: Impacto 5 requer plano de ação quando os controles forem insuficientes		

Deve ser elaborado um plano de ação para mitigar ou eliminar o risco, quando:

- Riscos classificados na “ZONA VERMELHA”;
- Riscos classificados na “ZONA LARANJA, AMARELA OU VERDE”, porém, verificado que há oportunidade de melhoria.
- Quando o impacto do risco for classificado como crítico (5) e os controles forem inexistentes; e
- Oportunidades classificadas na "ZONA VERDE".

Oportunidades classificadas na "ZONA AMARELA, LARANJA OU VERMELHA" deverão ter o seu controle mantido.

O nosso modelo deve ser revisado anualmente pelo Conselho de Administração ou em periodicidade menor, caso sugerido pelo Comitê de Auditoria. Da mesma forma, anualmente, nosso Conselho de Administração analisa os riscos a que estamos expostos e, caso entenda necessário, sugere alterações às nossas práticas e políticas.

Adicionalmente, a nossa Política de Riscos subdivide nossos riscos em 6 macro categorias: (i) riscos estratégicos; (ii) riscos de mercado; (iii) riscos operacionais; (iv) riscos de *compliance*; (v) riscos reputacionais; e (vi) riscos ambientais. Os riscos de *compliance* abrangem eventuais atos praticados por quaisquer de nossos colaboradores em descumprimento a leis, regras, regulamentos e/ou políticas internas de ética e conduta, inclusive atos ilícitos eventualmente praticados contra a administração pública. A nossa área de Auditoria Interna e o nosso Comitê de *compliance* ("Comitê de Compliance") são responsáveis por verificar se os procedimentos adotados pelos nossos colaboradores estão em linha com as nossas políticas internas, no intuito de evitar fraudes e outras irregularidades praticados contra a nossa Companhia e/ou contra a administração pública.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O nosso Comitê de *Compliance*, a nossa área de Auditoria Interna, a nossa Área de Processos Corporativos e Riscos e o nosso Comitê de Riscos e Mudanças ("Funções de Controle") são responsáveis pelo monitoramento da nossa Estrutura de Gestão de Riscos. Essas áreas são supervisionadas pelo nosso Comitê de Auditoria, cuja criação foi ratificada pelos membros do nosso Conselho de Administração no âmbito da RCA 25.11.2020. A independência das nossas Funções de Controle é garantida na medida em que as mencionadas funções não estão subordinadas a áreas/ atividades operacionais da nossa Companhia.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Possuímos um Código de Ética e Conduta o qual foi formalmente aprovado pelo nosso Conselho de Administração em 25 de novembro de 2020 e aditado pelo referido órgão em 28 de julho de 2025.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O nosso Código de Ética e Conduta aplica-se obrigatoriamente a todos os nossos administradores e colaboradores e aos terceiros que atuam em nossas plantas. Esse documento norteia a conduta que pauta as relações de trabalho dos membros do nosso time e o tratamento a ser dado a nossos clientes, fornecedores, prestadores de serviços terceirizados, agentes públicos. O nosso Código de Ética e Conduta também deve ser usado como referência por nossos parceiros (distribuidores, integradores, revendas, assistências técnicas, representantes, fornecedores, terceirizados), nas relações de negócio que tiverem conosco.

Nos termos de nosso Código de Ética, todos nossos Colaboradores devem se manter atualizados sobre as leis e regras vigentes. Além disso, também orientamos nossos Colaboradores a não receber, oferecer ou entregar, de forma direta ou indireta, favores ou doações a funcionários públicos, governantes ou entidades governamentais, e os Colaboradores se comprometem a aplicar e zelar pelas diretrizes do Código de Ética e Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

De acordo com o nosso Código de Ética e Conduta, as infrações ao código são analisadas pelo Comitê de *Compliance*. Em caso de comprovação de violação ao nosso Código de Ética, o infrator ficará sujeito às penalidades estabelecidas na regulamentação aplicável, inclusive advertência, suspensão e desligamento.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Nosso Código de Ética e Conduta foi formalmente aprovado por nosso Conselho de Administração em RCA 25.11.2020 e aditado pelo referido órgão em 28.07.2025. O documento está disponível no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.intelbras.com.br>), no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<https://www.b3.com.br>).

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal Confidencial é uma ferramenta gerida por uma consultoria independente a fim de manter a confidencialidade e sigilo das denúncias. Este canal poderá ser utilizado por todos os nossos Colaboradores, parceiros de negócio, clientes e mercado, não sendo necessária a identificação.

Para denúncias:

Telefone: (48) 3281-9911

Website: <https://www.intelbras.com/pt-br/canal-de-denuncia>

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O nosso Código de Ética e Conduta indica os seguintes canais de denúncia para nossos administradores, colaboradores, prestadores de serviços terceirizados e demais parceiros comerciais:

Envio de relato para o e-mail: grupo.compliance@intelbras.com.br

Acesso ao canal de denúncias no endereço: <http://www.intelbras.com.br/canal-de-denuncia>

Ligue para (48) 3281-9911.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O nosso Comitê de *Compliance* manterá registro de todos os contatos e denúncias dirigidos a esse órgão, preservando a confidencialidade e proteção de dados. O denunciante opta pelo anonimato ou não. Nesse documento, está previsto que será punida toda medida que constitua retaliação contra a pessoa que tenha feito denúncias. Toda e qualquer suspeita de represália deverá ser imediatamente reportada ao Comitê de *Compliance*.

iv. órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

Os descumprimentos dos preceitos do Código de Ética e Conduta deverão ser reportados pelos Colaboradores, parceiros de negócios, clientes e mercado, via Canal Confidencial para que o caso seja analisado pelo Comitê de *Compliance*.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três (3) exercícios sociais, a Companhia não detectou casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos.

Não há outras informações relevantes que não estejam mencionadas na seção 5 deste Formulário de Referência.